



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Vanessa Aline Schweitzer Souza

**Patrimônio documental fotográfico:** um panorama dos acervos arquivísticos de  
Santa Catarina

Florianópolis

2021

Vanessa Aline Schweitzer Souza

**Patrimônio documental fotográfico: um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, e do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Eva Cristina Leite da Silva, Dr.<sup>a</sup>

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schveitzer, Vanessa Aline Souza

Patrimônio documental fotográfico : um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina / Vanessa Aline Souza Schveitzer ; orientadora, Eva Cristina Leite da Silva, 2021.

142 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Acervo fotográfico. 3. Arquivo Público. 4. Descrição arquivística. 5. Acesso à informação. I. Silva, Eva Cristina Leite da . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Vanessa Aline Schweitzer Souza

**Patrimônio documental fotográfico:** um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Graziela Martins de Medeiros Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. César Karpinski, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

---

Prof. Edgar Bisset Alvarez, Dr.

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

---

Prof.<sup>a</sup> Eva Cristina Leite da Silva, Dr.<sup>a</sup>

Orientadora

Florianópolis, 2021.

## AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos com o sentimento de dever cumprido. Foi mais do que uma pesquisa, foi um aprendizado e uma superação a cada dia vivido em meio a uma pandemia mundial. Com um cenário de incertezas e angústias, o que determinou cada passo dado do que seria estudado e escrito foi o desejo e a coragem em “chegar lá”!

### ***Eu sobrevivi, eu consegui!***

Agradeço aos meus familiares, meu pai Valdir, minha mãe Tânia, meu irmão Taffarel e minha afilhada Maria Clara, que acompanharam de perto meus estudos e sempre proporcionaram momentos de alegria familiar (Muita comida boa envolvida!).

À professora Dra. Eva Cristina, eterna gratidão! Me encorajou, acreditou, incentivou e teve todo amor, paciência, compreensão e muita dedicação nesses anos de orientação no mestrado. Em todos os momentos incitava meu lado de pesquisadora mostrando como percorrer este caminho. Muito Obrigada!

Aos professores Dr. Cézar Karpinski e Dra. Graziela Martins de Medeiros agradeço por terem feito parte na construção deste estudo, as considerações e ensinamentos que vocês propuseram ao longo da dissertação é parte desta conquista.

Em meu retorno à UFSC iniciei uma jornada e conheci pessoas que além da sua amizade trouxeram o conforto e a compreensão em momentos não tão alegres. Obrigada Josefa, Karoly, Mariene, Rafa, Sarita, Anna Júlia e Paty (Nosso grupo no WhatsApp foi a força em dias acinzentados!). Também agradeço a tantos outros amigos que fiz e que contribuíram de alguma forma nessa trajetória. Obrigada Dirnéle, Maria Eduarda, Genilson, Camila, Patrícia Bertotti, Priscila, Keitty, Helô e Augiza.

Agradeço ao PGCin/UFSC e todos os professores que compõem o corpo docente. Muito aprendizado nessa caminhada! Gratidão!

Meus agradecimentos ao grupo Organização do Conhecimento e Gestão Documental (KOD) que cada encontro agregava mais conhecimento e aprendizado nessa trajetória. Obrigada pelas muitas sugestões e considerações que recebi de professores e colegas durante a pesquisa.

Agradeço às entidades CAPES e FAPESC por impulsionar e fomentar a pesquisa durante meus anos de mestrado. Fica aqui, minha saudação a todos os pesquisadores do Brasil!

Antes de finalizar, devo agradecer os profissionais dos Arquivos Públicos de Santa Catarina que dispuseram de seu tempo para responder e colaborar com a

pesquisa. Obrigada!

Por fim, e o mais especial, agradeço ao meu esposo Francisco Paulo que no decorrer desta caminhada esteve presente motivando e lembrando o objetivo para tanta dedicação. Seu amor, compreensão e incentivo são parte dessa história.

**Muito Obrigada!**

"Coleccionar fotos é coleccionar o mundo". (Sontag).

## RESUMO

A fotografia é uma forma de registro contemporâneo na sociedade e tem sido apresentada como uma importante fonte documental, conquista cada vez mais espaço como documento de valor probatório e histórico na área arquivística, tornando-se relevante os estudos voltados para este tipo documental. Tem-se aqui como objetivo mapear os acervos fotográficos impressos dos arquivos públicos do Estado de Santa Catarina e o tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à descrição arquivística e à facilitação do acesso. Os objetivos específicos estão pautados em identificar os acervos fotográficos (suportes, temáticas, períodos/datas, volumes, conservação, descrição, acesso e difusão); verificar a existência de instrumentos de pesquisa voltados à recuperação da informação e analisar a descrição da informação fotográfica a partir dos instrumentos de pesquisa localizados. O universo de pesquisa é representado pelas 17 instituições públicas do Estado de Santa Catarina pertencentes ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. A pesquisa se caracteriza como de natureza básica com abordagem qualitativa. De acordo com os objetivos se classifica como exploratória e descritiva e no que tange aos procedimentos utilizados compreende a análise bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário on-line e o uso de um diário de campo. Dos 17 arquivos públicos que compõem o universo da pesquisa, 10 responderam ao questionário. Os resultados indicam a existência de um expressivo volume de fotografias impressas custodiadas nos arquivos. Os temas dos acervos fotográficos versam arquitetura, festividades, catástrofes, fotos de personalidades, monumentos, paisagens, entre outros. Dos tratamentos arquivísticos, mais da metade dos arquivos públicos catarinenses aplicam algum tipo de tratamento arquivístico (classificação, avaliação, preservação, descrição, difusão), indicando a preservação como a função arquivística mais realizada nos acervos fotográficos. Identificou-se que nem todas as entidades desempenham a descrição arquivística das fotografias, e que das entidades que descrevem estes documentos, nem todas utilizam as normas técnicas de descrição arquivística. Os resultados revelam também que três arquivos possuem o instrumento de pesquisa em formato digital, ainda assim, a consulta pode ser concretizada somente em dois instrumentos (catálogo e índice). A pesquisa em tela pontuou a descrição arquivística como uma função essencial em relação à representação da informação, e que este processo aduz tanto na organização como na facilitação do acesso ao documento fotográfico. Possibilitou traçar um panorama geral dos acervos fotográficos impressos dos arquivos públicos do Estado de Santa Catarina com relação à existência e à representação dos documentos fotográficos custodiados nos arquivos catarinenses, assim como a demanda pela elaboração da descrição arquivística e disponibilização dos instrumentos de pesquisa (impressos e on-line) para acesso público, tendo em vista que os fundos documentais fotográficos existentes em um arquivo, além de preservarem a memória social, instituem parte do patrimônio do país.

**Palavras-chave:** Fotografia impressa. Acervo fotográfico. Arquivo Público. Descrição arquivística. Acesso à informação. Representação da Informação.



## ABSTRACT

*Photography is a form of contemporary record in society and has been presented as an important documental source, conquering more and more space as a document of evidential and historical value in the archival area, making studies aimed at this type of document relevant. The objective here is to map the printed photographic collections of the public archives of the State of Santa Catarina and the archival treatment given to these documents, in terms of archival description and facilitating access. The specific objectives are based on identifying the photographic collections (supports, themes, periods/dates, volumes, conservation, description, access and dissemination); verify the existence of research instruments aimed at information retrieval and analyze the description of photographic information from the research instruments located. The research universe is represented by the 17 public institutions of the State of Santa Catarina belonging to the National Register of Archival Collections Custodian Entities. The research is characterized as basic in nature with a qualitative approach. According to the objectives, it is classified as exploratory and descriptive and with regard to the procedures used, it comprises bibliographic and documental analysis. Data collection was performed through the application of an online questionnaire and the use of a field diary. Of the 17 public files that make up the research universe, 10 responded to the questionnaire. The results indicate the existence of an expressive volume of printed photographs held in the archives. The themes of the photographic collections deal with architecture, festivities, catastrophes, photos of personalities, monuments, landscapes, among others. Of the archival treatments, more than half of Santa Catarina's public archives apply some type of archival treatment (classification, evaluation, preservation, description, dissemination), indicating preservation as the most performed archival function in photographic collections. It was identified that not all entities perform the archival description of photographs, and that of the entities that describe these documents, not all use the technical standards of archival description. The results also reveal that three files have the search instrument in digital format, even so, the query can be carried out only in two instruments (catalog and index). The on-screen research pointed out the archival description as an essential function in relation to the representation of information, and that this process contributes both to the organization and to facilitating access to the photographic document. It made it possible to draw an overview of the printed photographic collections of the public archives of the State of Santa Catarina in relation to the existence and representation of photographic documents held in the archives of Santa Catarina, as well as the demand for the elaboration of the archival description and availability of research instruments (printed and online) for public access, considering that the photographic documentary funds existing in an archive, in addition to preserving the social memory, constitute part of the country's heritage.*

**Keywords:** *Printed photography. Photographic collection. Public archive. Archival description. Access to information. Information of Representation.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão de Patrimônio Cultural .....	39
Figura 2 - Catálogo utilizado como instrumento de pesquisa na entidade pesquisada .....	109
Figura 3 - Índice por assunto: pertencente ao acervo fotográfico da instituição pesquisada .....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Volume do acervo fotográfico nos arquivos públicos de Santa Catarina .	77
Gráfico 2 - Recebimento/Recolhimento de fotografia impressas.....	78
Gráfico 3 - Principal órgão produtor do acervo fotográfico nos arquivos públicos de Santa Catarina .....	80
Gráfico 4 - Quanto à cromia (cor) das fotografias custodiadas nos arquivos públicos de Santa Catarina .....	83
Gráfico 5 - Percentual quanto à cromia (cor) das fotografias nos acervos catarinenses .....	84
Gráfico 6 - Período cronológico dos acervos fotográficos custodiados nos arquivos	85
Gráfico 7 - Composição do acervo fotográfico .....	86
Gráfico 8 - Formas de acondicionamento dos documentos fotográficos .....	88
Gráfico 9 - Controles preventivos aplicados nos acervos fotográficos. ....	91
Gráfico 10 – Meios de difusão utilizados para disseminar os documentos fotográficos .....	93
Gráfico 11 - Divisão/Organização dos acervos fotográficos dos arquivos públicos catarinenses .....	96
Gráfico 12 - Instrumentos de pesquisa em formato digital .....	100
Gráfico 13 - Dos processos de tratamento arquivístico realizado(s) nos acervos fotográficos catarinenses .....	101
Gráfico 14 - Norma utilizada no processo de descrição arquivística do acervo fotográfico.....	103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funções arquivísticas.....	33
Quadro 2 - Instituições públicas apontadas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do estado de Santa Catarina.....	67
Quadro 3 - Objetivos específicos e aspectos metodológicos .....	72
Quadro 4 - Arquivos públicos participantes da pesquisa.....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais temáticas que compõem os acervos fotográficos catarinenses .....	82
Tabela 2 - Instrumentos de pesquisa utilizados na identificação, localização e, ou consulta no acervo fotográfico catarinense .....	98
Tabela 3 - Elementos utilizados para descrever a fotografia.....	104

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C	-	Antes de Cristo
AAAPESC	-	Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
AP	-	Arquivo Participante
APESC	-	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
CIA	-	Conselho Internacional de Arquivos
CODEARQ	-	Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ	-	Conselho Nacional de Arquivos
ECA	-	Encontro Catarinense de Arquivos
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAAR (CPF)	-	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD (G)	-	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	-	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	-	Norma Internacional para Descrição de Instituições de Acervo Arquivístico
LAI	-	Lei de Acesso à Informação
NOBRADE	-	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OC	-	Organização do Conhecimento
OI	-	Organização da Informação
PR	-	Paraná
RC	-	Representação do Conhecimento
RI	-	Representação da Informação
SC	-	Santa Catarina
SEA	-	Secretaria do Estado da Administração
SOC	-	Sistemas de Organização do Conhecimento
SPHAN	-	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA .....	18
1.2	OBJETIVOS .....	19
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos.....</b>	<b>19</b>
1.3	JUSTIFICATIVA.....	19
<b>2</b>	<b>A FOTOGRAFIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>24</b>
2.1	A FOTOGRAFIA COMO UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO .....	29
2.2	PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO .....	34
2.3	ASPECTOS HISTÓRICOS DOS ARQUIVOS PÚBLICOS .....	43
<b>3</b>	<b>ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>51</b>
3.1	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA .....	56
3.2	ACESSO À INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO .....	60
<b>4</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>66</b>
<b>5</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>75</b>
5.1	Características dos acervos fotográficos de Santa Catarina .....	76
5.2	Instrumentos de pesquisa do acervo fotográfico de Santa Catarina .....	95
5.3	Análise dos instrumentos de pesquisa .....	106
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, a humanidade apresenta a necessidade de registrar seus costumes, experiências e de transmitir informações de diferentes necessidades: econômicas, políticas, culturais, sociais e educativas.

Os sistemas de comunicação (desenhos rupestres, emissão de som, objetos simbólicos etc.) rudimentares ou não (documentos escritos, analógicos, digitais etc.), são transformados na medida em que o homem também se transmuta. Assim, desde que a escrita é utilizada para registrar a informação, o homem também aperfeiçoou o material sobre o qual gravava essa mesma informação. Entre os principais suportes utilizados para o registro de informação ao longo da história, podemos citar o papiro, a argila, o couro, o papel e, atualmente, os múltiplos suportes eletrônicos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Entre rupturas e permanências, o registro da informação<sup>1</sup> é essencial para que ela possa ser utilizada por mais pessoas, minimizando os fatores de limitação de tempo e espaço. Segundo Smit (2012), a informação que não coubesse no ato de registrar, por mais importante que fosse, não seria passível de uma socialização mais profusa, porque seu acesso seria irreal.

E aqui apresenta-se a primeira delimitação dos estudos da presente pesquisa: a informação registrada. Nessa perspectiva, a informação é um conhecimento inscrito sob qualquer forma: escrita, oral ou audiovisual (LE COADIC<sup>2</sup>, 2004). Conseqüentemente, em determinados aspectos, a prática de registrar levou à consciência de que também era preciso preservar os registros. Nesse contexto, delimita-se em mais um aspecto da informação registrada, o registro orgânico arquivístico, ou seja, o documento arquivístico. Entendidos como “aquele que, quaisquer que sejam sua data, sua forma, e seu suporte que foi naturalmente criado por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada” num determinado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais (DELMAS, 2010, p. 129). À vista disso, os arquivos passam a fazer parte do contexto da sociedade humana (SILVA *et al.*, 2009). Assim, delimita-se a presente pesquisa na informação registrada e produzida no decurso da vida de pessoas e/ou instituições em razão de suas

---

<sup>1</sup> Refere-se ao “documento” na perspectiva arquivística.

<sup>2</sup> Le Coadic fala numa perspectiva mais abrangente, voltada para a produção científica.



atividades e que no âmbito da Arquivologia denomina-se como documento arquivístico, ou informação orgânica arquivística, também conhecida como informação arquivística.

Schellenberg (2006, p. 25, grifo nosso) explica que os “**arquivos como instituição**, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega”. Entre os séculos V e IV a.C., os documentos considerados de valor pelos atenienses, eram guardados em templos, como Metroon. Nesses templos eram conservados alguns documentos como, por exemplo: tratados, leis, minuta de conclave popular e outros documentos oficiais da época (SCHELLENBERG, 2006).

Partindo desse pressuposto, apresenta-se por fim o objeto de estudo aqui eleito, a fotografia impressa. Ela faz parte de um contexto social recente, a partir do século XIX, todavia de grande impacto para sociedade.

Para Silva e Duarte (2016, p. 148), “a imagem como informação torna-se cada vez mais presente, especialmente quando tratada adequadamente, descrita, indexada, conforme métodos e técnicas da organização e representação da informação”. O acervo fotográfico assume papel relevante no cenário atual, adquirindo cada vez mais importância como documento de informação e memória (SILVA; DUARTE, 2016; SMIT, 2011). Entretanto, grande parte dos acervos fotográficos, infelizmente, encontram-se em estado precário e desorganizados nos arquivos, muitas vezes não tendo condições de consulta pelo público (SIMIONATO, 2017).

A fotografia pode ser um significativo elo na construção de entendimentos ou memórias, tais como: costumes, celebrações, músicas, arquitetura, vestuários, arte etc., advindos de investigação e análise com demais conjuntos do patrimônio documental. Todavia, frente aos apontamentos realizados acima (SILVA; DUARTE, 2016; SIMIONATO, 2017; SMIT, 2011), a fotografia necessita ser organizada e disponibilizada.

Nesse cenário, a presente pesquisa tem como interesse a documentação fotográfica impressa existente nos arquivos do estado de Santa Catarina. O intuito é propiciar para a sociedade um panorama da existência e à representação informacional desses documentos que estão custodiados nos arquivos públicos catarinenses e que fazem parte do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivístico do Brasil, um cadastro oficial no âmbito arquivístico vinculado ao Conselho Nacional de Arquivos, órgão este responsável pela política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil.

Os fundos documentais existentes em um arquivo, além de preservarem a memória social, constituem parte do patrimônio de um país. Sob o entendimento de Cloonan (2016), patrimônio documental está categorizado como bem material e é composto por documentos históricos que, em grande parte, encontram-se conservados em instituições de custódia para estudo. “Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais” (BOSI, 2003, p. 20). O acervo fotográfico, quando organizado e disponibilizado possibilita enriquecimento cultural e histórico para sociedade. Dessa forma, é essencial que os documentos arquivísticos estejam organizados e acessíveis aos usuários/cidadãos.

Nesse universo, é importante que as instituições custodiadoras elaborem instrumentos de pesquisa com o propósito de facilitar o acesso documental para a sociedade. Os documentos, sendo eles de suporte analógico ou digital, quando devidamente tratados, proporcionam ao cidadão o direito ao acesso informacional facilitado (BELLOTTO, 2006). Desse modo, para representar o documento arquivístico, Medeiros e Bräscher (2020) ressaltam que é necessário especificar o contexto de sua origem e a relação entre si, consolidando os princípios arquivísticos.

Nesse caso, a “[...] representação da informação é um tema amplamente discutido no campo da Ciência da Informação e visa otimizar o processo de recuperação da informação e possibilitar seu acesso e uso”. (MEDEIROS; BRÄSCHER, 2020, p. 3). Em diálogo direto com a Arquivologia adentramos nas questões das funções arquivísticas<sup>3</sup> (produção, classificação, avaliação, preservação, descrição, aquisição e difusão) que perpassam todo o ciclo de vida do documento arquivístico, funções estas que serão abordadas neste estudo, em especial a descrição, por ser uma representação da informação – principal elo para o cumprimento do acesso.

Ainda nesse contexto, no domínio da Arquivologia, a classificação e descrição são apontadas como os principais processos de tratamento da informação arquivística, com o objetivo de organizar e representar a informação produzida em um dado contexto, de tal maneira que possam atender às necessidades e serem acessíveis tanto aos custodiadores dos documentos quanto aos pesquisadores

---

<sup>3</sup> Funções arquivísticas é um termo utilizado pelos autores Rousseau e Couture (1998, p. 265) para intitular as atividades e os processos fundamentais aplicados à organização e tratamento nos arquivos, “[...] independentemente da idade destes”.

(SILVA *et al.*, 2014). Além disso, outro processo também utilizado para representar a informação é a indexação, que descreve e identifica um documento por meio de termos (palavras) (RIBEIRO 2011). É oportuno mencionar que esta pesquisa não tem como cerne aprofundar na temática de todos os processos que envolvem o tratamento arquivísticos nos acervos fotográficos, mas sim, identificar quais arquivos realizam a descrição arquivística nos documentos.

A descrição arquivística, é o processo de representação da informação, que advém da classificação. Nesta pesquisa não se aprofunda a temática da classificação arquivística, por não ser objeto de estudo, contudo enfatiza-se que é o apoio na qual a descrição se desenvolve.

Partindo dessa premissa, a descrição arquivística torna-se um dos processos importantes para a organização de um arquivo, e é por meio desta função “que se criam representações dos documentos (ou conjuntos documentais) com vista à sua posterior identificação e localização” (RIBEIRO, 1996, p. 9). À vista disso, para que existam pontos de acesso que possibilitem recuperar de forma rápida e eficaz qualquer documento, a descrição é parte essencial no processo da representação informacional.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema da pesquisa parte do pressuposto de que existe a informação fotográfica, pertencente ao patrimônio documental, e sua descrição é o elo principal entre a informação e o cidadão. Enfatiza-se que a fotografia, como demais documentos arquivísticos, é passível de estudos aprofundados e de tratamento, aqui focado na descrição da informação como meio de acesso.

Diante do exposto, indaga-se: Qual o tratamento arquivístico dispensado a estes documentos? Essa questão suscita outros questionamentos, tais como: Estes acervos estão organizados? As fotografias estão disponíveis para acesso? Há descrição arquivística? Segue alguma norma? Qual o volume, período/data e temática dos documentos? Há instrumentos de pesquisa para auxiliar na pesquisa destes documentos? Há meios de difusão do acervo fotográfico para sociedade, quais?

## 1.2 OBJETIVOS

Nesta subseção são evidenciados os objetivos, subsídios que determinam o norte da pesquisa pretendida.

### 1.2.1 Objetivo geral

Mapear os acervos fotográficos impressos dos arquivos públicos de Santa Catarina e o tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à descrição arquivística e à facilitação do acesso.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para auxiliar na resposta do objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os acervos fotográficos presentes nos arquivos públicos de Santa Catarina, sua composição, tratamento e disponibilização (suportes, temáticas, períodos/datas, volumes, conservação, descrição, acesso e difusão);
- b) Verificar a existência de instrumentos de pesquisa voltados à recuperação da informação para acesso ao conteúdo informacional do acervo fotográfico;
- c) Analisar a descrição da informação fotográfica a partir dos instrumentos de pesquisa localizados.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Os arquivos públicos do estado de Santa Catarina têm o dever de armazenar e conservar a documentação produzida. Sob amparo da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, de acordo com o Art. 1º, é incontestável o “[...] dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, p. 1). Esses documentos devem estar organizados e de fácil acesso a todo cidadão. Como apoio, tem-se a Lei n. 17.565, de 6 de agosto de 2018, que dispõe sobre o patrimônio cultural do estado de Santa Catarina e que traz em seu artigo 4º o seguinte texto:

Art. 4º Consideram-se de **valor histórico** ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os **documentos** e objetos que **estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso**, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (SANTA CATARINA, 2018, p. 2, grifo nosso).

O artigo da referida Lei expressa o dever da conservação de quaisquer tipos de documentos que façam parte da construção histórica e cultural da sociedade. Partindo dessas premissas, justifica-se esta pesquisa no âmbito social.

A motivação pessoal em realizar este estudo deve-se ao fato de a pesquisadora ser cidadã nascida e criada na cidade de Florianópolis/SC, ter se graduado na Universidade Federal de Santa Catarina e desejar retribuir para a sociedade, em especial catarinense, o conhecimento construído na academia. Cabe ressaltar que a disposição para realizar uma pesquisa, depende da motivação do pesquisador em relação à temática estudada. Nesse caso, a fotografia impressa é um tipo de documento arquivístico, na qual a pesquisadora teve contato durante sua experiência profissional, originando mais tarde interesse para a realização de estudos quanto à sua representação informacional no domínio social. O objeto desta pesquisa delimita-se na fotografia impressa devido suas especificidades físicas e por ser, nas unidades arquivísticas, documentos mais antigos do que a fotografia digital, necessitando de maior cuidado com a sua preservação e acesso.

Sob o ponto de vista científico, a existência da fotografia e outros recursos informacionais no século XX, fez com que sucedesse, no escopo da tipologia documental, a inclusão de novos conceitos e objetos informacionais (SIMIONATO, 2017). Nessa direção, a fotografia atrai discussões na literatura arquivística quanto às suas características e quanto ao tratamento documental a ela submetido. Segundo Lacerda (2008, p. 21), “[...] se as fotografias podem servir como fontes fidedignas, autorizadas e válidas aos estudos históricos, elas também devem ser consideradas peças importantes, como documentos na consideração dos conjuntos e fundos documentais tratados”.

Nessa mesma percepção, Tonello e Madio (2018, p. 77) destacam “as fotografias como fontes de informações geradoras de conhecimento e também como importante subsídio para pesquisa nas diferentes áreas”, como, por exemplo:

acadêmica, jurídica, administrativa, histórica, cultural ou de cunho social. Nesse mesmo sentido, Hera (2012) e Agustín Lacruz (2015) reforçam a ideia de que as fotografias são objetos de estudo científico e fontes valiosas de informações, apresentam vestígios do passado, assim como também, podem evidenciar testemunhos legais e históricos. Em suma, com a fotografia é possível coletar informações sobre “contextos socioeconômicos e históricos, cultural, modos de vida e sistemas de crenças em que eles foram — ou são — criados” (AGUSTÍN LACRUZ, 2015, p. 60).

A fotografia, portanto, foi conquistando aos poucos o status de fonte expressiva de informação e consolidando-se como documento em razão de atestar visualmente determinado fato. Vale lembrar que a informação, seja ela escrita, oral ou audiovisual, é elemento básico para a produção e disseminação do conhecimento. (TONELLO; MADIO, 2018, p. 78).

Com a consciência de que a fotografia conquista cada vez mais espaço como documento de valor probatório e histórico na área arquivística, considera-se ser relevante os estudos voltados para este tipo documental.

“As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam entre si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado” (KOSSOY, 2016, p. 23). Para o autor, a fotografia pode ser considerada como uma evidência real e como uma importante fonte histórica a ser utilizada pela sociedade (KOSSOY, 2016). Nesse universo, Lopez (2009) enaltece que, devido a polissemia da imagem, é importante considerar o contexto que a fotografia foi produzida, para assim direcionar e atribuir o mais próximo e correto significado para o documento fotográfico. Vale lembrar que, os documentos fotográficos em arquivos não devem ser retirados de seu contexto de produção, pois eles fazem parte de um todo orgânico. Dessa maneira, faz jus manter às claras as relações que mantém com os demais documentos.

Ao organizar um acervo fotográfico, é necessário representá-lo, desse modo a sua recuperação e acesso torna-se viável e eficaz. É interessante ressaltar, que para que a fotografia seja considerada um documento arquivístico, “[...] detentora de uma informação, espera-se estar devidamente contextualizada” (MANINI; 2016, p. 102). E com o apoio nisso, nos arquivos a fotografia como parte de um acervo, é recomendável que receba os tratamentos arquivísticos como os demais documentos, adotando os processos de classificação e descrição, assim como também dispor seu

lugar em instrumentos de pesquisa com intuito de facilitar sua recuperação e acesso (MANINI, 2016).

Segundo Smit (2011), o tratamento realizado em acervos fotográficos que façam parte de um arquivo, deverá ser subordinado à teoria arquivística. Vale ressaltar que, na área da Arquivologia, a organização e a representação são desenvolvidas, principalmente, nas atividades de classificação e descrição arquivística (VITAL; MEDEIROS; BRÄSCHER, 2017). Entende-se que a classificação e a avaliação também são processos de representação da informação, contudo, nesse estudo delinea-se o foco na descrição arquivística por ser o principal elo de acesso entre usuário e a informação, especialmente o usuário externo das instituições arquivísticas, ou seja, a sociedade.

Sob esse viés, os processos de organização e representação da informação e do conhecimento “proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais para a recuperação” (VITAL; MEDEIRO; BRÄSCHER, 2017, p. 41). Em virtude disso, são considerados meios fundamentais para obter o acesso à informação.

Entretanto, há uma diferença entre os métodos de organização, a Organização da Informação (OI) “se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais”, já a Organização do Conhecimento (OC) emprega “a unidade de pensamento (conceitos) [...]” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). Estes dois processos constituem, por consequência, dois tipos de representação, a Representação da Informação (RI) e a Representação do Conhecimento (RC). A OI e a RI são mais bem definidas no processo de descrição, enquanto a OC e a RC são utilizadas na atividade de classificação de modo mais claro (VITAL; MEDEIROS; BRÄSCHER, 2017). A organização da informação e sua representação entram em destaque para que a informação possa ser recuperada com maior precisão e no menor tempo possível (SMIT, 2011; PINHO; NASCIMENTO; MELO, 2015).

Diante desses argumentos, justifica-se a presente pesquisa no meio acadêmico por ser relevante na área científica, tendo como oportunidade realizar um mapeamento direcionado à descrição arquivística dos acervos fotográficos existentes nos arquivos públicos do estado de Santa Catarina.

Schveitzer e Silva (2019) apontam resultados referentes aos termos “fotografia” e “arquivo público”, em um estudo intitulado “Acervo fotográfico em Arquivos Públicos: em busca do corpus da literatura e suas contribuições”. A pesquisa expõe como

principal objetivo identificar o que a literatura da Ciência da Informação tem apresentado sobre o tema documento fotográfico custodiado em arquivos públicos. O estudo foi direcionado para publicações científicas on-line, e as bases de dados selecionadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Base de Dados Referências de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e Scopus. Como resultado, foi evidenciada a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas voltadas para o documento fotográfico, bem como possíveis aprofundamentos.

Diante do exposto, esta pesquisa está organizada em seis seções, a contar a da introdução, a qual discorre sobre o problema de pesquisa, objetivos e justificativa. Na segunda seção são abordados os aspectos históricos da fotografia, sua constituição como documento arquivístico e patrimônio documental. Nessa mesma seção também estão contextualizados os aspectos históricos dos arquivos públicos. Na seção três apresenta-se a organização e representação da informação e do conhecimento, dispondo como subseções os temas: descrição arquivística e acesso à informação e preservação. Na quarta seção são delineados os aspectos metodológicos, que discorre sobre as características da pesquisa, sua natureza, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e o detalhamento do universo deste estudo. Após esta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, expondo gráficos, tabelas, figuras e discursos a partir dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais desta dissertação, as referências e o apêndice.



## 2 A FOTOGRAFIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS

Esta seção apresenta os aspectos históricos da fotografia e sua trajetória documental na sociedade contemporânea. A invenção da fotografia no século XIX é recente e trouxe para o contexto social um olhar “aparentemente real” das informações e dos acontecimentos de cada período vivido.

Na primeira metade do século XIX, a fotografia se apresenta para o mundo como uma “invenção” capaz de saciar e ampliar o mercado de consumo das imagens<sup>4</sup> (ROUILLÉ, 2009; FABRIS, 2009; SONTAG, 2004). A Revolução Industrial potencializou a necessidade de uma vasta difusão de imagens. Nesse contexto, “há uma demanda crescente de imagens fidedignas, exatas, baratas, de execução rápida capazes de superar aquele *unicum*<sup>5</sup> representado pela obra de arte tradicional [...]” (FABRIS, 2009, p.13).

Joseph Nicéphora Niépce e Louis Jacques Mandé Daguerre, um litógrafo e o outro pintor, respectivamente, ambos de nacionalidade francesa, associam-se em 1829 para pesquisar de forma independente, uma nova forma de registrar as imagens. Através de muitos estudos, trocas de correspondências e aperfeiçoamento de técnicas de produção e exposição fotográfica, no dia 19 de agosto de 1839 é divulgada a descoberta da fotografia (ROUILLÉ, 2009; FABRIS, 2009). Além da divulgação, o governo francês libera ao mundo a patente desta invenção com a intenção de aproximar o “processo fotográfico à lógica industrial” (FABRIS, 2009, p. 14).

A contemporaneidade da fotografia e suas funções documentais surge quando a sociedade industrial se encontra em grande “expansão das metrópoles e da economia monetária, a industrialização, as modificações do espaço, do tempo e das comunicações —, mas, também, a democracia” (ROUILLÉ, 2009, p. 16). Esses fatos, ligados à sua natureza mecânica, fez da fotografia, na metade do século XIX, “a imagem da sociedade industrial, a mais adequada para documentá-la, servi-lhe de ferramenta e atualizar seus valores” (ROUILLÉ, 2009, p. 16).

A industrialização da fotografia permitiu sua rápida absorção pelos meios racionais – ou seja, burocráticos – de gerir a sociedade. [...] As fotos foram arroladas a serviços de importantes instituições de controle, em especial a família e a polícia, como objetos simbólicos e como fontes de informação.

---

<sup>4</sup> O termo “imagem”, nesta pesquisa, designa-se como sinônimo das palavras: foto, retrato ou fotografia.

<sup>5</sup> Palavra em *latim* que em português é traduzido pelo termo único.

(SONTAG, 2004, p. 32).

As fotografias começam a ser apreciadas porque fornecem informação, a percepção do mundo aumenta em torno de imagens produzidas e tornam-se um importante modo de informar a sociedade quaisquer notícias da época.

Kossoy (2012) elucida que após a descoberta da fotografia, o mundo tornou-se “familiar”. As pessoas passaram a ter conhecimento mais preciso e amplo de informações e outras realidades que até então eram transmitidas por meio de três vertentes: a escrita, a oral e a pictórica. “Produto novo num mercado de consumo dominado por técnicas seculares [...]”, a fotografia foi a melhor resposta quanto aos “seus atributos fundamentais – nitidez e veracidade” (FABRIS, 2009, p.15).

Até então, as informações que circulavam na sociedade, antes da descoberta da fotografia, podem-se dizer que, talvez fossem insuficientes no ato de comunicar-se com tamanha nitidez, performance e originalidade.

A descoberta da fotografia propiciaria, de outra parte, a inusitada possibilidade de autoconhecimento e **recordação**, de criação artística (e, portanto, de ampliação dos horizontes da arte), de **documentação e denúncia graças à sua natureza testemunhal** (melhor dizendo, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). [...] A história, contudo, ganhava um novo documento: uma verdadeira revolução estava a caminho. (KOSSOY, 2012, p. 29).

Fabris (2009) expõe anteriormente o seguinte princípio: dispor a fotografia entre os “meios da ciência” acarreta dizer que a nova imagem era o reflexo do real. “Sua natureza mecânica assegurava uma exatidão até então desconhecida, fruto da concordância absoluta entre objeto e representação” (FABRIS, 2009, p. 22). Nesse sentido, Rouillé (2009, p. 109) reforça a ideia de que “[...] a fotografia vai contribuir para modernizar o conhecimento; em particular, o saber científico”.

Para Rouillé (2009), a fotografia em meados do século XIX era uma descoberta moderna parte de uma sociedade industrial que começava a surgir. A consagração da fotografia passou a ser uma ferramenta na qual a sociedade tinha necessidade de um sistema de representação adaptado ao seu nível de desenvolvimento: grau de tecnicidade, modos de organização social e político, valor e economia. Por isso, na metade do século XIX, a melhor resposta para estas necessidades foi a imagem fotográfica, quando alcançou o papel de documento, isto é, teve o “poder de equivaler legitimamente às coisas que ela representava” (ROUILLE, 2009, p. 31).

Fabris (2009, p. 22, grifo nosso) ressalta que da fotografia decorre duas primordiais qualidades: “uma **força documental** e uma **capacidade de comprovação**, que se opunham à subjetividade e à idealização da arte, e que acabarão por transformá-la num dos instrumentos privilegiados das ciências do século XIX”. A fotografia, tratando-se de uma reprodução rápida, econômica e mais fiel do que o desenho, impõe-se de imediato como a ferramenta por excelência, aquela que a ciência contemporânea precisava (ROUILLÉ, 2009).

Meneses (2002) explica que, no século XIX, a fotografia era imposta como uma evidência do “real”, ou seja, era algo neutro, eficaz e imune às manipulações. Naquele século, a fotografia era vista como um “efeito-verdade”, referindo-se a um testemunho totalmente confiável. Desde sua invenção e ao longo de sua trajetória, até os dias atuais (século XXI), a “fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, ‘testemunho da verdade’ do fato ou dos fatos” (KOSSOY, 2016, p. 21-22). Todavia, desde o século XX se constitui uma ideia diferente a respeito da fotografia na qual ela passa a ser vista como um registro passível de ambiguidades e interpretações (MENESES, 2002; BARTHES, 2011). “A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo que existe ou existiu era semelhante ao que está na imagem” (SONTAG, 2004, p. 16). Aqui entende-se que os questionamentos quanto à neutralidade ou à imunidade da fotografia ocorre ao longo da passagem dos séculos de uma forma processual, principalmente por conta de casos que envolveram imagens de guerras (civil e mundial) como meio de manipulações das informações. Dessa forma, a origem deste documento é elemento primordial para sua contextualização. Para tanto, trabalhar com as fotografias significa conhecer suas origens, produções e razões que levaram a criar estes documentos.

Enfatiza-se aqui a fotografia como construção passível de interferências, direcionamentos e, ou deslocamento/distanciamento da “verdade”. E conforme abordado por Sontag (2004, p.17), “embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a intérprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e desenhos”. Por isso, como já abordado, conhecer o contexto e entender o motivo de sua existência/produção, torna-se fundamental.

Na concepção de Kossoy (2016), se a fotografia, por um lado, tem valor irrefutável por propiciar consecutivamente a todos, em todo o mundo, resquícios visuais que revelam informações “das múltiplas atividades do homem e de sua ação sobre os outros homens e sobre a natureza, por outro lado, ela sempre se prestou e

sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos” (KOSSOY, 2016, p. 21-22). A fotografia é uma construção humana, mas também fonte registrada de informações que podem indiciar práticas, comportamentos de diferentes grupos socioculturais, em contexto e temporalidades diferentes.

Filippi, Lima e Carvalho (2002, p. 11) destacam que,

[...] a fotografia deixou definitivamente de ser um mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, uma matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da história, acontecimentos e grupos sociais.

Nesse sentido, “[...] toda fotografia é um certificado de presença. Esse certificado é o gene novo que sua invenção introduziu na família das imagens” (BARTHES, 2011, p. 95). Além disso, Meneses (2002, p. 142) reitera “[...] que imagem não mente jamais, o discurso dos homens sobre ela e por seu intermédio é que pode ser mentiroso”. Sontag (2004, p. 15) esclarece que “as fotos que brincam com a escala do mundo, são também reduzidas, ampliadas, recortadas, retocadas, adaptadas, adulteradas”. A imagem em si é fixa, todavia, sua construção (ângulo, cenário, luz etc.) interfere na gênese da imagem. Sua autenticidade também está associada aos atributos impostos na origem da fotografia. Cardoso e Mauad (1997, p. 574) explicam que este desafio impõe

[...] a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos — homens e signos — interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade.

A fotografia como parte dessa rede profunda de significações, evidencia por meio de suas imagens pistas relacionadas às trajetórias em diferentes épocas vividas/construídas pela sociedade. Sob este aspecto, a fotografia produzida/contextualizada também é um importante como documento arquivístico. Integra um signo não verbal que pode ser compreendido tanto como relíquia ou lembrança de algo, ou como uma composição de significados relativos a uma determinada mensagem (CARDOSO; MAUAD, 1997).

A imagem fotográfica é assim um documento, ela “revela aspectos de vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 575). Através dela, pode-se

representar iconicamente uma lembrança do passado, um flagrante surpreendente, aspectos arquitetônicos, obras públicas e entre outros fatos. Diante disso, a fotografia registra aspectos de um evento e pode ser uma das fontes contributivas às leituras e releituras de histórias e à preservação de memórias. Como afirmado por Silva e Duarte (2016), o acervo fotográfico é um importante instrumento de consultas que retrata lembranças do passado. Para Sontag (2004, p. 34), “[...] a necessidade de confirmar a realidade e de realçar a experiência por meios de fotos é um consumismo estético em que todos, hoje, estão viciados”. As sociedades industriais com passar dos anos transformaram seus cidadãos em dependentes de imagens. As fotos nos ensinaram uma nova forma visual de receber informações e ampliar nossas ideias ao observar o mundo.

As fotografias são memoráveis, cada “[...] foto é um momento privilegiado, convertido em um objeto diminuto que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes” (SONTAG, 2004, p. 28). Nesse caso, o registro fotográfico está condicionado à finalidade de seu produtor, ou seja, os motivos que levaram a sua origem. É nesse contexto que se delimita também o documento fotográfico arquivístico, pertencente a um conjunto orgânico de informações registradas, ele é produzido e, ou recebido no decurso da vida de uma pessoa ou instituição e em razão das funções e atividades desempenhadas por esse produtor.

Manini (2009) explica que:

[...] a fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um grupamento sistemático respeitando a organicidade do fundo a que pertence. (MANINI, 2009, p.127).

A fotografia é retratada como um exemplo de espécie documental e um importante elemento do patrimônio documental de uma sociedade e possível de ser produzida em contexto arquivístico. Este documento pode proporcionar aos indivíduos informações de diferentes naturezas, tais como: culturais, históricas, sociais, políticas etc., e assim fazer parte para a construção da memória de um povo.

Para melhor entendimento, os critérios que definem a fotografia como documento arquivístico serão aprofundados na próxima subseção.

## 2.1 A FOTOGRAFIA COMO UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Com o propósito de dar continuidade à discussão, contextualiza-se o significado de documento no contexto deste estudo, pois é uma palavra bastante utilizada em diversos domínios do conhecimento. Paul Otlet (1937) refere-se ao documento podendo ser “livro, manuscritos, revistas, jornais, escritas e reproduções de todos os tipos gráficos, [...], gravuras, mapas, [...], **fotografias** [...]”. (OTLET, 1937, p. 9, grifo nosso, tradução nossa). Para o autor, o termo “documento” ou “unidade documental” poderia ser utilizado para designar qualquer coisa que fosse informativo, não importando seu tipo de suporte. Ressalta-se que a abordagem apresentada por Otlet é do final dos anos 30 (século XX), entretanto, representativa para os dias atuais.

Para Bellotto (2006), documento é conceituado como,

[...] qualquer elemento gráfico, **iconográfico**, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, **a fotografia**, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. (BELLOTTO, 2006, p. 36, grifo nosso).

Silva e Duarte (2016, p. 155) explicam que, para alguns especialistas na área de Arquivologia, o documento fotográfico é caracterizado como “documento iconográfico ou documento especial”. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documento iconográfico é o “documento que contém imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como **fotografias** e gravuras” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 76, grifo nosso). Estabelecidas as definições de documento, a próxima etapa é compreender o que determina um documento arquivístico.

O que difere os documentos arquivísticos de outros tipos de documentos são as relações que estabelecem entre si, o seu contexto probatório e orgânico. A informação que consta em um documento complementa a informação contida em outro documento. Este vínculo orgânico entre as informações materializadas nos documentos constitui um documento arquivístico (CARVALHO; LONGO, 2002).

Mariz e Dutra (2018) relatam que nem todo documento pode ser considerado um documento arquivístico. Para isso, os mesmos devem

[...] ter sido criados ou acumulados na consecução de algum objetivo, guardando relações orgânicas com os outros documentos produzidos e/ou acumuladas pelas mesmas entidades, seja ela pública ou privada, individual ou coletiva, no transcurso de suas funções e atividades. (MARIZ; DUTRA, 2018, p. 8).

Nesse caso, o que determina se o documento é arquivístico ou não, são as razões de sua produção/uso, os objetivos e o contexto de sua criação. Sendo assim, os documentos fotográficos após o tratamento da imagem, especificamente a descrição arquivística, devem constar informações que comprovem e contextualizem sua origem a fim de facilitar a identificação do conteúdo e torná-lo acessível à sociedade. O objetivo de representar uma imagem fotográfica e torná-la acessível, ou seja, possibilitar o acesso à informação ao usuário, algumas vezes torna-se complexo. Porquanto, este processo requer uma atenção do profissional arquivístico e tratamento técnico que traga a representação da informação que contemple todos os dados extraídos tanto da imagem quanto da sua produção (BOCCATO; FUJITA, 2006). Para Lacerda (2012, p. 293), é necessário conhecer “[...] o autor da imagem, o autor institucional e as pessoas que colaboraram para que a imagem fosse criada e se tornasse capaz de cumprir uma função. Esses dados podem referir-se tanto à forma física quanto à intelectual [...]”.

Para Meneses (2002), o significado de uma foto torna-se completo quando retrocede ao documento de partida, ou seja, quando se traça “[...] uma biografia da imagem, o que, por força, exigiria o exame de outras fontes que não a imagem, ela própria” (MENESES, 2002, p. 138). A visão do autor supracitado possibilita entender, que ainda assim, é necessário voltar ao documento de origem, como exemplo, um documento que contenha informações do autor, local, data etc., tal operação pode contextualizar de forma mais precisa o conteúdo da imagem. Lacerda (2012) esclarece que nos documentos fotográficos, todavia,

[...] tal vinculação não ocorre de forma automática. Na maioria dos casos, os elementos externos e internos não necessariamente apontam para as circunstâncias, fatos ou atos que deram origem à documentação. É necessário restabelecer os vínculos com outros documentos que tomaram parte na transação que originou o documento, o que nos leva a considerar condição para uma contextualização dos documentos fotográficos sua articulação com outros documentos. (LACERDA, 2012, p. 293).

A importância de ver as imagens relacionadas ao conjunto do qual fazem parte,

entendendo que “esse conjunto não só com os outros documentos fotográficos, mas também documentos de outros gêneros que se relacionam com ele, documentos textuais, entre outros”, pode ser considerado essencial para esclarecer informações sobre a origem, a interpretação, as intenções e até a função da fotografia (MARIZ; CORDEIRO, 2018, p. 6095).

No que diz respeito aos inúmeros documentos fotográficos avulsos que aparecem nas entidades arquivísticas (públicas e privadas) arquivados por diferentes formas de organização, nesse caso é importante considerar as referências que o documento apresenta em sua materialidade e tentar buscar elementos de origem e função em outros documentos no arquivo que dividem espaço com as fotografias e que tenham participado da mesma atividade de sua produção. Afinal, essas fotografias avulsas também precisam ser recontextualizadas, organizadas e disponíveis para o acesso da sociedade (LACERDA, 2012).

Ressalta-se aqui aspectos fundamentais da fotografia enquanto documento arquivístico, origem, finalidade, organicidade e usos. Para que isso ocorra, é essencial que o documento fotográfico seja tratado e reconhecido como os demais documentos arquivísticos. Ou seja, quando é permeado pelas características de um documento arquivístico que necessita ser contextualizado e apresentar veracidade; imparcialidade; autenticidade; naturalidade; inter-relacionamento; unicidade, (DURANTI, 1994).

A fotografia, enquanto documento, pode ser custodiada e tratada em diferentes instituições de cunho informacional, como bibliotecas, museus, centro de documentação e arquivos, para ser um documento arquivístico dependerá das razões de sua criação, ou seja, da função e contexto de uso assumido pelo documento, como já abordado. Todavia, “em cada instituição de custódia é aplicado um método característico de organização” e representação das informações, com o objetivo de possibilitar e, ou intensificar o acesso aos documentos (MACHADO; SEMIDÃO; MADIO, 2019, p. 2).

Perante o contexto arquivístico, a fotografia para os autores Machado, Semidão e Madio (2019, p. 3),

[...] é considerada como um produto informacional enquanto construto institucional (evado de intenções, propósitos, ideários etc.) cuja imagem veiculada apresenta a presença de elementos contextuais que necessitariam ser identificados para proporcionar uma melhor compreensão e uma



consequente organização arquivisticamente qualificada.

Nessa perceptiva, a representação e organização condicentes de um acervo fotográfico exige conhecimentos mais precisos com relação ao contexto orgânico, permeado por questões administrativa, cultural, social, política e histórica. Agustín Lacruz (2015) explica que para entender o significado das imagens, deve-se considerar que se trata de objetos sociais, históricos e culturais e, como tal, evoluem tanto ao longo do tempo e espaço. Para a autora, a fotografia detém alguns elementos básicos, quais sejam: autor (produtor da imagem); receptor (leitor); a fotografia (imagem icônica ou próprio texto) e por último o contexto (conjunto de elementos que envolvem o processo de comunicação/informação). Certamente, a inclusão desses dados na descrição arquivística colaboram para o entendimento da origem e contextual de uma imagem.

“Hoje, as imagens fotográficas são consideradas como objetos de estudo interdisciplinar, que pode ser abordado a partir de estruturas referenciais teóricas e científicas muito diferentes, entretanto complementares” (AGUSTÍN LACRUZ, 2015, p. 58, tradução nossa). Agustín Lacruz cita ainda algumas dessas facetas, como por exemplo: historiográfica (uso da fotografia como fonte de informação e como documento histórico); história da fotografia (história e técnicas da fotografia); artística (aborda as formas visuais e seus significados); sociológica (considera a fotografia uma evidência da realidade e uma ferramenta valiosa para investigar a sociedade e conhecer seu modelo cultural); informativa e documental (examina a imagem como uma evidência e registro dentro de um sistema de informação) (AGUSTÍN LACRUZ, 2015).

Além das características que se deve extrair e representar a informação em uma foto, as funções arquivísticas também são atividades a serem desenvolvidas e realizadas em qualquer documento de arquivo, que no âmbito desta pesquisa consiste no documento fotográfico.

Para Rodrigues (2003, p. 216), “a prática de representar as informações orgânicas, ou arquivísticas, sempre existiram”. Entretanto, para realizar o tratamento do documento arquivístico (físico e intelectual) é necessário que ocorra um conjunto de funções arquivísticas, quais sejam: criação/produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, conservação/preservação e difusão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Essas funções acompanham todo o ciclo pelo qual o documento arquivístico percorre, desde sua criação até sua destinação final, especialmente respeitada a

destinação de vida perene aos documentos históricos. Apresenta-se no Quadro 1 a conceituação de cada uma dessas funções.

Quadro 1 - Funções arquivísticas

Funções Arquivísticas	
<b>Criação/Produção</b>	“Contempla os procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na produção dos documentos de arquivo, abrangendo definições de normas, conteúdo, modelos, formato e trâmite; o papel do arquivista é de conselheiro, de consultor ao produtor do documento por meio da elaboração de manuais de produção de documentos [...]”.
<b>Classificação</b>	“Refere-se à criação e à utilização de planos de classificação que reflitam as funções, atividade e ações ou tarefas da instituição acumuladora dos documentos arquivísticos [...]; a classificação <b>orienta a organização intelectual do acervo</b> de forma a refletir a estrutura organizacional e decisória da instituição [...] a fim <b>de facilitar a recuperação e o acesso aos documentos [...]</b> ”.
<b>Aquisição</b>	“Comtempla a entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente; refere-se ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência e recolhimento de acervo; cabe ao arquivista estabelecer as regras e procedimentos para assegurar que o acervo é completo, confiável e autêntico e, desta forma, <b>lhe conferir o máximo de credibilidade como evidência, testemunha do contexto de sua criação e fonte de informação; [...]</b> ”.
<b>Conservação/ Preservação</b>	“Aspectos relacionados à manutenção da integridade física e/ou lógica dos documentos ao longo do tempo, bem como as tecnologias que permitem seu processamento e recuperação; ao arquivista cabe estudar os <b>suportes diversos de registro de informação arquivística e suas fragilidades e definir políticas de preservação para cada um deles</b> ”.
<b>Avaliação</b>	“Feita a partir de critérios preestabelecidos, definição dos prazos de guarda e destinação ( <b>eliminação ou preservação permanente</b> ) da documentação arquivística de uma dada instituição; [...] contempla a participação do arquivista nas ações da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, na elaboração e aplicação da tabela de temporalidade [...] abrange a atividade de fiscalização visando evitar a eliminação não autorizada de documentos arquivísticos. [...]”.
<b>Descrição</b>	“[...] é uma ação que perpassa todo o ciclo de vida do documento, devendo ter seus elementos adequados a cada uma das fases, [...] estabelecimento de <b>pontos de acesso para facilitar a recuperação dos documentos ou informação; [...]</b> ”.
<b>Difusão/Acesso</b>	“[...] é a “função arquivística <b>destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização</b> ”, [...] esta função, no entanto não se restringe ao acesso às informações e documentos armazenados, mas a difusão das práticas para que isso ocorra adequadamente, [...] formas de atendimento (presencial, telefone, fax, e-mail, correio), permissão de reprodução ou impressão, elaboração de guias de acervos, inventários e páginas na web; [...]”.

Fonte: Elaborado com base em Santos (2012, p. 178-181, grifo nosso).

As funções arquivísticas têm norteado as atividades desenvolvidas nos

arquivos. Cada função possui um objetivo a ser cumprido, sendo essencial a comunicação entre elas.

Vale lembrar que o foco desta dissertação está na representação da informação fotográfica, e para que isso ocorra a descrição arquivística, processo aqui enfatizado na pesquisa, é a função que realiza o processo de representação da informação tendo em vista o acesso da mesma. A partir dos elementos formais, de conteúdos e normas, a descrição arquivística permite a identificação dos documentos de arquivo e a elaboração de instrumentos de pesquisa e o acesso à informação. Nesse sentido, a descrição arquivística por ser função basilar para a representação da informação requer uma subseção desenvolvida no 3.1.

A próxima subseção discorre sobre o patrimônio documental arquivístico.

## 2.2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUÍVISTICO

No início da década de 1990, autores como Rousseau e Couture direcionaram estudos sobre o conceito de informação na área da Arquivologia. Nesse período,

[...] para além de registro, o documento de arquivo representava uma rede de relações em que a informação contida no documento tornava cada vez mais relevante o conceito clássico de documento: o conjunto representado por uma informação e seu suporte. (VITORIANO, 2017, p. 60).

Na época, a informação era apontada como item importante para o desempenho das funções e atividades de qualquer instituição. Ao identificar “o lugar dos arquivos na gestão da informação, fica claro como ela perpassa todas as atividades das organizações” (VITORIANO, 2017, p. 60). A informação como meio administrativo, técnico ou de conhecimento está presente em todo percurso do documento arquivístico. Baptista (2015, p. 22) ressalta sobre “a importância da informação registrada como um objeto da ciência da informação [...]”.

Os documentos de arquivo “[...] são objetos constituídos de uma díade composta pelo suporte documental e pela informação que ele carrega” (VITORIANO, 2017, p. 57). A arquivística é uma disciplina responsável por conduzir a “gestão da informação orgânica” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 284). Para os autores, a arquivística pode assumir três formas:

- uma forma unicamente administrativa (*records management*), cuja principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento;
- uma forma tradicional que põe a tónica unicamente no valor secundário do documento;
- uma forma nova, integrada e englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 284).

Para esta pesquisa é apropriado contextualizar, de forma breve, a perspectiva integrada. No final da década de 1980, os autores canadenses Couture, Ducharme e Rousseau, concretizam uma nova abordagem, denominada como “Arquivística Integrada” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011), que propõe uma integração para o tratamento dos documentos arquivísticos, “cujos estudos estão baseados nas realidades europeia dos documentos históricos e norte-americana da gestão documental” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 27). Ou seja, apresenta a necessidade de gestão documental como um processo completo, contínuo e unificado, “desde sua criação, e até antes desta, até à sua eliminação ou durante sua conservação permanente” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 260).

A Arquivística Integrada se preocupava com o tratamento da informação nos documentos arquivísticos no decorrer de todo seu ciclo de vida. Logo, para que ocorra o uso e o acesso e os documentos se constituam em fontes de conhecimento, é importante que sejam tratados de forma integrada em um conjunto sistêmico, estruturado e organizado. Nesse caso, o objeto da Arquivologia, nessa perspectiva, além do documento de arquivo e do arquivo (entidade), passa a ser informação de arquivo e arquivística (TOGNOLI, 2010).

Fauvel e Valentim (2008, p. 237) explicam que a informação apontada como de caráter arquivístico é “aquela gerada no âmbito interno ou externo à organização, relacionada às funções, atividades e tarefas organizacionais, ou seja, a informação arquivística tem peculiaridades e características específicas que a caracterizam claramente”.

As instituições públicas ou privadas são instituídas para alcançar um determinado fim. Essas instituições são compostas por pessoas que estão dispostas e divididas em setores, e é criado entre esses indivíduos um fluxo informacional, externo e interno para exercerem suas funções (BELLOTTO, 2006; CARVALHO; LONGO, 2002). Para as autoras Carvalho e Longo (2002, p. 115, grifo nosso), “essas informações que subsidiam as ações administrativas, quando **registradas** em um **suporte**, geram os **documentos arquivísticos**”.

Isto esclarece que embora se entenda que “a informação possa estar representada de múltiplas formas, na Arquivística limita-se ao documento, entendo como o suporte munido de informação, de significado, [...] coexistindo informação-documento” (BARROS; MARTINS, 2015, p. 140). Rousseau e Couture (1998, p. 65) destacam essa ideia ao expressar que “a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo”.

De fato, a informação orgânica é utilizada pelas unidades do organismo, quer pelo seu valor primário, a fim de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas, quer pelo seu valor secundário, a fim de efetuar pesquisas retrospectivas que põe em evidência decisões ou ações passadas (para obter um suplemento de informação relativo ao valor primário ou secundário da informação orgânica. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65).

Informação orgânica arquivística são informações registradas, documentos que fazem parte da vida de uma instituição ou pessoa. Independentemente de como a informação orgânica arquivística apresenta-se, por exemplo: fotografias, vídeos, cartas, minutas, ofícios, entre outros, elas proporcionam subsídios para conhecer o contexto de produção e o produtor. Para Barros e Martins (2015, p. 139, grifo do autor), a informação orgânica “estabelece um direito, comprova ou testemunha uma determinada ação jurídica, administrativa, ou seja, um tipo de informação que é profundamente regulada e controlada por *instâncias sociais e institucionais*”.

Lousada e Valentim (2010) abordam que informação orgânica é gerada em função das atividades organizacionais, pelos funcionários ou colaboradores da instituição, e estes são “produtores e consumidores” dessa informação gerada.

A informação orgânica arquivística, resultante da vida de um organismo, é essencialmente registrada, independente de suporte. Por isso, o documento arquivístico é orgânico, ou seja, mantém organicamente relações entre si e com a organização (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Na concepção de Rousseau e Couture (1998, p. 63),

qualquer organismo comanda um certo número de funções direta ou indiretamente ligadas à sua missão. As que se ligam de forma direta à missão dizem respeito inevitavelmente à produção ou à distribuição de bens e serviços. Permitem ao organismo satisfazer as exigências primordiais da sua existência. As funções ligadas indiretamente à missão vêm apoiar as atividades de produção ou de distribuição. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 63).

Os autores referidos acima explicam que a informação é parte essencial para o desempenho das funções e atividades de qualquer organização. Ao retratar o lugar dos arquivos na gestão da informação com clareza percebe-se como ela perpassa todas as atividades das organizações. Aliás, a informação orgânica arquivística é aquela produzida em função das atividades e do cumprimento da missão da instituição (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Nesse sentido, é importante manter os documentos organizados de acordo com os princípios arquivísticos, para que a informação possa ser usada como um recurso contributivo no ambiente organizacional. Se a informação é produzida e tratada de forma correta ela será confiável e poderá ser utilizada como instrumento nas tomadas de decisões e na competitividade empresarial (CARVALHO; LONGO, 2002).

A informação orgânica arquivística tratada e organizada, colabora para a preservação da memória coletiva. Em outras palavras, o tratamento realizado nos documentos arquivísticos com apoio das funções arquivísticas possibilita que estes documentos estejam organizados para acesso e uso da informação, podendo assim, constituir numa rica fonte de pesquisa e memória para a sociedade. Ou seja, o documento arquivístico, ou informação orgânica arquivística registrada é fruto das atividades de uma instituição ou pessoa ao cumprir sua missão e seus objetivos sociais, culturais, políticos, econômicos, institucionais e entre outros (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Nessa perspectiva, o documento é apontado como “unidade de registro de **informações**, qualquer que seja o **suporte** ou **formato**” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 73, grifo do autor). Rousseau e Couture (1998, p. 137) completam, ao afirmar que um documento “é um conjunto constituído por um suporte e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeitos de consulta ou como prova”.

Reitz (2004) denomina documento como um termo universal no qual consiste em qualquer assunto registrado com propósito de transmitir ou preservar a informação. Na concepção do autor, documento é o “

[...] ‘meio’ através do qual uma ‘mensagem’ (informação) é transmitida. Formatos de documentos contêm manuscritos, publicação impressa (livros, periódicos, mapas, gravuras etc.), mídias não impressas, recursos eletrônicos etc. (REITZ, 2004, p. 228, tradução nossa).

Nesse contexto mais amplo, Rodríguez Bravo (2002) esclarece a respeito da

funcionalidade que o documento proporciona, ressaltando o papel de comunicar a informação. Para a autora, o documento é basicamente um instrumento informativo, sendo o suporte responsável por portar uma mensagem a fim de informar um receptor. Salienta-se, assim, a amplitude do termo documento, do qual aqui se comunga, mas para a presente pesquisa se delimita no documento arquivístico.

Compreende-se que o documento arquivístico apresenta suas especificidades, como abordado, todavia, essas especificidades não o excluem do universo que compõe o patrimônio documental e cultural de um povo, de uma nação, por mais particular que o seja, uma vez que o patrimônio cultural de um povo “é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo”. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p. 12).

A preservação desse patrimônio cultural constitui, sobretudo, “cuidar de bens representativos da história e da cultura” de um determinado lugar, da história ou cultura de um grupo social (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012, p. 12). O patrimônio cultural divide-se em: 1) naturais; 2) culturais e 3) mistos (PELEGRINI, 2009). Os bens culturais que fazem partes destas categorias “também se dividem em bens materiais (ou tangíveis) e imateriais (ou intangíveis)”. (PELEGRINI, 2009, p. 27).

Da categoria cultural inclui-se: acervos documentais e arquivísticos, livros, obras de arte, crenças, danças, saberes, monumentos, fósseis etc. (LE MOS, 2010; PELEGRINI, 2009).

O conceito de patrimônio documental ainda não se encontra bem definido, seja em âmbito científico, legal ou prático. A legislação brasileira sobre patrimônios culturais abarca os documentos como integrantes deste universo, \*pela primeira vez, na Constituição de 1946, onde é discriminado o termo “documentos” como um dos itens de valor histórico que devem ser protegidos pela legislação patrimonial nacional. (CRIVELLI; BIZELLO, 2019, p. 43).

Como citado acima, o conceito de patrimônio documental não é algo bem definido na literatura, entretanto, está ligado intrinsecamente à ideia de documento. A partir daí, as fotografias consideradas como documentos arquivísticos, são parte do patrimônio documental e observadas numa escala maior são também parte de um patrimônio cultural. Para melhor compreensão a respeito de patrimônio cultural, Pelegrini (2009) representa por meio de um quadro essa divisão (Figura 1).

Figura 1 - Divisão de Patrimônio Cultural



Fonte: Adaptado de Pelegrini (2009, p. 28).

A autora referenciada acima, reforça em sua obra que os “bens tangíveis ou materiais se subdividem em dois tipos”:

- a) bens móveis – constituídos por meio de objetos de arte, objetos litúrgicos, fósseis, livros e documentos, acervos museológicos, **documentais e arquivísticos**; e
- b) bens imóveis – constituídos por meio de templos, monumentos, sítios paisagísticos e arqueológicos, entre outros (PELEGRINI, 2009).

Os documentos são “subprodutos da vida do homem na sociedade, são o registro do conhecimento e das ações humanas” (SANTANA; GALÁN, 2015, p. 30, tradução nossa). Dessa maneira, são elementos com características exclusivas que demandam distintos tratamentos e estudo em relação aos demais grupos que também fazem parte do patrimônio cultural (SANTANA; GALÁN, 2015).

Na década de 1920, alguns projetos e leis foram apresentados por políticos brasileiros, tais como, Wanderley Pinho, Luiz Cedro, Mello Vianna e outros. A intenção primordial desses políticos era promover a proteção do patrimônio cultural entre os



bens preserváveis, como, por exemplo: tetos, obras de marcenaria, pinturas de murais, janelas, portas, colunas, monumentos etc. (LEMOS, 2010). Mais tarde, bens considerados patrimoniais, como livros raros e antigos, códices, manuscritos históricos ou artísticos também fizeram parte dos seletos objetos a serem guardados, cuja conservação possa interessar à sociedade (LEMOS, 2010).

Somente a partir da década de 1930, o patrimônio brasileiro é protegido legalmente, quando então é criada a Lei n. 378, de 13 janeiro de 1937, referente ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje em dia nomeado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 1937; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019). Essa criação ampliou “a visibilidade da necessidade de preservação dos bens culturais, o que propiciou a criação de um ambiente favorável à discussão e à problematização do patrimônio cultural no país” (RODRIGUES, 2016, p. 119).

Assim de fato, “as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por importantes iniciativas em criar instituições ditas de representação da identidade nacional”, apesar desses movimentos, os intelectuais da época estavam mais preocupados com a preservação, em especial, de bens imóveis (BASQUES; RODRIGUES, 2014, p. 161). Sobretudo, Basques e Rodrigues (2014, p. 161, grifo nosso) explicam que dentre as propostas apresentadas na época,

[...] o projeto elaborado por Mário de Andrade foi aprovado por apresentar uma concepção inovadora e mais ampla do conceito de patrimônio e por indicar a criação de uma única instituição preservacionista da identidade nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o objetivo de promover no país o tombamento, a conservação, a preservação e a proteção do então denominado **‘patrimônio histórico e artístico nacional’**.

Por consequência, podemos constatar que nas décadas de 1920 e 1930, a sociedade estava mais preocupada com a preservação de monumentos, cidades históricas, edificações, entre outros, logo, nestes anos o documento arquivístico não era mencionado diretamente ou associado à sua preservação como fonte de informação e memória.

Decorrente de conflitos e guerras (Guerra Mundial I e II) em diferentes partes do mundo, ocorreram muitas perdas de bens culturais e históricos da humanidade. Por este motivo, a partir da década de 1950 a maioria dos países voltou seu olhar para a preservação e conservação do patrimônio cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO

HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012; RODRIGUES, 2016). Lemos (2010, p. 25) reforça a ideia anterior ao afirmar que, “preservar é livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar”.

No início da década de 1950 se estendendo aos anos de 1960, ocorreu um movimento mundial ampliando discussões a respeito de cuidados do patrimônio cultural. Esse movimento fez com que uma série de recomendações, cartas e convenções, por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reforçassem a ideia de proteção e medidas relacionadas à conservação, restauração e preservação desses bens culturais (RODRIGUES, 2016).

De forma contundente reafirma-se que, “se devemos preservar as características de uma sociedade, teremos forçosamente que manter conservadas as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implícitas no meio ambiente e no seu saber” (LEMOS, 2010, p. 26).

No Brasil, em abril de 1970, o I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, viabilizado pelo Ministério da Educação e Cultura, deu origem ao Compromisso de Brasília. Em documento é manifestada a preocupação referente à proteção e conservação de bens culturais de valor regional e/ou nacional (RODRIGUES, 2016). De forma objetiva e clara é apresentada a preocupação com os bens de natureza arquivística.

Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2019, p. 02).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 apresenta o documento como parte dos elementos que compõem o Patrimônio Cultural brasileiro, como mostra o Art. 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003) I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; [...]. (BRASIL, 2012, p. 124, grifo nosso).

O Art. 216 apresenta cuidados ao patrimônio documental de forma efetiva, atribuindo ao poder público e a comunidade promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro “[...] por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 2012, p. 124).

Já o Art. 23 da Constituição Federal Brasileira (1988) determina competências comuns à União, Estados, Municípios e Distrito Federal quanto à tarefa de proteção do patrimônio histórico-cultural, que se respalda em:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e **conservar o patrimônio público**; [...]; III–**proteger os documentos**, as obras e outros bens de **valor histórico, artístico e cultural**, [...]; IV– **impedir a evasão, a destruição e a descaracterização** de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V–**proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência**; [...]. (BRASIL, 2012, p. 28, grifo nosso).

É relevante que existam leis, normas e diretrizes que apoiem a preservação do patrimônio documental de uma sociedade, pois “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura [...]” e a história (BOSI, 2003, p. 53).

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Porém, para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer tempo, aos interessados, sejam pesquisadores ou a sociedade em geral. (MERLO; KONRAD, 2015, p. 27).

Formalmente o documento arquivístico passa a fazer parte do patrimônio cultural brasileiro, compõem, portanto, o patrimônio documental, ou seja, uma parte deste patrimônio documental é arquivístico.

As medidas protetivas, com a inclusão de documentos de arquivo visando à garantia da memória e do acesso às informações foram renovadoras no Brasil (BASQUES; RODRIGUES, 2014), tendo em vista que por muito tempo no país a expressão “patrimônio histórico e artístico”, como já citado anteriormente, “representava construções de valor arquitetônico, priorizadas em detrimento de outros bens culturais representativos [...]” (BASQUES; RODRIGUES, 2014, p. 165). Ainda na

concepção dos autores Basques e Rodrigues (2014), esse esquecimento pode ter sido a motivação do descaso com os patrimônios documentais arquivísticos por muitas décadas.

Em suma, pode-se dizer que nos últimos tempos,

[...] o conceito "patrimônio cultural" adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do **patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas**. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, **documentos** e sítios arqueológicos **passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional**. (ZANIRATO; RIBEIRO; 2006, p. 251, grifo nosso).

Merlo e Konrad (2015) reforçam a ideia de que para releituras da história, na maioria dos casos, necessita de informações primárias, ou seja, informações que pertencem às fontes originais, como, por exemplo, os documentos de arquivo. Ainda na concepção dos autores, os documentos são “a essência de uma organização, a memória de uma sociedade” (MERLO; KONRAD, 2015, p. 27). Através dessas fontes documentais se obtêm informações relevantes no cenário comprobatório, histórico e cultural de qualquer época e região.

Como parte para o desenvolvimento teórico desta pesquisa, a próxima subseção aborda sobre os aspectos históricos dos arquivos públicos.

### 2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

Os arquivos públicos são parte do universo da presente pesquisa e destaca-se aqui alguns aspectos históricos. Por conseguinte, é possível compreender de modo sucinto sua origem, objetivo e função.

Vale lembrar que na seção anterior os fatos discorrem de acontecimentos mais recentes. Nesta seção cita-se indícios desde a invenção da escrita, que, segundo os autores Martins (2002) e Carabajal (2020) ocorre aproximadamente no ano 4.000 a.C. na Mesopotâmia. Ou seja, por volta do milênio IV a.C. “surge o primeiro alfabeto a que temos conhecimento; através de desenhos simplificados “pictogramas” expressavam suas realidades” (CARABAJAL, 2020, p. 1).

A origem da escrita e seus suportes para registrar as informações são fatores

que contribuíram diretamente para a existência dos arquivos. Desde a invenção da escrita, o homem sentia a necessidade de registrar e preservar os conhecimentos de sua época. Além dos suportes para conter essas informações, era preciso um “espaço” onde pudesse guardar estes “documentos” (CALDERON, 2013; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SCHELLEMBERG, 2006).

Mais tarde, no século XVII, os arquivos são vistos como instituições de grande importância para o governo e sua administração. Há consciência, de modo geral, que os documentos são instrumentos de informação e que o Estado tem o direito de usá-los como forma de exercer poder interno e externo. O envolvimento do Estado com os arquivos é marcado pela emissão de normas e regulamentos de como deveriam ser desenvolvidas as atividades práticas de organização de documentos. Nesse período, alguns teóricos se dedicam às questões de paleografia e diplomática, buscando averiguar a autenticidade de documentos [...]. (CALDERON, 2013, p. 37-38).

Os documentos administrativos constituíam uma parte probatória significativa da sociedade, por este motivo era essencial sua guarda e conservação. Com o passar do tempo, o desenvolvimento da sociedade atribuiu novos valores aos documentos produzidos, tais como: exercício de poder, reconhecimentos de direitos, comprobatório e históricos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

No período da Revolução Francesa, em 1789, foi criado o primeiro arquivo público, Arquivo Nacional da França, e, mais tarde, em 1794, o arquivo passa a existir como uma instituição direcionada para a guarda, conservação e principalmente acesso aos documentos (FONSECA, 2005; ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Para Sousa (2003, p. 245), “o reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma conquista da Revolução Francesa, que gerou importantes realizações no campo arquivístico [...]”. A partir dessa época o arquivo, além de atender os preceitos administrativos, passa a ser estimado como peça basal para o desenvolvimento da história (ALBERCH FUGUERAS; CRUZ MUNDET, 2008; CALDERON, 2013).

A norma brasileira ABNT NBR 9578 define o arquivo como uma “unidade administrativa cuja função é a de reunir, ordenar, guardar e dispor para o uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986, p. 2).

Duas décadas depois, no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 27, grifo nosso), o termo “arquivo” é denominado como uma “instituição ou serviço que

tem por finalidade a **custódia**, o **processamento técnico**, a **conservação** e o **acesso a documentos**". Ainda sob a concepção do Dicionário de Terminologia Arquivística, a palavra "arquivo público" apresenta duas caracterizações, na primeira define como uma "entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país", já o segundo conceito, explica que o arquivo é parte integrante de uma unidade administrativa pública (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 35).

No Brasil, tem-se o respaldo da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e estabelece o arquivo público como:

conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, 1991, p. 1).

Diante do exposto, compreende-se que o arquivo público é uma instituição de jurisdição pública (federal, estadual ou municipal), com custódia de documentos sob diferentes naturezas, tendo entre suas principais atribuições o tratamento, a custódia e dar acesso à informação, de forma a servir como fonte de informação e conhecimento para a sociedade.

Os autores Alberch Fugueras e Cruz Mundet (2008) enfatizam a ideia de que um arquivo é composto por documentos produzidos e recebidos por um indivíduo, uma família, uma empresa privada ou uma instituição pública no exercício de suas atividades. No caso das instituições públicas, o arquivo, um local de recursos básico de informação para a sociedade, tem a missão da guarda e a conservação dos documentos.

Costa (2012, p. 200, grifo nosso) reforça veemente ao salientar que "[...] o **arquivo** tem por missão a **preservação** permanente do **patrimônio documental** [...]". Porém, Reis (2015, p. 05) explica que nem sempre, "a importância histórica desse patrimônio, se coaduna com as condições de funcionamento e preservação de seus acervos".

A condição dos arquivos brasileiros, especialmente arquivos públicos, tem revelado alguns problemas quanto à guarda documental e, por consequência, o acesso. Documentos acumulados sem tratamento têm gerado preocupações quanto

ao acesso à informação (JARDIM, 1999). Estes problemas referentes à custódia de documentos, a curto e a longo prazo, podem refletir na perda de informações para a construção de narrativas do contexto social, econômico, cultural e histórico de uma sociedade.

A Fundación Histórica Tavera (2000, p. 54, tradução nossa), na obra *Los Archivos de América Latina*, menciona que o Brasil

[...] foi um dos países pioneiros da América Latina a promulgar uma lei geral de arquivos e no estabelecimento de um Sistema Nacional de Arquivos. Esses dois fatos respondem, sem dúvida, que o Brasil possui, como dizemos, um dos patrimônios documentais mais ricos do continente. No entanto [...], a diversidade desse patrimônio documental, a autonomia da poderes e a distribuição das competências entre as diferentes administrações, juntamente com as diferenças geopolíticas típicas de um país tão grande, faz com que ainda haja muito caminho a percorrer na consolidação de uma política nacional de arquivos.

A Lei n. 8.159, constitui-se no Brasil a principal referência normativa para as questões arquivísticas, entretanto, devido à expansão territorial do país, é essencial que exista também uma legislação estadual, e que estes desenvolvam leis e decretos tendo como parâmetro a legislação federal (FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA, 2000). Nesse sentido, é interessante que os arquivos públicos municipais em conjunto com o Estado visem desenvolver normativas que auxiliem nas tarefas arquivísticas (gerenciamento, organização, acesso, difusão, conservação e entre outros). Essas atividades podem ajudar na aproximação profícua do arquivo com a sociedade.

Vale lembrar que para a construção do conhecimento (social, histórico, cultural etc.) não é contributivo documentos arquivísticos desorganizados e inacessíveis. Arquivos são entidades “destinadas a gerir, guardar e dar acesso às informações contidas nos documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelas diferentes entidades [...]” (BELLOTTO, 2017, p. 132). Ainda nesse contexto, o arquivo público, “principalmente o municipal, é o principal testemunho da história local” (BELLOTTO, 2017, p. 135). É também com a viabilização dessas informações que, por exemplo, pesquisadores indagam e constroem narrativas de diferentes períodos.

Silva e Bedin (2016, p. 821) reforçam a ideia de que os “[...] arquivos são muito mais do que um mero local onde se guardam os documentos, pois os mesmos possuem uma função essencial na construção e preservação da história na sociedade”. Na medida em que o arquivo se aproxima da sociedade, possibilita que

ela se inteire e conheça mais sobre sua identidade cultural (BELLOTTO, 2017). E é nesse sentido que se reforça a importância em fomentar as possibilidades de acesso as informações por meio dos documentos fotográficos.

Alberch i Fugueras (2001) explica que o objetivo em armazenar, organizar e conservar adequadamente os documentos arquivísticos caracterizam-se como atividades do arquivo, e essas tarefas assumem responsabilidades para a construção da memória, identidade e conhecimento de uma sociedade. A priori, é interessante que estas atividades possam ser cumpridas a fim de beneficiar o direito de cada cidadão em obter informações. O patrimônio documental arquivístico de um país constitui uma parte fundamental da bagagem cultural e, por isso, deve ser levado em consideração para o desenvolvimento social e econômico de uma nação, tanto no que se refere à preservação e conhecimento de sua memória e identidade histórica, assim como, da transparência administrativa e jurídica (ALBERCH I FUGUERAS, 2001; BELLOTTO, 2017).

A fim de compreender o cenário arquivístico de Santa Catarina, no que tange aos arquivos públicos, é importante mencionar alguns aspectos históricos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). O APESC foi criado por meio da Lei n. 2.378, de 28 de junho de 1960 (GONÇALVES, 2006; SOUZA, 2018). Nos dias de hoje, o Arquivo em questão é subordinado à Secretaria do Estado da Administração (SEA); o APESC é um órgão Normativo do Sistema de Gestão Documental e a instituição pública arquivística de Santa Catarina. Dentre suas funções e atividades estão, por exemplo: o assessoramento na gestão de documentos, a organização e descrição de arquivo, a conservação preventiva de documentos entre outras. Cabe ao APESC viabilizar a implantação de arquivos municipais catarinenses (SANTA CATARINA, [2006?]).

Na década de 1970 o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina ainda enfrentava um cenário caótico em seus acervos, os documentos eram amontados de papéis armazenados em lugares impróprios e sem receber tratamento arquivístico. Nessa época os documentos encontravam-se desorganizados e sem instrumentos de pesquisa para auxiliar na busca e acesso à informação (GONÇALVES, 2006).

As iniciativas para garantir a preservação do patrimônio documental arquivísticos catarinense começa na década de 1980. No ano de 1984 ocorre o primeiro encontro arquivístico, denominado como Encontro Catarinense de Arquivos (ECA). Esse encontro foi concebido por meio de uma parceria entre o Arquivo Público



do Estado de Santa Catarina (APESC) e a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (AAA-SC) (GONÇALVES, 2006).

Gonçalves (2006) explica que na época, início dos anos 1980, o questionamento principal no encontro era obter um possível diagnóstico sobre a situação dos arquivos públicos do estado de Santa Catarina, e expressando como principal propósito a criação de uma política própria, que sucedesse a proteção da memória, do patrimônio documental e a identidade catarinense. Além disso, esse encontro foi um local para contestações e intercâmbio de informações, ideias e relatos de experiências. Desde então, esses encontros proporcionaram em Santa Catarina a interação de profissionais de diversas áreas, e que tinham em comum a preocupação e princípios direcionados aos arquivos do estado.

A partir da década de 1980, são claros os esforços para constituir em Santa Catarina o campo arquivístico, criando e fortalecendo instituições custodiadoras de arquivos de modo a garantir a guarda, organização, conservação e disponibilização dos acervos, em harmonia com recomendações mais presentes na Arquivística, em âmbito nacional e internacional. (GONÇALVES, 2006, p. 165).

Em meados da década de 1990 uma lei governamental é criada no estado de Santa Catarina. A Lei n. 9.747, de 26 de novembro de 1994, dispõe diretrizes sobre avaliação e destinação dos documentos da Administração Pública Estadual. Dentre os artigos em vigor, identifica-se:

[...] Art. 1º É dever do poder público a proteção especial aos documentos públicos como elementos de prova e instrumentos de pesquisa e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e tecnológico.  
Art. 2º Consideram-se documentos públicos, para efeitos desta Lei, todos os registros de informações gerados, em qualquer tempo, pelo exercício das atribuições dos órgãos que compõem a administração pública. Parágrafo único. Incluem-se na categoria de documentos públicos estaduais os produzidos ou recebidos pelos órgãos da administração pública estadual, independentemente da natureza de seu suporte, seja papel, filme, **fotografia**, fita magnética ou disco magnético. (SANTA CATARINA, 1994, p. 1, grifo nosso).

Frente aos apontamentos, nos artigos 1º e 2º da Lei estadual n. 9.747, fica evidente o dever do Estado perante a proteção aos documentos públicos, assim como, quais categorias de documentos estão inclusos não importando a natureza ou seu suporte, ilustrando a fotografia como parte da lista. Subentende-se, assim, que ao arquivo acarreta a tarefa de custodiar e preservar, a fim de possibilitar a todos o

acesso à informação, independentemente da natureza ou suporte.

Em relação aos documentos arquivísticos municipais do estado de Santa Catarina, o Art. 6º dispõe que os documentos de cunho histórico como: registro de memória e testemunho de seu cotidiano, produzidos pelas administrações municipais de Santa Catarina devem permanecer sob a guarda e responsabilidade de seus arquivos municipais (SANTA CATARINA, 1994).

Segundo Nunes (1992) no início da década de 1990 no Estado de Santa Catarina havia dez municípios com arquivos públicos legalizados e atuantes. O crescimento progressivo dos arquivos públicos municipais foi confirmado no ano de 2002 quando as autoras Ohira e Martinez (2002) identificaram 28 municípios com arquivos institucionalizados. Os dados informados pela Secretaria de Estado da Administração indicavam 31 arquivos institucionalizados (SANTA CATARINA, [2006?]). Este último número é discrepante se comparado com as entidades arquivísticas municipais exibidas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos em referência ao estado de Santa Catarina, que registra<sup>6</sup> 16 arquivos municipais.

Frente aos apontamentos dos arquivos públicos catarinense, cabe ressaltar que no ano de 1984 houve o primeiro encontro arquivístico no Estado, posteriormente outras treze edições aconteceram (1986, 1988, 1990, 1992, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2007, 2017<sup>7</sup> e 2019). Nos anos de 2017 e 2019 o evento foi organizado pela Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) em parceria com o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), com o apoio do Curso de Graduação em Arquivologia (UFSC) e Centro Acadêmico Livre de Arquivologia (UFSC). Estes eventos proporcionam interação entre profissionais de diversos campos, mas com um interesse em comum, os arquivos (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2021; GONÇALVES, 2006). Em meio a leis e decretos, a legislação arquivística também contribui para a prática da gestão de arquivos catarinense, tendo em conta a existência de objetivos e processos padronizados (SOUZA, 2018).

Ao longo do tempo a história dos arquivos foi construída diante as necessidades de cada época vivida, não sendo diferente no estado de Santa Catarina.

---

<sup>6</sup> Na seção Aspectos Metodológicos esses dados são exibidos no Quadro 1.

<sup>7</sup> Após 10 anos sem ocorrência do evento, em 2017 é realizado a 13ª edição, reiniciando um novo ciclo desse evento que acontece a cada dois anos.

A existência do arquivo “justifica-se pela necessidade de que sempre tiveram as comunidades humanas” de registrar suas ações, normas, direitos, deveres etc. “de modo a preservar os testemunhos necessários ao andamento das relações entre governantes e governados, tanto quanto dos membros dessa mesma sociedade entre si” (BELLOTTO, 2017, p. 132).

Se considerado os arquivos como um elo entre “homem e documento”, percebe-se que os documentos arquivísticos estão inseridos no contexto social. E para que o documento faça sentido no campo informacional, a custódia, tratamento, conservação e acesso são essenciais.

Nessa lógica, os arquivos são considerados como instrumentos e ferramentas (administrativas, cidadania, direito etc.) essencial na ciência, na tecnologia e no dia a dia das pessoas. Os arquivos existem para serem utilizados, e a informação que está registrada em seus documentos são o alicerce para o uso e o conhecimento (BELLOTTO, 2017).

Como fomento para a pesquisa, a próxima seção discorre, brevemente, sobre a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, tendo como subseções basais os temas: descrição arquivística e acesso à informação e preservação.

### 3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

O documento, sendo ele considerado como fonte de registro e informação, e, sobretudo, como objeto de organização, torna-se apropriado situar sua transformação ao longo do tempo, tal como representação e expressão do pensamento (FRIZON; BAPTISTA, 2015). Vale recordar que,

[...] aquilo que na atualidade se conhece como recurso informacional deriva de todo um longo processo natural e histórico, em que, por meio de diferentes linguagens, discursos, e progresso, o pensamento é transformado em informação registrada, a ser comunicada e compartilhada. (FRIZON; BAPTISTA, 2015, p. 161).

Desse modo, “a informação é vislumbrada como uma possibilidade de transformar estruturas do conhecimento e, portanto, o conhecimento pode ser visto como algo provisório e em permanente revisão” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 4). Nessa conjuntura, a evolução do conhecimento, aliado aos diversos recursos e suportes utilizados para representar e simbolizar diferentes áreas, contribuiu para o entendimento que o conhecimento e a informação se tornaram inseparáveis.

Assim, a produção da informação, seguramente, acarretou a proliferação de diferentes espécies documentais, logo, organizar e representar toda essa massa documental torna-se uma ferramenta para recuperação, acesso e disseminação das informações. No caso da disseminação da informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma entidade. Nesse sentido, frente à produção a disseminação se faz necessária, para tanto, a organização e a representação da informação envolvem processos e elementos que contribuem na descrição e na representação de atributos de um documento arquivístico (FRIZON; BAPTISTA, 2015; LIMA; ALVARES, 2012).

Ainda nesse contexto, para Lima e Alvares (2012, p. 21, grifo nosso), “representar é o ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, **imagens**, desenhos [...] para substituir um objeto, uma ideia ou um fato”. Segundo Dodebei (2002, p. 28), a representação da informação é constituída por objetos e propriedades, os objetos são “coisas que queremos representar”, e as propriedade “são características dessas coisas”.

Assim, quando a humanidade começa a utilizar os símbolos para representar e

consequentemente registrar as informações, abre-se um caminho para a disseminação de saberes. Como já mencionado no parágrafo anterior, os autores Lima e Alvares (2012) esclarecem que representar não se reduz à escrita, ou seja, a informação pode ser representada através de fotos, pinturas, gestos, palavras, mímicas, figuras, entre outros meios.

No domínio da Ciência da Informação, Lima e Alvares (2012, p. 22) expõem que a “representação está relacionada com as formas de simbolizar a informação e o conhecimento”, e de acordo com Martins e Barros (2019, p. 4), “estas formas são assumidas pelos produtos desenvolvidos a partir destas sejam estes físicos e/ou digitais”.

Alves e Oliveira (2016) complementam Lima e Alvares (2012), ao afirmarem que na área da Ciência da Informação,

[...] a Organização do Conhecimento (OC) é um domínio em contínua construção e um espaço relativamente autônomo, como também interdisciplinar. Faz interface com outros domínios e se preocupa com as questões de natureza teórico-metodológicas para contribuir na sistematização, produção, organização, disseminação, representação e recuperação da informação nos diferentes contextos científicos. (ALVES; OLIVEIRA, 2016, p. 103).

Bräscher e Carlan (2010, p. 149) explicam que a “organização do conhecimento é um processo de modelagem que visa construir representações do conhecimento”. Logo, “organizar envolve o processo e como fazer análise, classificação, ordenação e recuperação, e representar está relacionado como o objeto, com a materialização e com o registro da simbologia que substitui o objeto ou a ideia” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 23).

A organização do conhecimento além de facilitar o acesso também potencializa a utilidade da informação. Carlan e Medeiros (2011, p. 55) elucidam que o conhecimento “está em ‘eterno’ crescimento, transformando-se e acumulando-se”. Na visão das autoras,

[...] quando se adquire conhecimento relaciona-se com algo já existente e sobre o que somos capazes de raciocinar e chegar a conclusões. A criação de conhecimento sobre os objetos que nos cercam constitui uma prerrogativa essencial da racionalidade humana desenvolve-se, por instinto, num processo cognitivo que leva a identificar características do objeto percebido e comparar com as características identificadas em outros objetos já conhecidos. A partir desse conhecimento, inicia-se um processo classificatório do objeto. (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 55).

Para Dahlberg (2006), a OC é compreendida como uma ciência ampla e autônoma, e que ordena a estrutura e o sistema dos conceitos de acordo com seus atributos, podendo ser determinados como elementos de herança do objeto. A autora explica que a OC tem natureza científica, tendo como função organizar as unidades de conhecimento, ou seja conceitos, partindo das características particulares (DAHLBERG, 2006).

Por esta razão, a organização do conhecimento (OC), na perceptiva de Dahlberg, significa basicamente a relação sistemática de conceitos. Portanto, sendo os conceitos o “sentido” do conhecimento, pode-se compreender o elo e a relevância da representação do conhecimento (RC) para o domínio da OC.

Bräscher e Café (2008) explicam que a organização e a representação do conhecimento são pertencentes ao mundo dos conceitos, ou seja, dos conjuntos das características que definem e representam algo, e não ao mundo dos registros de informação. Importante salientar que a divisão da OC e RC, das autoras citadas acima, é para uma compreensão teórica. Lima e Alvares (2012, p. 30) complementam esse pensamento, afirmando que a organização do conhecimento “fornece uma metodologia por meio de conceitos e suas relações” e que podem ser definidos de acordo com diversos critérios. Ou seja, “ao tratar os ativos de informação, a organização do conhecimento fornece metodologia para organizá-lo” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 30).

Campos (2004) esclarece que a organização da informação e a organização do conhecimento são processos que fazem parte da Ciência da Informação, responsáveis por produzir dois tipos de representação da informação. No primeiro (organização da informação), a representação da informação é um conjunto de atributos que descrevem as características (física e intelectual) de um determinado objeto informacional. No segundo tipo (organização do conhecimento), se dá por meio de conceitos que possibilitam a descrição e aclaração relacionada a fenômenos observados.

Na literatura o processo da representação da informação pode ser encontrado em várias denominações, tais como: análise temática, análise de assunto, Tratamento Temático da Informação (TTI) e análise documentária (LIMA, ALVARES, 2012; ROBREDO; BRÄSCHER, 2010). Quanto à representação do conhecimento, no decorrer da pesquisa não foi localizada designações diferentes.

Sob o domínio da Arquivologia, a organização e representação da informação ocorrem especialmente nas funções arquivísticas: classificação, avaliação e descrição (SOUSA, 2007). E, segundo Hagen (1998), na descrição (foco da presente pesquisa) se considera “[...] sempre [...] a informação registrada no conjunto dos documentos, nunca perdendo de vista o princípio fundamental do respeito à proveniência [...]”, diferenciando-se assim das demais ciências na área da informação, como por exemplo a Biblioteconomia e a Museologia (HAGEN, 1998, p. 5).

Entretanto, Ribeiro (2011) apresenta uma compreensão distinta com relação a organização e representação em fundos arquivísticos. Segundo a autora são considerados três operações importantes: a classificação, a descrição e a indexação. Para Ribeiro (2011, p. 45), a indexação, nos arquivos, deve respeitar o conjunto orgânico dos documentos (fundo), partindo de pontos gerais da indexação para especificar as “[...] particularidades que devem ser consideradas quando se trabalha num arquivo”. Outro ponto mencionado pela autora, é que:

[...] além de classificar, ordenar e descrever, importa também definir como se vai recuperar a informação tratada [...], ou seja, pensar em quais os pontos de acesso necessitarão ser criados, que forma terão os descritores de acesso, qual tipo de vocabulário de indexação será usado. (RIBEIRO, 1996, p. 10).

Sob a concepção das autoras Vital, Medeiros e Bräscher (2017, p. 43), a “classificação fornece a base sobre a qual a descrição arquivística é desenvolvida”.

É por meio da classificação que são definidas e estabelecidas as classes “nas quais se identificam as funções e as atividades exercidas, e as unidades documentárias a serem classificadas, permitindo a visibilidade de uma relação orgânica entre uma e outra (INDOLFO, 2007 p. 45).

Para Cruz Mundet (2003, p. 38, tradução nossa), classificação “consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo mediante grupos ou classes, desde os mais amplos aos mais específicos, de acordo com os princípios de proveniência e ordem original”. Este pensamento também é expresso por Medeiros e Bräscher (2020, p. 5), ao afirmarem que “para representar os documentos arquivísticos é necessário explicitar o contexto no qual foram produzidos e a relação entre eles, considerando os princípios arquivísticos”.

Para Sousa (2003, p. 240), a classificação é “uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações [...]”. Nesse sentido, no que se

refere à descrição de conteúdos Alvarenga (2003) argumenta que a indexação e a classificação arquivística possuem aspecto de representação do conhecimento, visto que sua construção não parte dos documentos em si, mas do conhecimento na totalidade (contextual), que se origina das classes. O cerne da pesquisa não trata de classificação, contudo tornou-se oportuno expressar uma breve percepção sobre o tema, pois como explicitado, ela dialoga diretamente com a descrição

A fim de continuar a abordagem proposta nesta seção, Merlo e Konrad (2015, p. 25) apoiam-se na teoria de que,

[...] o registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Porém, para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer tempo, aos interessados, sejam pesquisadores ou a sociedade em geral. (MERLO; KONRAD, 2015, p. 25).

Desse modo, esta pesquisa pretende colocar em evidência a importância da representação da informação das fotografias, tendo em vista a descrição como parte do processo. Nesse contexto, a representação da informação torna-se fundamental para a recuperação e o acesso à informação. Aspectos como época, lugar, método, cultura, disciplina, teoria são capazes de esboçar a lente utilizada pelo autor do documento para materializar aquela informação (GNOLI, 2012).

Bräscher e Café (2008, p. 5, grifo nosso) esclarecem ainda que “o produto desse processo descritivo é a **representação da informação** (RI), entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico”.

Diante as discussões dos autores citados acima, nesta pesquisa é adotada a abordagem de Bräscher e Café (2008) para a compreensão dos processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, em que se entende que a OI está atrelada ao processo de descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, sendo a RI o produto deste processo descritivo. Já a OC é fundada no processo como base de construção os conceitos e suas características, em que a RC é concretizada por meio de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

É nessa perspectiva que se direciona o cerne desta pesquisa, para a representação da informação em acervos fotográficos custodiados em arquivos públicos e elege-se a descrição arquivística, como uma das funções centrais de



representação da informação arquivística. Desse modo, é pertinente maior contextualização sobre a descrição arquivística.

### 3.1 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística objetiva e assim torna-se pertinente na medida em que as informações de um documento fotográfico contenham dados relevantes e precisos a respeito de seu contexto. “A fotografia dificilmente traz alguma informação escrita e, quando traz, nem sempre é absolutamente correta ou descreve o conteúdo geral da imagem. Por isso é necessário pesquisar” (ALVES; VALÉRIO, 1998, p. 7). Informações como: “quem?”, “quando?”, “onde?” e “porquê/como?” fazem parte de uma composição de elementos importantes no processo de descrição e contextualização da fotografia (ALVES; VALÉRIO, 1998; LOPEZ, 2009; MALVERDES; LOPEZ, 2016; SMIT, 1996).

Por conseguinte, tem-se a gestão documental que sucede com a necessidade de organizar e racionalizar a massa documental acumulada nas instituições públicas e privadas. Essa organização documental é vital para funcionamento de qualquer instituição e, conseqüentemente, para a recuperação informacional, seja ela, sob viés cultural, comprobatório ou histórico (BERNARDES, 2015).

Respalhada na Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, a gestão de documentos é definida como o: “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991, p. 1).

No âmbito da Arquivologia, Rousseau e Couture (1998) abordam as sete funções arquivísticas: produção, classificação, avaliação, aquisição, preservação/conservação, descrição e difusão. Estas funções estão no cerne de atividades que constituem o tratamento documental nos arquivos, como já abordamos.

Dentre esses núcleos de atividades, é abordada a descrição arquivística como processo necessário para a representação da informação, um dos vértices temáticos desta pesquisa. Para que a informação esteja disponível, ela necessita ser descrita, e uma descrição é um exposto de características de um determinado “objeto” ou das relações desse objeto com outros que o apontam (SVENONIUS, 2000).

Para Cruz Mundet (2003, p. 255, tradução nossa), a descrição de documentos

é a parte culminante do trabalho de um arquivo, “[...] e coincide exatamente em seu objetivo com o da própria documentação: informar”. A descrição arquivística consiste em descrever e representar a informação contida nos documentos, tendo como principal foco garantir a recuperação e o acesso às informações (CRUZ MUNDET, 2003; ROUSSEAU, COUTURE, 1998).

Se os documentos arquivísticos são classificados, ordenados e preservados é porque neles constam informações que se quer recuperar em momento posterior a sua produção. De tal modo, entende-se que a descrição, além de ser uma tarefa basilar no trabalho de arquivos, objetivando o acesso à informação, ela é uma decorrência, como já abordado, da classificação arquivística. Ou seja, a classificação é uma organização intelectual dos fundos e suas partes constitutivas, o que possibilitará a descrição dessas partes e, ou de seu todo e conseqüentemente, a colocação dos documentos a serviço dos usuários, tornando-se uma ferramenta/produto disponível para a sociedade (CRUZ MUNDET, 2003).

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, descrição é um “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos **documentos** para elaboração de **instrumentos de pesquisa**.” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 67, grifo do autor). Em acordo com a definição supracitada, Mastropierro (2008) acrescenta que o processo de descrição, além de elaborar os instrumentos de pesquisa, tem como finalidade vital facilitar a consulta e o acesso dos fundos documentais de arquivos a qualquer cidadão. Estes instrumentos de pesquisa podem ser denominados como guias, catálogos, inventários, índices, entre outros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986; BELLOTTO, 2006; CRUZ MUNDET, 2003; SCHELLENBERG, 2006).

Na Arquivologia as principais normas descritivas estão respaldadas por meio da Internacional Standard Archival Description – ISAD (G), norma internacional elaborada no ano de 1994.

A ISAD (G) define que:

Descrição arquivística é a elaboração de uma acurada **representação** de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e **registro de informação** que sirva para **identificar**, gerir, **localizar** e explicar **documentos de arquivo** e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14, grifo nosso).

Já a norma ISAAR (CPF) foi publicada pelo Conselho Internacional de Arquivo (CIA) em 1996, e seu objetivo principal é “fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos [...]” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2003, p. 12). Dessa maneira, a ISAAR (CPF) preocupa-se em representar de maneira padronizada as entidades relacionadas à produção e manutenção de arquivos.

Outras normas internacionais como ISDIAH (Norma internacional para descrição de instituições de acervo arquivístico) e ISDF (Norma Internacional para descrição de funções) são usadas no processo de descrição arquivística, entretanto, não será aprofundado a respeito delas na dissertação por se tratar de normas para descrever especificamente instituições e funções, não sendo foco direto da pesquisa. Contudo, assim como ISAD (G) e ISAAR (CPF), há um inter-relacionamento entre todas as normas de descrição citadas acima.

Diante das definições apontadas na literatura a descrição arquivística é uma forma de representação da informação, e como consequência tem a finalidade de conceder o acesso aos documentos arquivísticos. Portanto, a descrição compreende um conjunto de atividades, tais como analisar, identificar, ler, resumir e descrever as informações a serem disseminadas aos usuários. Nessa conjuntura, a descrição tem a função de fazer um elo entre documento e o usuário (HERRERA, 1991).

Entretanto, para que isso ocorra, normas são contributivas para o desenvolvimento e a normalização no processo descritivo. Embora os princípios relacionados à descrição arquivística sejam considerados essenciais entre a maioria dos autores, Rousseau e Couture (1998), Svenonius (2000), Cruz Mundet (2003) e Mastropiero (2008) relatam que a falta de normalização e ambiguidades ao descrever um documento gera efeitos negativos, dentre as quais podemos citar a deficiência nas informações fornecidas aos usuários, a impossibilidade de acesso, revocação na recuperação da informação dentre outros problemas (CRUZ MUNDET, 2003).

A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 10).

A norma arquivística apresenta elementos importantes para que o processo de

descrição dos documentos seja assertivo na representação da informação, e como benefício traz a recuperação e o acesso informacional para a sociedade.

No Brasil, em 2006 é publicada por meio do CONARQ a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Vale lembrar que a ISAD (G) foi base para elaborar a norma brasileira. A NOBRADE tem como principal objetivo determinar uma padronização no processo de descrição de documentos arquivísticos, visando o acesso de informações no âmbito nacional e internacional. A norma brasileira possui oito áreas de descrição, denominadas como: área de identificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de controle de descrição e área de pontos de acesso e indexação de assunto. Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis nas áreas indicadas, 07 são de uso obrigatório. Tais elementos essenciais são: **código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte, produtor e condições de acesso** (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

A NOBRADE pode ser utilizada em qualquer documento, independentemente de seu suporte e gênero. Essa norma tem o intuito de contribuir na descrição dos documentos arquivísticos estabelecendo diretivas padronizadas e compatíveis com as normas internacionais. Dessa forma, a padronização da descrição arquivística contribui na qualidade do trabalho técnico realizado como também a otimização na recuperação e acesso da informação.

A ausência de elementos na descrição causada pelo desconhecimento ou falta de preenchimento dos campos dificultam o acesso às informações. Outra forma de representar e descrever a informação é mencionada pelos autores como Saraiva, Pereira e Lopez (2017), Ribeiro (2011), Medeiros (2019) e Rodrigues (2014) a atividade de indexação, sendo ela um processo desenvolvido com o objetivo em determinar termos de um documento de modo a facilitar, posteriormente, a recuperação da informação. Rodrigues (2014, p. 202) explica que a indexação de imagens fotográficas são “[...] atividades desenvolvidas com o intuito de determinar identificadores (palavras-chave, descritores etc.) para os assuntos ou temas de fotos previamente selecionadas e analisadas”. A qualidade da recuperação da fotografia é relacionada à qualidade da indexação, quanto mais relevante é o termo indexado mais chances de se encontrar as fotografias desejadas (RIBEIRO, 2011; RODRIGUES, 2014). Como forma de garantir o uso de descritores adequados na indexação, Rodrigues (2014) esclarece que primeiro a fotografia deve ser analisada e

contextualizada. A contextualização de uma fotografia permite que seja delimitado os temas e assuntos pertinentes a fotografia.

A indexação representada por meio de termos é uma atividade que intenciona a recuperação e acesso ao documento, nesse sentido considera-se importante para o acesso à informação.

No intuito de uma melhor compreensão sobre acesso à informação e preservação, a próxima subseção apresenta estas temáticas ao leitor.

### 3.2 ACESSO À INFORMAÇÃO E PRESERVAÇÃO

Para Arruda e Chagas (2002), numa perspectiva geral a ideia de ‘acesso’ está vinculada ao processo de atendimento ao público, e ao ato de fazer pesquisas em um documento por meio legal, com auxílio, quando possível, de instrumentos de pesquisa como guias, catálogos, índices e outros. Para as autoras, o “acesso” e o “atendimento ao público” estão interligados, além de permitir o acesso aos documentos, o termo implica na importância em atender a sociedade em suas pesquisas ou consultas informacionais (ARRUDA; CHAGAS, 2002).

A norma da ABNT, NBR 9578 em vigor desde 1986, define o termo ‘acesso’ as “possibilidades de consulta aos documentos de arquivos, as quais poderão variar em função de cláusulas restritivas.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986, p. 1). O Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação expõe uma nota explicativa na qual o ‘acesso’ se caracteriza como a prática em acessar as informações e os recursos documentais (PINHEIRO; FERREZ, 2014).

A existência de instrumentos eficazes que auxiliem o cidadão em suas pesquisas é vital. Em adendo, observa-se que:

[...] os fundos de imagens são criados para que seja possível a reutilização ou a consulta dos documentos ali armazenados. Hoje existem arquivos de imagens nos ministérios e nos órgãos administrativos das instituições públicas [...], entre outras formas de organização social. Para intermediar a exploração desses fundos são necessárias técnicas documentárias, cuja intervenção garante o aproveitamento conveniente da informação. Elas se aplicam a um processo de trabalho, cuja tarefa conflui para **o objetivo de localização e serviço das imagens demandadas pelos usuários.** (GONZÁLEZ; ARILLO, 2003, 13-14, grifo nosso).

O compromisso em assegurar o acesso à informação nos arquivos se dá,

primeiramente, com a elaboração de instrumentos de pesquisa, “que servem como verdadeiros mediadores para o contato do usuário com as informações que lhe interessam, **registradas** em determinados documentos” (BELLOTTO, 2017; CAVALHEIRO; TROITIÑO, 2013, p. 49, grifo nosso). Para Costa e Rodrigues (2020, p. 33) a criação de um instrumento de pesquisa

[...] também pode ser considerada uma medida de preservação aos documentos, uma vez que criado, é possível saber se o documento se localiza ou não junto ao acervo, evitando que os documentos sejam manuseados, aumentando os riscos de degradações. De uma forma geral, os instrumentos de pesquisa são o que propiciam uma grande difusão aos acervos, podendo ser publicados em meios impressos ou eletrônicos de acordo com a vontade e necessidade da instituição detentora do acervo.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei n. 8.159 e mais tarde a Lei n. 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, instauram o direito de acesso à informação. Por meio da LAI, qualquer cidadão tem o direito de acessar os documentos e as informações produzidas ou custodiadas por órgão públicos, em todos os poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e níveis de governo (Estado, Municípios, Distrito Federal e União) desde que o conteúdo informacional não seja classificado como sigiloso (BRASIL, 2011). Nessa perspectiva, acesso “é a disponibilidade para consulta de documentos/arquivos, como resultado tanto de autorização legal quanto da existência de instrumentos de pesquisa” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2012, p. 20). Saraiva, Pereira e Lopez (2017, p. 263) enfatizam que o direito do acesso à informação “está atrelado aos direitos da cidadania no que se refere ao direito à cultura, memória e as garantias individuais e, também no relacionamento dos cidadãos com o Estado”. O cumprimento desse direito aproxima a sociedade dos conteúdos informacionais de origem pública e das instituições responsáveis pela guarda destes documentos.

Nos arquivos públicos para que se tornem acessíveis as informações contidas nos documentos, a difusão pode ser realizada através de instrumentos de pesquisa, como também por meio de exposições, palestras, visitas guiadas etc. Estas ações possibilitam ao cidadão a oportunidade de conhecer o ter acesso aos documentos arquivísticos (BELLOTTO, 2006; SARAIVA; PEREIRA; LOPEZ, 2017). Para Larroyd e Ohira (2007, p. 256), os arquivos públicos “têm como finalidade a guarda de documentos e a preocupação de mantê-los organizados para uso”.

O acesso à informação possibilita a sociedade ter contato com a instituição e o

fundo documental, essa interação viabiliza um fluxo informacional maior, proporcionado mais conhecimento cultural, histórico, social, econômico etc. Essa relação de acesso à informação e ao conhecimento sucede por meio do compartilhamento, que é um meio de comunicação e interação social (BUTARELLO; GALIANO; SIMÃO, 2010).

A obra “Princípios de acesso aos arquivos”, adotada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2012, é uma publicação técnica de referência traduzida por meio do Arquivo Nacional, e apresenta alguns princípios de acesso aos arquivos. Este documento indica princípios que “[...] abrangem os direitos de acesso pelo público, e a responsabilidade dos arquivistas em propiciar o acesso aos arquivos e às informações sobre eles”. Outra conjuntura mencionada nos princípios é o fato em reconhecer que “a administração do acesso pode também envolver restrição de acesso baseada em informações contidas nos arquivos”, algumas vezes respaldadas por regras e leis (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 9).

Relacionado com a característica social e cultural no que refere ao acesso à informação, Freire (2006, p. 59) lembra que:

A cultura funcionaria como uma memória que ao conservar e reproduzir artefatos simbólicos e materiais de geração em geração, torna-se a depositária da informação social. [...]. Dessa forma, a socialização da cultura (linguagem, estética, visão de mundo, valores, costumes) assume papel relevante para a democratização do acesso e uso da informação. (FREIRE, 2006, p. 59).

Rousseau e Couture (1998) enfatizam que o acesso à informação é um direito essencial do cidadão, e esta garantia de acesso é crescente em vários países. A informação é um ato de conceber/elaborar o saber, o conhecimento e a memória. Para que esta liberdade exista, é crucial que a informação esteja organizada, representada e passível de acesso para todos.

Além da responsabilidade em organizar e tornar acessível os documentos, o arquivo (instituição) deve manter o acervo em condições favoráveis à pesquisa. Para tal, a função arquivística preservação assume papel relevante, de “acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos e que garante a integridade do patrimônio cultural que está sob a responsabilidade do profissional e da instituição arquivística” (LARROYD; OHIRA, 2007, p. 254).

Nesse contexto, algumas diretrizes sobre a preservação são apontadas a seguir, de modo que, possa fomentar e enriquecer mais a discussão nessa dissertação. Para Cassares (2000, p. 12), o conceito de preservação é entendido como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”.

Já no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística preservação é apontado como a “prevenção da deterioração e danos em **documentos**, por meio de adequado **controle ambiental** e/ou tratamento físico e/ou químico” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 135, grifo do autor). Entende-se como controle ambiental um conjunto de meios, por exemplo: controle de temperatura e umidade relativa do ar, prevenção de infestação biológica, iluminação, prevenção de incêndios e inundações e entre outros para a criação e manutenção de um local de armazenamento propício à preservação (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005; MUSTARDO; KENNEDY, 2004).

Mosciaro (2009) reforça a ideia de que existem vários elementos em acervos fotográficos que contribuem na degradação rápida e severa provocando a perda total destes documentos. Nesse sentido, para o autor “a qualidade do ambiente de guarda é fator determinante para a permanência de uma coleção de fotografias” (MOSCIARO, 2009, p. 11). O ambiente que o acervo fotográfico é armazenado deve ter suas condições ambientes monitoradas a fim de obter a melhor forma de acondicionamento possível.

Os documentos de arquivo são produzidos com finalidades específicas para atender várias demandas de informações. Portanto, o arquivo não pode ser considerado estoque de papel velho ou material que não tem mais utilidade. A função deste setor em qualquer empresa ou instituição é guardar a documentação e principalmente fornecer aos interessados as informações contidas em seu acervo de maneira rápida e segura. Para que isso aconteça, além de pessoas qualificadas é necessário que seu acervo esteja em perfeitas condições de manuseio. Por isto a importância de **preservar** os documentos, fontes de informação e conhecimento a todos os interessados. (LARROYD; OHIRA, 2007, p. 254, grifo nosso).

O controle do ambiente é uma atividade importante, visto que são as condições que determinam o tempo de vida de qualquer documento (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002). Como forma de retardar e evitar perdas documentais algumas medidas são utilizadas para prevenir e proteger os documentos arquivísticos. O uso



de mobiliário adequados (aço ou móveis esmaltados), a utilização de embalagens de acordo com cada tipo de documento, limpeza constante nos pisos, estantes e móveis da instituição, a realização de dedetização periódica, aparelhos para controlar temperatura e umidade do ar (desumidificadores, termômetro, sistemas de ar condicionado/climatização), o uso de equipamentos adequados (luvas e máscaras) no manuseio de documentos, desenvolvimento de políticas de preservação e entre outros são alguns fatores citados (CASSARES, 2000; CHAGAS; BAHIA, 2010; FERREIRA; GOMES, 2020; PAVÃO, 2004).

A preservação de fotografias impressas é uma atividade que carece ser desenvolvida em qualquer acervo fotográfico, pois são documentos mais sensíveis em virtude de sua composição química complexa (MUSTARDO; KENNEDY, 2004). Os materiais que integram uma foto podem ser de “[...] prata metálica, platina, ferro e uma ampla variedade de corantes e pigmentos. Em muitos casos, uma combinação de dois ou mais metais é encontrada, como nas fotografias em papel albuminado e prata viradas a ouro” (MUSTARDO; KENNEDY, 2004, p. 19). Assim, a preservação desse material envolve cuidados dessas partículas delicadas que formam a camada e suporte/material base da imagem fotográfica.

Os tipos de fotografias existentes nos arquivos dependem do período de produção dos documentos, por exemplo: o daguerreótipo foi o primeiro processo fotográfico gerado (1839); os negativos de vidro-colódio (1851) são raros em coleções fotográficas brasileiras, já os negativos de vidro com base de gelatina-prata (1878) foram utilizados até o princípio do século XX. A base dos negativos ao longo da história variou, além dos negativos em vidro (colódio ou gelatina), com o passar dos anos são inventados os negativos em plástico, podendo ter como base: o nitrato, acetato ou poliéster (BARUKI; COURRY; HORTA, 2004; MOSCIARO, 2009). Kennedy (2004, p. 3) explica que a partir da década de 1960 "um tipo de base de papel fotográfico tem sido usado denominado como papel resinado ou papel RC. Este papel é composto de com “base de fibra”. As fotografias em papel P&B, dependendo do processo, possuem uma resistência quanto aos ataques de deterioração. Já os materiais coloridos (fotografia colorida) há uma grande variedade nos processos químicos que compõem o papel, trazendo uma sensibilidade maior a fotografia principalmente quando exposto a luz (KENNEDY, 2004). Da invenção da fotografia até os dias atuais ocorreu uma evolução na base e composição da imagem fotográfica,

nesse sentido o tipo de tratamento e a preservação adequada tornam-se necessária de acordo com a composição do material fotográfico.

O processo de digitalização da fotografia impressa é um fator contributivo para sua preservação e o acesso. Entretanto, Fontaine (2004, p. 20) explica que “a preservação, por longo período, da informação digitalizada, envolve inevitavelmente a constante substituição do equipamento de armazenagem e acesso [...]”, isso em ocorrência da rapidez com que a tecnologia se desenvolve. Para Ferreira e Gomes (2020, p. 136) “observar fotografias digitalizadas é diferente de as ver *in loco*, contudo essencial para a sua preservação”. A digitalização é um recurso que pode auxiliar na preservação das fotografias impressas, que são documentos palpáveis, atribuindo maior tempo de vida ao documento. Dessa forma, as fotografias digitalizadas “podem ser manipuladas, acessadas e impressas com maior rapidez e facilidade do que é possível se fazer, usando-se os meios convencionais, como o microfilme” (KENNEDY; MUSTARDO, 2004, p. 26).

Adotar medidas de preservação em documentos arquivísticos é essencial para garantir a durabilidade do documento e a conservação das informações. As fotografias impressas são materiais que exigem alguns cuidados específicos, todavia, com interesse e dedicação é possível realizar um bom trabalho. O acesso ao documento arquivístico procede ao reconhecimento da sua importância pelos usuários. Assim, compreende-se que para obter o acesso aos documentos deve ser levado em consideração a sua preservação. O ato de preservar o documento arquivístico faz com que as informações permaneçam íntegras e possibilitem seu uso e disseminação para a sociedade.

Na próxima seção são apresentados os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

#### 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento científico é decorrente da investigação científica (KOCHE, 2008). “O conhecimento não pode ser produzido sem incluir nos procedimentos: regra, capricho, esforço organizado, disciplina e outros atributos que levarão o estudioso ao uso da metodologia” (SANTOS, 2012, p. 106). Mascarenhas (2012, p. 35) reforça a concepção de que a metodologia “[...] serve para explicar tudo que foi feito durante um estudo. O objetivo é descrever o método, os participantes, o tipo de pesquisa e os instrumentos utilizados”.

Por meio da pesquisa científica é possível compreender e conquistar novos conhecimentos de forma sistemática. Uma pesquisa é pretendida geralmente quando não se obtém uma resposta ou informação suficiente de um determinado questionamento ou problema. Com o auxílio e aplicação de procedimentos metodológicos é que o pesquisador investiga soluções e verdades que até então não foram descobertas (KOCHE, 2008; SANTOS, 2012; MARCONI; LAKATOS, 2012).

Além disso, “é desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos: a existência de uma pergunta a que desejamos responder; a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta; a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 73). Para isso, o planejamento de uma pesquisa deve conter três etapas, nas quais são: fase decisória (escolha do tema, definição e delimitação problema); a fase construtiva (implica na construção e execução de um plano de pesquisa); e, por último, a fase redacional (organização de ideia e elaboração do relatório final) (PRODANOV; FREITAS, 2013). A seguir expressa-se os métodos determinados para atingir os propósitos desta dissertação.

Sob o ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa é básica, pois “objetiva gerar conhecimentos para o avanço da ciência” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). O objetivo da pesquisa propõe mapear informações dos acervos fotográficos impressos, a finalidade é identificar a composição destes acervos, assim como verificar e analisar a existência de instrumentos de pesquisa que representem esta informação fotográfica. Ao realizar o mapeamento dos acervos fotográficos do estado de Santa Catarina, fatos e conhecimentos em relação ao tratamento arquivísticos dispensado a esses documentos serão apresentados, justifica-se assim um estudo de natureza básica.

O universo desta pesquisa é representado pelas dezessete instituições públicas pertencentes ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do estado de Santa Catarina (Quadro 2). O cadastro é instituído pela Resolução n. 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009 que dispõe,

[...] aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Seu objetivo é fornecer o código previsto na NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), tornando possível a identificação de cada entidade custodiadoras de acervos arquivísticos no Brasil. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2021, p. 1).

Considerando o CONARQ o órgão que define a política nacional de arquivos públicos e privados, conforme a Lei n. 8.159, o mesmo exerce as normativas visando à gestão documental e à proteção dos documentos. Depois do cadastramento e fornecimento do Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), os arquivos passam a ter disponíveis no *site* do CONARQ informações sobre seu acervo, missão e formas de contato.

É importante salientar que o Quadro 2 apresenta a população da pesquisa (todos os arquivos cadastrados), a amostra está representada no Quadro 3.

Quadro 2 - Instituições públicas apontadas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do estado de Santa Catarina

<b>Nome da instituição</b>	<b>Cidade</b>	<b>Região</b>	<b>Jurisdição / Criado em:</b>
Arquivo Histórico de Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	Vale do Itajaí	Municipal / 29 de novembro de 1993, através da Lei n. 1.293
Arquivo Histórico de Joinville	Joinville	Norte Catarinense	Municipal / 20 de março de 1972, através da Lei n. 1.182
Arquivo Histórico do Município de Campo Alegre - Eugênio João Herbst	Campo Alegre	Norte Catarinense	Municipal / 08 de abril de 2008, através da Lei n. 3.373
Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	Florianópolis	Grande Florianópolis	Municipal / 14 de setembro de 1994, através da Lei n. 4.491
Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel	Jaraguá do Sul	Norte Catarinense	Municipal / 12 de agosto de 1971, através da Lei n. 321 e reestruturado pela Lei n. 1.464 em maio de 1991.
Arquivo Histórico José Ferreira da Silva	Blumenau	Vale do Itajaí	Municipal / 07 de abril de 1972, através da Lei n. 1.835

Arquivo Histórico Municipal de São José	São José	Grande Florianópolis	Municipal / 07 de dezembro de 1992, através da Lei n. 2.436
Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp	Campos Novos	Serrana	Municipal / 13 de março de 1990, através da Lei n. 1.693
Arquivo Histórico Museu Thiago de Castro	Lages	Serrana	Municipal / 26 de junho de 2009, através da Lei n. 3.558
Arquivo Histórico Pastor Wilhelm Lange	Guaramirim	Norte Catarinense	Municipal / 21 de maio de 2012, através da Lei n. 3.966
Arquivo Público de Caçador	Caçador	Oeste Catarinense	Municipal / 08 de setembro de 2004, através da Lei n. 2.117
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Florianópolis	Grande Florianópolis	Estadual / 28 de junho de 1960, através da Lei n. 2.378
Arquivo Público do Município de Palhoça	Palhoça	Grande Florianópolis	Municipal / 26 de novembro de 2004, através da Lei n. 1.951
Arquivo Público e Histórico do Município de Tubarão	Tubarão	Sul Catarinense	Municipal / 17 de julho de 1990, através da Lei n.1.463
Arquivo Público Municipal de Campo Belo do Sul	Campo Belo do Sul	Serrana	Municipal / 15 de dezembro de 2015, através da Lei n. 2.118
Arquivo Público Municipal de Chapecó	Chapecó	Oeste Catarinense	Municipal / 10 de agosto de 1993, através da Lei n. 3.536 e reestruturado pela Lei n. 7.196 em outubro de 2018
Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner	Alfredo Wagner	Grande Florianópolis	Municipal / 14 de março de 2006, através da Lei n. 652

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

No Quadro 2, além das regiões também é possível identificar 16 arquivos municipais e um (1) arquivo estadual.

Quanto à forma de abordagem do problema, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, que “emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação de dados” (CRESWELL, 2010, p. 2006).

Nessa concepção,

os pesquisadores, em si, são parte importante no processo de pesquisa, e seja em termos de sua própria presença pessoal na condição de pesquisadores, seja em termos de suas experiências no campo e com a capacidade de reflexão que trazem ao todo, como membros do campo que se está estudando. (FLICK, 2009, p. 9).

Para Creswell (2010), os pesquisadores de pesquisas qualitativas não tendem a realizar seus estudos em laboratórios, mas coletar dados no ambiente natural do

interesse de sua pesquisa. Após a coleta de dados, estas informações são examinadas e organizadas, a fim de ser extraído e registrado o conhecimento adquirido (CRESWELL, 2010). Os dados coletados nesta pesquisa são descritivos, e não utilizam dados estatísticos como o centro da análise do problema, já que não tem a prioridade de numerar ou medir unidades. Assim, uma pesquisa de cunho qualitativo, a interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental para a construção da narrativa dos resultados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em relação aos objetivos desta pesquisa, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa pode ser considerada exploratória e descritiva. Para Severino (2007, p. 123), uma pesquisa exploratória busca “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho”, e obter tanto descrições quantitativas como qualitativas do objeto de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2012). Para isso, o pesquisador necessita “conceituar as inter-relações entre propriedade do fenômeno, fato ou ambiente observado” (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 71). Já a abordagem descritiva, preocupa-se em fazer a descrição das “características de uma população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (PRODANOV; FREITAS 2013, p. 52). Marconi e Lakatos (2012) esclarecem que esta abordagem também envolve o uso de técnica padronizada de coleta de dados, como exemplo o questionário, instrumento<sup>8</sup> este utilizado nesta pesquisa.

O propósito dos objetivos específicos é subsidiar o objetivo geral deste estudo. Para tanto, como procedimentos desta pesquisa são utilizados a análise documental e a pesquisa de levantamento. Esses procedimentos serão utilizados isoladamente ou quando necessário serão combinados entre si, dessa maneira enriquecendo o tema científico para a pesquisa. Desse modo, cada pesquisa tem sua metodologia e estabelece processos específicos para a obtenção dos dados.

Na análise documental, a pesquisa é realizada diretamente nos documentos, que podem ser escritos ou não, denominados, assim, como fonte primária (cartas, fotografias, documentos oficiais, diários, relatórios e outros). A prática deste

---

<sup>8</sup> Em ocorrência de um novo coronavírus, denominado a Covid-19, no início do ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decreta uma pandemia global. Nesse período algumas normas de higiene e distanciamento social foram estabelecidas mundialmente. Antes da pandemia a coleta de dados seria realizada *in-loco*, e para isso um dos procedimentos técnicos utilizado na pesquisa seria a observação sistemática. Contudo, com o cenário pandêmico agravado o instrumento para realizar a coleta de dados foi substituído pelo questionário.

procedimento permite organizar informações que podem encontrar-se dispersas, concedendo uma nova importância como fonte de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2012; PRODANOV; FREITAS, 2013). Esta prática foi desenvolvida ao verificar a ocorrência de instrumentos de pesquisa utilizados nos arquivos estudados, na leitura de normas técnicas e no uso do diário de campo, sendo este último explicado mais adiante.

A pesquisa de levantamento é um método que investiga e descreve algo que se pretende conhecer de um determinado universo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Menezes *et al.* (2019, p. 41) explica que nessa “[...] modalidade de pesquisa, define-se um problema e, a partir dele, criam-se meios de gerar informações (como um questionário, por exemplo) para – após a coleta e a análise dos dados – se chegar às conclusões”. Nesta pesquisa o principal instrumento empregue para a coleta de dados foi o questionário. Para Barros e Lehfeld (2000, p. 90), o questionário “[...] é o instrumento mais usado para o levantamento de informações”. O ideal é o pesquisador ao elaborar o questionário esteja atento ao conteúdo, a organização e a clareza das perguntas a serem respondidas (BARROS; LEHFELD, 2000; PRODANOV; FREITAS, 2013). Torna-se importante esclarecer que a pesquisa levantamento é direcionada para a coleta de dados (uso do questionário), e a pesquisa exploratória configura no levantamento das informações no âmbito geral (bibliográfico, pesquisas das instituições cadastradas etc.).

Marconi e Lakatos (2012, p. 201) explicam que o questionário é um instrumento “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O questionário deste estudo foi elaborado por meio da ferramenta *Google Forms*<sup>9</sup>, composto de 21 perguntas, divididas em: quatro perguntas fechadas; quatro perguntas abertas e 13 perguntas de múltipla escolha. Sendo que algumas perguntas de múltipla escolha sinalizavam ao respondente a possibilidade de assinalar mais de uma opção (APÊNDICE A). Todas as perguntas foram desenvolvidas a partir das leituras dos autores indicados em nota no questionário.

Como parte complementar de uma pesquisa adequadamente elaborada, o planejamento é “[...] primordial para o desenvolvimento da pesquisa científica. Assim, definidos tema, objeto, problema, tipo e campo de pesquisa, a etapa seguinte é a

---

<sup>9</sup> É um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google.

coleta de dados, que também deve ser planejada” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 102). “A coleta de dados significa a fase da pesquisa em que se indaga e se obtêm dados da realidade pela aplicação de técnicas” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 89). Para isso, a existência de instrumento que possam garantir o registro das informações coletadas na pesquisa é essencial.

Para registrar a coleta dos dados, optou-se como instrumentos de auxílio o diário de campo. O uso do diário de campo pode ser utilizado pelo pesquisador a fim de anotar suas atividades diárias. Além disso, os registros devem estar organizados e sistematizados (horas, dias, situações etc.) de modo que posteriormente sirvam e ajudem na redação e contextualização dos dados levantados (BARROS; LEHFELD, 2000).

O diário de campo utilizado pela pesquisadora compreende informações anotadas em uma planilha produzida no *Excel*. A planilha foi elaborada com a finalidade de registrar dados como: nome da entidade; município que está localizado a entidade; *e-mail* e telefone para contato; endereço completo; nome do responsável contactado na instituição; a existência de acervos fotográficos no arquivo; se a instituição estaria recebendo pesquisadores presencialmente durante o período pandêmico; data (dia/mês/ano); controle no envio e recebimentos de respostas (*e-mail* e telefone) e observações. No campo “Observações” as informações como atualização de telefone e *e-mail*, inexistência de acervo fotográfico, período do contato (matutino, vespertino ou noturno) e entre outros dados considerados relevantes pela pesquisadora eram registrados.

Para melhor compreensão no Quadro 3 são apresentadas as especificações dos procedimentos técnicos metodológicos realizados nos objetivos específicos, a fim de subsidiar o objetivo geral desta pesquisa. As perguntas número 1, 2, 3 e 4 do questionário nomeiam o arquivo, o município em que está localizado, o nome e a formação escolar do profissional respondente, são dados sensíveis, portanto, são de conhecimento da autora da pesquisa não fazendo parte da análise de dados desta dissertação.



Quadro 3 - Objetivos específicos e aspectos metodológicos

<b>Objetivo geral:</b> Mapear os acervos fotográficos impressos dos arquivos públicos de Santa Catarina, e o tratamento arquivístico dispensado a estes documentos, no que tange à descrição arquivística e à facilitação do acesso.				
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Coleta de dados</b>	<b>Instrumentos de coleta de dados</b>	<b>Amostra</b>	<b>Dados a serem coletados/instrumento de coleta</b>
a) Identificar os acervos fotográficos presentes nos arquivos públicos de Santa Catarina, sua composição, tratamento e disponibilização (suportes, temáticas, períodos/datas, volumes, conservação, acesso e difusão);	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise documental</li> <li>✓ Pesquisa levantamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diário de campo</li> <li>✓ Questionário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Registros no Diário de campo</li> <li>✓ Perguntas 5,6,7,8,9,10,11,18,19 e 20 do questionário.</li> </ul>	Aspectos característicos quanto: cromia, volume, temas, conservação, suportes dos acervos fotográficos.
b) Verificar a existência de instrumentos de pesquisa voltados à recuperação da informação para acesso ao conteúdo informacional do acervo fotográfico;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pesquisa levantamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Questionário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Perguntas 12,13,14,15,16 e 17 do questionário.</li> </ul>	Tipos de instrumentos utilizados (guia, inventário, catálogo, índice etc.) e suporte do instrumento de pesquisa.
c) Analisar a descrição da informação fotográfica a partir dos instrumentos de pesquisa localizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise documental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Auxílio de Normas técnicas</li> <li>✓ Instrumentos de pesquisa localizados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Instrumento de pesquisa</li> </ul>	Uso de normas e tipos de instrumentos utilizados (guia, inventário, catálogo etc.).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A fim de sistematizar e ter controle das repostas enviadas e recebidas dos arquivos públicos da pesquisa, uma conta eletrônica foi criada no mês de julho de 2020. Ainda em julho de 2020, as instituições participantes do estudo foram contactadas por *e-mail*. O principal motivo deste primeiro contato foi a apresentação da pesquisadora e uma breve explicação sobre a pesquisa que seria realizada. Após

a apresentação via *e-mail*, era necessário averiguar se os arquivos públicos de SC estariam atendendo pesquisadores e respondendo suas pesquisas. Devido à pandemia de Covid-19, vivenciada mundialmente, muitas instituições estavam com seus funcionários trabalhando remotamente, e em virtude disso o primeiro passo foi apurar informações sobre a rotina de expediente de cada instituição. A maioria das entidades não respondeu o contato e alguns *e-mails* retornaram. Com isso, no mês de agosto de 2020 foi realizada uma nova tentativa de contato com as entidades. Algumas ligações telefônicas foram feitas para as prefeituras municipais das entidades pesquisadas. A intenção foi identificar e atualizar informações (*e-mail* e telefone) dos arquivos cadastrados no CONARQ, e assim conseguir contactar com o responsável da instituição.

Após identificar e registrar no diário de campo as informações atualizadas dos arquivos participantes da pesquisa, o questionário foi enviado. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 108), todo questionário “a ser enviado deve passar por uma etapa de pré-teste, num universo reduzido, para que possamos corrigir eventuais erros de formulação”. No dia 23 de setembro de 2020, o pré-teste do questionário foi realizado em duas instituições: Arquivo Público Municipal de Londrina (PR) e o IPHAN - Superintendência em Santa Catarina (SC), para o aprimoramento das questões antes de sua aplicação. A escolha destas instituições deve-se as mesmas características das instituições pesquisadas, ou seja, são arquivos públicos e possuem acervos fotográficos. Após a execução do pré-teste e conferida a viabilidade de continuar com a pesquisa, o processo de aplicação do questionário seguiu a rotina descrita a seguir.

Levando em consideração os objetivos expostos para a pesquisa em tela, o questionário (APÊNDICE A) foi aplicado no mês de outubro do ano de 2020 em todas as entidades arquivísticas custodiadoras de acervos fotográficos. Como reforço, a pesquisadora realizou ligações telefônicas para confirmar o envio do questionário e explicar a importância de as perguntas serem respondidas. O prazo para recebimento das respostas foi estipulado em 20 dias. Caso não houvesse retorno da entidade um novo contato e envio do questionário era efetuado. Na segunda quinzena do mês de novembro/2020 foi finalizado o recebimento das respostas dos arquivos.

Os arquivos dos municípios de Chapecó, Palhoça e Campo Alegre não possuem acervo fotográfico impresso sob custódia. Dessa maneira, estas três entidades não fizeram parte da coleta de dados. De acordo com os esclarecimentos dos responsáveis pelos arquivos de Chapecó e Campo Alegre, os mesmos não

possuem acervo fotográfico armazenados nas instituições em decorrência de não dispor de instalações ideais. Logo, as fotografias impressas nesses arquivos encontram-se custodiadas nos museus dos municípios. Ao contactar a prefeitura do município de Palhoça, fui informada que todos os documentos produzidos pela instituição, inclusive o acervo fotográfico, estão armazenados em uma empresa terceirizada, cujo nome não souberam informar.

Após inúmeras tentativas em contatar (*e-mail* e telefone) os responsáveis dos arquivos públicos dos municípios de: Caçador, Tubarão, Campo Belo do Sul e Alfredo Wagner, não foi obtido retorno. Diante da dificuldade imposta, não foi possível aplicar o questionário nestas quatro entidades. A falta de resposta destas instituições é compreensível devido à pandemia.

Das dez instituições que receberam o questionário todas responderam às perguntas indicadas no instrumento.

Na próxima seção são apresentados os resultados da coleta de dados.

## 5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Nesta seção são apresentados os dados coletados e analisados na pesquisa, considerando os objetivos geral e específicos do estudo. Para alcançar o sucesso na coleta de dados e o resultado da dissertação, foi essencial a participação de todos os profissionais responsáveis pelas entidades arquivísticas catarinenses.

Dos 17 arquivos que compõem o universo da pesquisa, dez responderam ao questionário. Nessa lógica, o universo da pesquisa está representado pelos dez arquivos participantes, totalizando 58,82% das entidades pesquisadas, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Arquivos públicos participantes da pesquisa

<b>UNIVERSO DA PESQUISA</b>	<b>CIDADE</b>
Arquivo Histórico Museu Thiago de Castro	Lages
Arquivo Histórico de Balneário Camboriú	Balneário Camboriú
Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul "Eugênio Victor Schmöckel"	Jaraguá do Sul
Arquivo Histórico de Joinville	Joinville
Arquivo Histórico José Ferreira da Silva	Blumenau
Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral	Florianópolis
Arquivo Histórico Municipal de São José	São José
Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp (Fundação Cultural Camponovense Casa da Cultura Cel. Gasparino Zorzi)	Campos Novos
Arquivo Histórico Pastor Wilhelm Lange	Guaramirim
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Florianópolis

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No decorrer da dissertação, os arquivos participantes são identificados pelas siglas AP1, AP2, AP3, AP4, AP5, AP6, AP7, AP8, AP9 e AP10. Vale ressaltar que a disposição de códigos leva em conta a ordem do arquivo respondente e não a ordem alfabética apresentada no Quadro 3, assim, a identificação dos arquivos não foi disponibilizada na dissertação.

A análise e a discussão dos dados coletados por meio do questionário são apresentadas nas subseções a seguir.

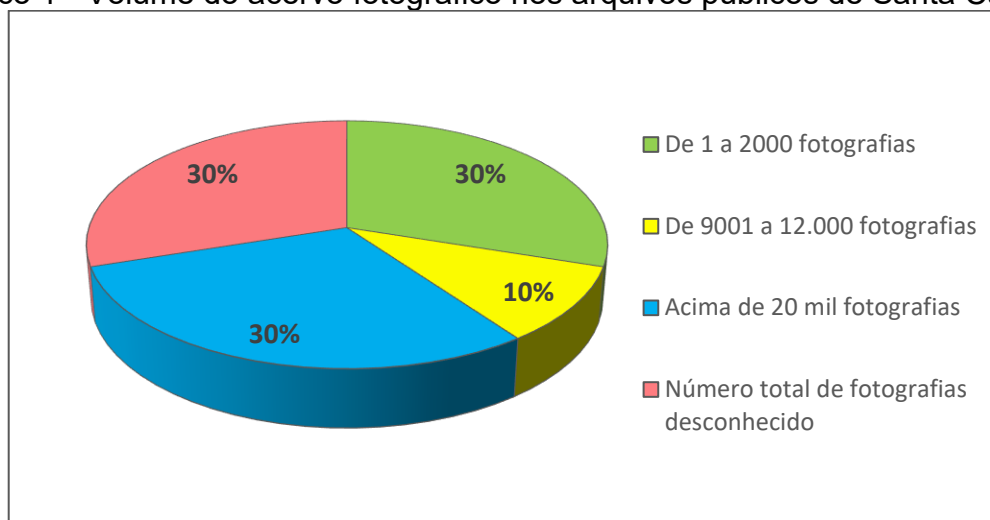
## 5.1 CARACTERÍSTICAS DOS ACERVOS FOTOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA

Nesta subseção é apresentado o mapeamento das características dos acervos fotográficos presentes nos arquivos públicos pesquisados de Santa Catarina. Essas características se referem à composição e ao tratamento dos acervos, tais como: volume, período/data, temáticas, principal órgão produtor, acondicionamento e entre outras informações.

A presença de acervos fotográficos nos arquivos catarinenses permite um conhecimento maior da cultura e a história de cada região por meio de suas imagens arquitetônicas, festivais, monumentos, paisagens, dentre outros assuntos. Malverdes e Lopez (2016, p. 68) enfatizam que o reconhecimento da fotografia “não se radica em sua maior ou menor ambiguidade e beleza, senão na medida em que nos informa de aspectos históricos, econômicos ou sociais da época que se pretende recuperar”. A imagem fotográfica surge como um valioso patrimônio documental por representar, por meio de uma técnica concreta e com auxílio de componentes informativos, nos faz enriquecer nossa compreensão nos demais contextos sociais (MALVERDES; LOPEZ, 2016).

Quanto ao volume de acervo fotográfico armazenado nas referidas instituições, os resultados apontam: três unidades indicam ter de 1 a 2.000 fotografias (AP3, AP7 e AP9); uma instituição afirma ter de 9.001 a 12.000 fotografias (AP4); três assinalaram como resposta que possuem em seus acervos fotográficos um volume acima de 20 mil fotografias (AP1, AP2 e AP6); e três arquivos não souberam informar a quantidade de fotografias consta em seus acervos (AP5, AP8 e AP10), conforme exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Volume do acervo fotográfico nos arquivos públicos de Santa Catarina



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 1 evidencia que 70%<sup>10</sup> dos arquivos participantes informaram o volume de fotografias que constam em seu acervo, e 30% desconhecem o volume das fotografias impressas armazenado em suas instituições. A presença de fotografias inseridas no contexto arquivístico catarinense, traz a reflexão da importância que um acervo fotográfico pode proporcionar no auxílio para a construção de fatos e costumes vivenciados de um determinado povo e em diferentes épocas.

As imagens fotográficas permitem ampliar uma visão de mundo e apresentar diferentes cenários e situações das mais diversificadas atividades cotidianas. Dessa forma, os acervos de imagem dispersados nas regiões brasileiras são capazes de revelar situações inéditas da cultura, história, política e dentre outras circunstâncias (CANABARRO, 2005). No contexto dos arquivos pesquisado, pode representar comprovações de atos históricos importantes para a memória coletiva catarinense.

Ainda sob o ponto de vista do autor sobredito, os acervos fotográficos

[...] constituem-se em fontes, de certa forma, privilegiadas, por comportarem informações que nem sempre são encontradas na documentação escrita. As fontes imagéticas permitem ir muito além das meras descrições, porque trazem expressões de realidades vividas em outros tempos. (CANABARRO, 2005, p. 24).

O volume de fotografia impressa constituído nas instituições que compõem esta pesquisa evidencia que a maioria dos arquivos catarinenses apresenta uma

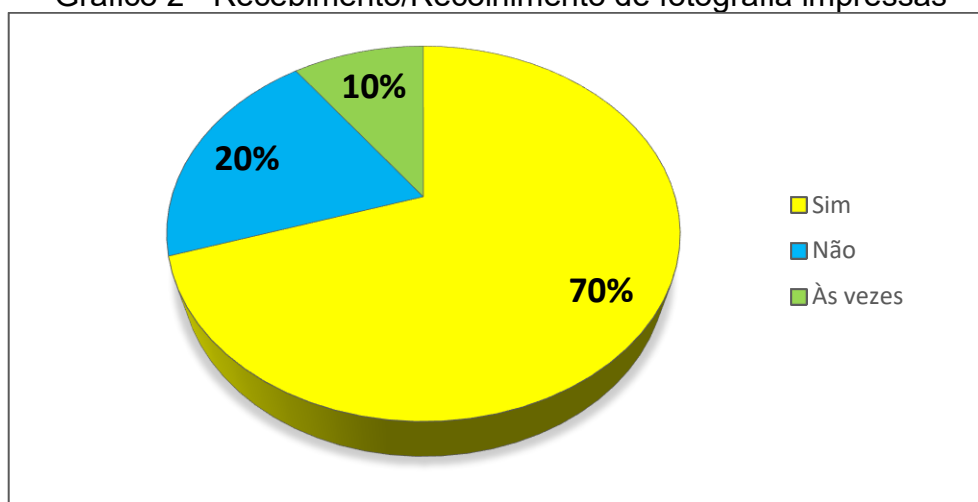
<sup>10</sup> Soma das variantes exibidas no Gráfico 1: de 1 a 2.000 fotografias; de 9.001 a 12.000 fotografias; acima de 20 mil fotografias.

quantidade razoável de imagens em seus acervos. Esses acervos fotográficos são, portanto, documentos armazenados em espaços públicos, e devem ser tratados, organizados e preservados para o acesso e uso da informação pelos cidadãos.

Em relação ao recebimento e recolha de fotografias impressas: sete arquivos responderam que ainda recebem ou recolhem (AP1, AP2, AP3, AP4, AP6, AP8 e AP10); duas instituições alegaram não receber mais documentos fotográficos (AP7 e AP10) e uma unidade (AP5) afirmou receber e/ou recolher de vez em quando fotografias em seu arquivo (Gráfico 2).

As instituições AP8 e AP10 responderam não saber o número de fotografias custodiadas no acervo, como também declararam não receber mais fotografias impressas na unidade. O desconhecimento da instituição arquivística quanto ao número de documentos fotográficos existentes em seu acervo possibilita afirmar que, o pleno uso e acesso desses documentos por parte dos usuários pode se encontrar inviabilizado.

Gráfico 2 - Recebimento/Recolhimento de fotografia impressas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A soma das variáveis “Sim” e “Às vezes”, no Gráfico 2, totalizam 80% dos arquivos pesquisado que recebem fotografias impressas. Considerando que a amostra pesquisada não é a totalidade dos arquivos de SC, trata-se de uma porcentagem considerável, tendo em vista a produção expressiva de fotografias digitais na sociedade atual. Conforme Mariz e Dutra (2018, p. 4) explicam, a partir do século XX houve o aumento dos registros, “em especial os fotográficos digitais, [que] trouxe consigo uma consequente mudanças nos arquivos”. A evolução tecnológica,

aliada à democratização do computador individual, o uso expoente dos *smartphones* e a popularização da Internet fez crescer consideravelmente o número de fotografias digitais. Se antes a arte de fotografar era uma atividade cara e complexa, atualmente tornou-se algo corriqueiro na sociedade, atribuindo também novas formas de gestão e estratégias de organização desse tipo de documento digital (MARIZ; DUTRA, 2018).

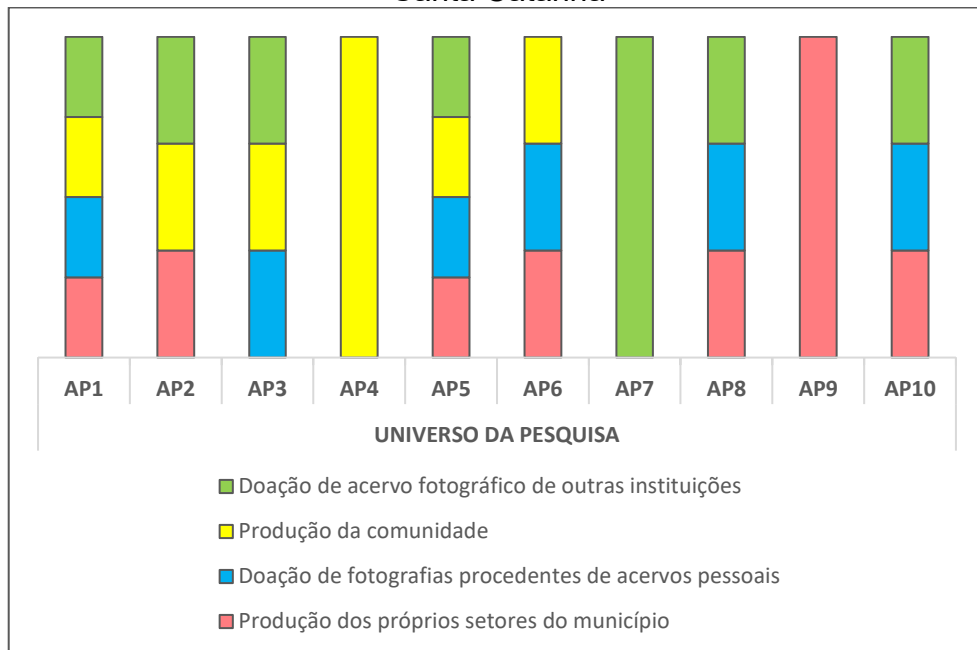
Ainda que existam possíveis transições do comportamento da fotografia analógica para a digital, verifica-se por meio dos dados que as fotografias impressas resistem ao tempo (são criadas, utilizadas e armazenadas), permitindo compreender informações e construir novos conhecimentos.

Para Herrera (1991), a composição de um fundo arquivístico pode conter documentos doados por uma pessoa jurídica ou física que produziu esses documentos ou adquiriu os mesmos. Uma documentação arquivística pode estar completa ou não, e as causas pela dispersão dos documentos podem ser em decorrência de divisão, perdas, destruição, entre outros fatos. Contudo, ainda sim constitui uma unidade, independente dos outros grupos documentais existentes na instituição.

No questionário, a pergunta número 07 – “Qual a procedência do acervo fotográfico (órgão produtor)?” – identifica nos arquivos catarinenses o principal modo de produção das fotografias. Conforme o Gráfico 3, as variáveis da pergunta “Produção dos próprios setores dos municípios” e a “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais” foram as alternativas mais assinaladas, constando sete marcações em cada questão. As alternativas “Produção da comunidade” e “Doação de acervo fotográfico de outras instituições” alcançou seis marcações em cada opção. É importante esclarecer que existe uma distinção entre as opções “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais” e “Produção da comunidade”. Essa diferença dá-se pela razão de produção da fotografia que, no caso da alternativa “Produção da comunidade”, a fotografia pode ter sido produzida por meio de um campeonato fotográfico local com um tema escolhido pelo organizador do evento, e no item “Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais”, a fotografia foi doada por algum cidadão local, documentos estes considerados de valor histórico e cultural para a instituição.



Gráfico 3 - Principal órgão produtor do acervo fotográfico nos arquivos públicos de Santa Catarina



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.  
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As entidades AP1 e AP5 possuem as quatro formas indicadas no questionário como o principal órgão produtor em seus acervos fotográficos. Os arquivos AP4, AP7 e AP9 foram os únicos assinalar como resposta um modo de produção das fotografias. Ou seja, na instituição AP4 o acervo documental fotográfico advém apenas de produção da comunidade, no arquivo AP7 o acervo é composto por doações de fotografias de outras instituições e, por fim, o AP9 indica ter como principal órgão produtor das fotografias os próprios setores do município. Os arquivos AP2, AP3, AP6, AP8 e AP10 afirmaram conter documentos provenientes de doação de outras instituições, da comunidade e dos próprios setores administrativos do município (Gráfico 3).

Sob a concepção de Boadas i Raset (2008), grande parte da documentação fotográfica existente em arquivos decorre de quatro modos: **a)** as fotografias são produzidas pela própria instituição; **b)** as instituições contratam um fotógrafo com a intenção de produzir conteúdo relacionados a atividades culturais, marketing, promocionais etc.; **c)** por meio de aquisições ou compra do material fotográfico que possa ter algum tipo de relação com o uso institucional; **d)** doações de acervos fotográficos considerados de valor histórico e cultural para a instituição. Neste último modo, na maioria dos casos pode ser considerado o volume mais importante de

documentos fotográficos custodiados por um arquivo.

É oportuno lembrar que nem todo documento pode ser considerado um documento arquivístico, abordagem também válida para os documentos fotográficos. A identificação de quem produziu uma fotografia torna-se um dos elementos obrigatórios no processo de descrição arquivística, atribuindo dados para a contextualização do documento, assim como também corresponde à afirmação de sua proveniência (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006). Rousseau e Couture (1998) explicam que o princípio da proveniência consiste em manter agrupados e organizados os documentos arquivísticos conforme seu meio de produção e/ou acumulação, de maneira que não se misturem com outros arquivos provenientes de outras origens. Lopez (2011) recapitula que mesmo com todas as formas de aquisição, a organização arquivística de fotografias apresenta diferentes dificuldades, principalmente em relação aos princípios norteadores da área, tais como: princípio da proveniência, que representa o princípio de caracterizar a organização e conhecimento arquivístico e estabelece um domínio para a instrumentalização de sua organização.

As fotografias nos arquivos, ao receberem ainda uma organização individualizada, reduzem a compreensão do significado global pelos quais esses documentos foram produzidos. Portanto, o contexto de produção dos documentos é essencial para propiciar aos pesquisadores a compreensão dos motivos que levaram à sua criação, sendo que é impossível serem percebidos somente através do conteúdo da imagem fotográfica [...]. (MACHADO *et al.*, 2019, p. 194).

Embora existam algumas dificuldades apresentadas quanto à aplicação do princípio da proveniência em imagens fotográficas, este princípio ainda se torna fundamental para a constituição e organização desses documentos. Schwartz (1995) afirma que a diplomática contemporânea pode oferecer subsídios que auxiliem num método útil para compreensão das fotografias em um contexto funcional e administrativo. Em virtude do foco da pesquisa, o princípio da proveniência não foi aprofundando nesta dissertação, sendo mencionadas apenas algumas abordagens para que haja entendimento em relação à necessidade na identificação da origem de um produtor documental.

A fotografia possibilita o registro de um momento, podendo ser um instante do passado, como o presente em nossas vidas. Essa representação constitui na concepção da história, cultura e educação de uma sociedade (BOCCATO; FUJITA,

2006). Os temas presentes em uma coleção fotográfica de um arquivo são capazes de proporcionar maior visão sobre um determinado assunto.

Para Cardoso e Mauad (1997, p. 406), “a imagem fotográfica seria tomada como índice de uma época, revelando, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, formas de trabalho, elementos de infraestrutura urbana”, costumes, festividades, trajes, obras públicas dentre outros conteúdos. Nessa conjuntura, a Tabela 1 aponta, em ordem decrescente, os principais temas que compõem os acervos fotográficos dos arquivos participantes da pesquisa.

Tabela 1 - Principais temáticas que compõem os acervos fotográficos catarinenses

<b>Principais temáticas que compõem os acervos fotográficos do estado de Santa Catarina</b>	<b>Incidência</b>	<b>%</b>
Arquitetura (prédios, casas, pontes e entre outros.)	10	100%
Festividades (comemorações, inaugurações, exposições, eventos e entre outros.)	9	90%
Fotos de catástrofes (enchente, vendaval, desmoronamento e entre outros.)	9	90%
Fotos de personalidades	9	90%
Fotos de esportes (campeonatos, olimpíadas, maratonas e entre outros.)	8	80%
Fotos de monumentos	8	80%
Fotos de paisagens	8	80%
Cartões postais	7	70%
Fotos de famílias	7	70%
Fotos de grupos sociais	7	70%
Cerimonias religiosas	7	70%
Fotojornalismo (fotos utilizadas para a imprensa local ou não)	6	60%
Fotos individuais	6	60%
Fotos de funerais	5	50%
Fotos de propaganda (marketing)	5	50%
Fotos de viagens	5	50%
Fotos de objetos artísticos	4	40%
Outros	3	30%

Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

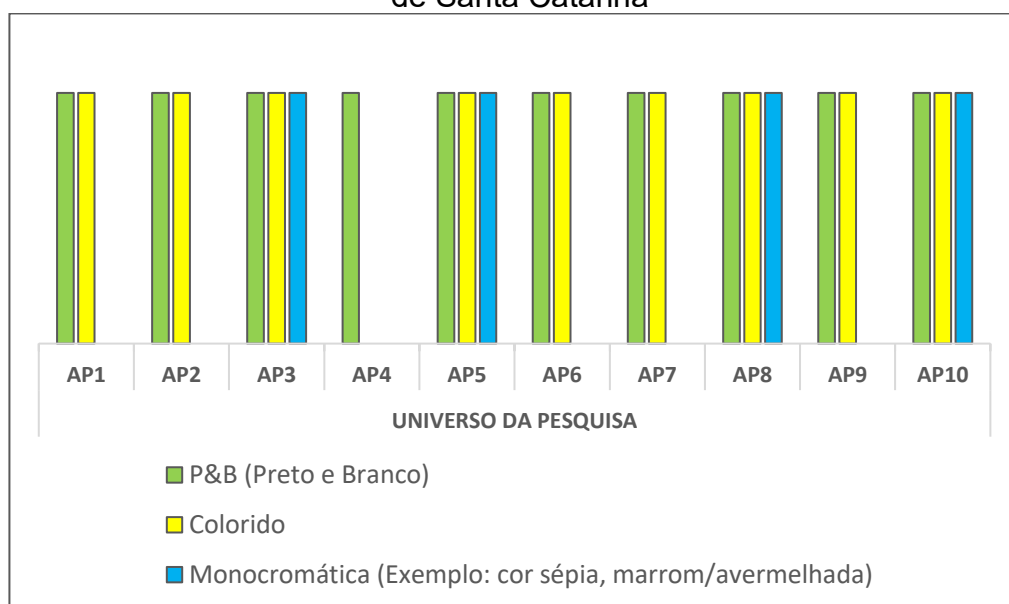
Dentre os temas apontados no questionário, os assuntos sobre a arquitetura, festividades, catástrofes, fotos de personalidades, esportes, monumentos e paisagens são as temáticas com a maior expressão nas coleções estudadas. As fotografias arquitetônicas integram todos os acervos fotográficos dos arquivos públicos catarinenses estudados. Os conteúdos fotográficos com menor incidência nos acervos, são relativas as fotos de funerais, *marketing*, viagens e objetos artísticos. Os

arquivos participantes AP1, AP2 e AP10, na opção “Outros” acrescentaram demais temas fotográficos, nos quais são: fotos de obras públicas, fotos empresariais, fotos de militares, visita de autoridades, fotos de vistas aéreas e fotos de saberes e fazeres culturais.

Por meio da análise foi possível mapear e caracterizar as principais temáticas fotográficas que o estado de Santa Catarina possui custodiados em seus acervos. Assim, a fotografia merece destaque quanto ao seu papel de produtor de informações, ainda que, também necessite de procedimentos para a representação do seu conteúdo intrínseco (contexto de sua produção), como forma de obter uma recuperação informacional satisfatória. O percentual na tabela indica a porcentagem que cada tema tem nos acervos fotográficos, por exemplo: “Fotos de monumentos”, dos dez arquivos pesquisados oito possuem fotografias com este tema, que equivale 80% das instituições pesquisadas.

Quanto à identificação dos aspectos característicos dos acervos fotográficos catarinenses, a seguir aborda-se sua composição relacionada à cromia das fotografias. As unidades sinalizam que: todas possuem fotos em P&B em seus acervos; nove indicam ter fotos coloridas (AP1, AP2, AP3, AP5, AP6, AP7, AP8, AP9 e AP10) e quatro arquivos públicos possuem fotografia impressa monocromática em seus acervos (AP3, AP5, AP8 e AP10), como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Quanto à cromia (cor) das fotografias custodiadas nos arquivos públicos de Santa Catarina

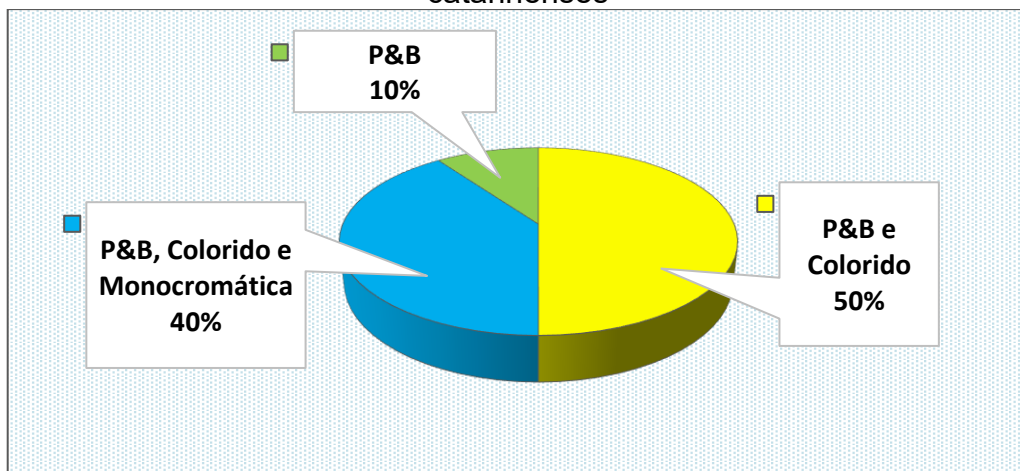


Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme expressa o Gráfico 4, os arquivos catarinenses AP3, AP5, AP8 e AP10 responderam possuir fotografias em P&B, coloridas e monocromáticas em seus acervos, totalizando 40% do universo pesquisado. Os demais arquivos, AP1, AP2, AP6, AP7 e AP9, indicaram ter fotos em P&B e coloridas, somando 50%; o arquivo AP4 possui unicamente fotos em P&B, representando 10% do universo. No Gráfico 5 é possível visualizar as porcentagens quanto à cor das fotografias custodiadas nos acervos catarinenses.

Gráfico 5 - Percentual quanto à cor (cor) das fotografias nos acervos catarinenses



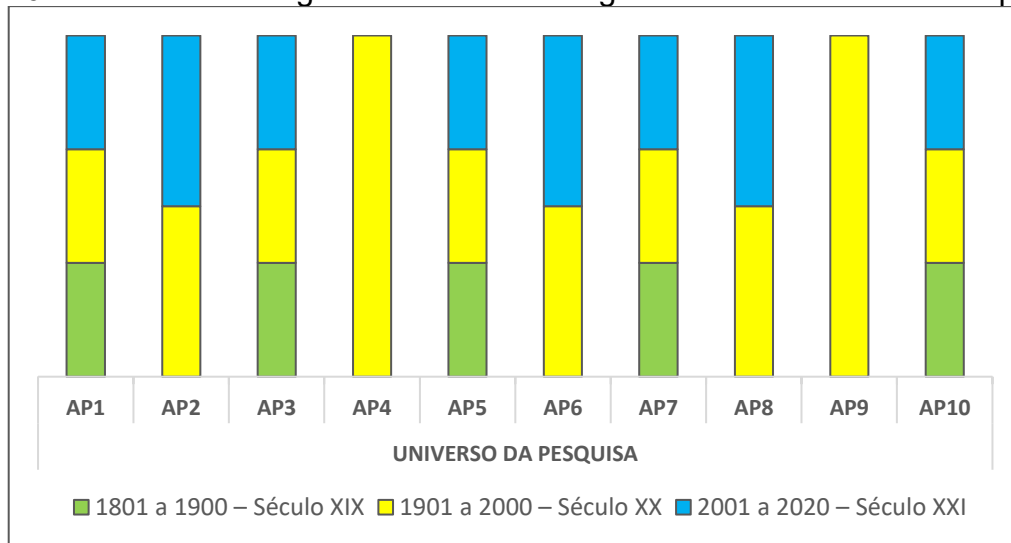
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A identificação da cor de um acervo fotográfico torna-se significativa a partir do momento em que a instituição faça um trabalho de agrupamento em subconjuntos de acordos com suas propriedades físicas, a fim de fazer um planejamento para designar as prioridades de tratamento e as formas de acondicionamento das fotografias (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002). O fato de a fotografia ser em P&B, colorida ou monocromática atribui dados relevantes para etapas de organização e preservação de um acervo fotográfico. Outro fator que também implica diretamente o processo de preservação e conservação é o tipo de formato da fotografia, dados abordados mais adiante neste estudo.

Em relação à cronologia dos acervos fotográficos impressos, dos 10 arquivos respondentes: cinco instituições possuem fotos do século XIX (AP1, AP3, AP5, AP7 e AP10); todas as entidades afirmaram ter em seus acervos fotografias do século XX; oito arquivos detêm fotografias do século XXI (AP1, AP2, AP3, AP5, AP6, AP7, AP8 e AP10), dados estes representados por meio do Gráfico 6, no qual é possível

visualizar que as instituições AP1, AP3, AP5, AP7 e AP10 marcaram como resposta terem os três períodos cronológicos (séculos XIX, XX e XXI) em seus acervos fotográficos, representando 50% do universo da pesquisa; duas instituições (AP4 e AP9) dispõem exclusivamente de fotografias do século XX e por conseguinte três arquivos (AP2, AP6 e AP8) têm em seus acervos fotografias impressas do século XX e XXI. Frente os apontamentos, é possível constatar uma predominância de fotografias dos séculos XX e XXI nos acervos fotográficos catarinenses.

Gráfico 6 - Período cronológico dos acervos fotográficos custodiados nos arquivos



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

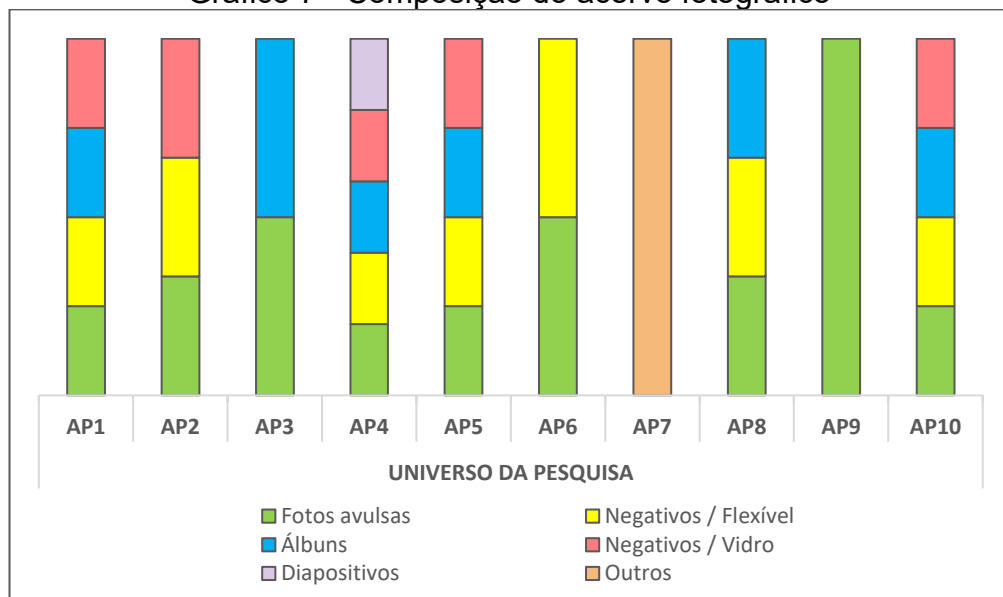
Para Kossoy (2012, p. 129), “a conexão com as mais diversificadas fontes que informam o passado, tem-se maiores elementos para compreender a atitude dos personagens estáticos e mudos e dos cenários parados no tempo [...]”. Conjugando essas informações ao conhecimento do contexto econômico, político, cultural e social dos costumes de um determinado tempo e época, é plausível trazer condições em recuperar fatos históricos no conteúdo da fotografia, e assim poder reviver um assunto ou fato registrado num plano aparente (KOSSOY, 2012). As fotografias evidenciam narrativas que podem auxiliar na construção de conhecimentos inéditos, diante disso a cronologia fotográfica pode indiciar determinados comportamentos (arquitetura, costume, vestuários, transporte e outros) de diferentes épocas.

Mariz e Dutra (2018) esclarecem que a fotografia nos instruiu por meio de novos códigos a ampliar o olhar sobre as coisas, em ver o mundo de outra forma, entretanto a contextualização de sua produção implica em informações fundamentais para a

estruturação de seu significado.

Sobre as informações quanto à composição do formato dos acervos fotográficos impressos nas referidas instituições, segue a análise: as “fotos avulsas” apresentaram nove incidências e os “negativos/flexível” tiveram sete incidências. À vista disso foram as variáveis da questão número 11 — *O que compõem o acervo fotográfico da instituição quanto ao seu formato?* — as mais assinaladas pelos arquivos. As fotos avulsas compõem 90% dos acervos estudados, estando presente nas unidades: AP1, AP2, AP3, AP4, AP5, AP6, AP8, AP9 e AP10. É possível identificar que a instituição AP4 indica ter em seu acervo os cinco tipos de formatos apontados no questionário. Em contrapartida, as instituições AP7 e AP9 afirmam deter somente um tipo de formato fotográfico no acervo. A instituição AP7 por meio da opção “Outros” especifica ser “papel branco fino”, já a unidade AP9 apontou ter unicamente fotografias avulsas (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Composição do acervo fotográfico



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No Gráfico 7 percebe-se que a composição do acervo fotográfico quanto ao seu formato é bastante variável nos arquivos estudados. Esse mapeamento da composição do acervo somado a outros dados já identificados nesta pesquisa (cromia, volume, temática, órgão produtor e período) são os primeiros passos frente ao reconhecimento de um acervo fotográfico. Segundo Pavão (2004), no primeiro contato de um acervo é possível elaborar um pré-inventário (relatório) que contemple as

informações quanto às características (física e conteúdo) das fotografias. Posteriormente, esse pré-inventário pode traçar um plano para o processo de organização e tratamento dos acervos fotográficos.

Ainda nesse contexto, Mosciaro (2009) reforça a ideia de que informações mesmo que prévias são de grande utilidade e podem esclarecer que tipo de material será encontrado em uma instituição. A partir das informações anotadas no pré-inventário como: quantidade, formatos, temática geral, datas dentre outros é possível ter uma visão geral da documentação. Nesse sentido, o Gráfico 7 demonstra parte das características físicas das fotografias, e se necessário, podem auxiliar em demandas ou necessidades de organização e preservação quanto à forma de acondicionamento dessas imagens.

O formato da fotografia consiste em dimensões padronizadas características dos objetos fotográficos, sendo “uma padronização que vem dos primeiros tempos da fotografia [...]” (MOSCIARO, 2009, p. 34). A quantificação dos formatos existentes no acervo fotográfico torna-se fundamental para obter uma previsão de armazenagem e acondicionamento. Grande parte dos formatos possuem medidas padronizadas, dispensando a medição de item por item, e assim viabilizando por meio de fornecedores a aquisição de material para acondicionar de forma padronizada cada formato fotográfico (MOSCIARO, 2009). Em contrapartida o suporte,

[...] é a superfície que carrega a camada fotossensível, formadora da imagem. Uma coleção pode apresentar diversos tipos de suportes como: vidro, papel, metal, madeira, cerâmica, tecido, couro e/ou materiais sintéticos chamados de suportes primários, que, por sua vez, podem estar aderidos a suportes mais rígidos, ditos secundários. (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p. 16).

O formato e o suporte são fatores de especificação inicial dada a uma coleção fotográfica de um acervo, visto que cada material tem uma vida própria e carece de cuidados diferentes com relação à sua degradação (MUSTARDO; KENNEDY, 2004; PAVÃO, 2004). Por isso, na medida que há uma identificação correta nas fotografias, torna-se mais simples atribuir-lhes técnicas de preservação.

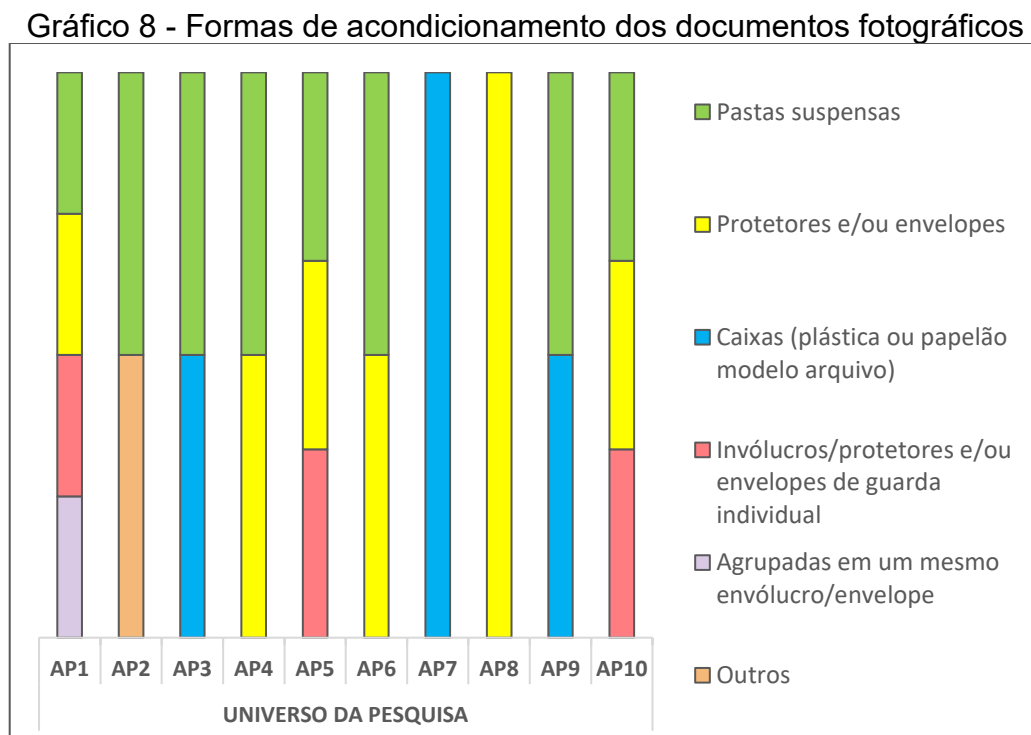
Os materiais fotográficos custodiados nos arquivos públicos de Santa Catarina podem ser encontrados em diferentes formatos, sendo esse também um fator de atenção no planejamento do mobiliário e acondicionamento. Diretamente relacionado às atividades de conversação, os Gráficos 8 e 9 apresentam informações pertinentes ao acondicionamento e controle preventivo dos acervos fotográficos. Os dados



coletados indiciam o modo que as fotografias estão acondicionadas nos arquivos catarinenses e do controle preventivo aplicado nestes acervos.

De acordo com o Gráfico 8, identifica-se que oito instituições (AP1, AP2, AP3, AP4, AP5, AP6, AP9 e AP10) apresentam como uma das formas de acondicionar seus acervos fotográficos a utilização de “pastas suspensas”, denotando assim a forma mais assinalada dentre o universo da pesquisa. Além disso, o arquivo AP2 pontuou que utiliza pastas suspensas próprias, confeccionadas para este fim por um fabricante especializado em serviços e confecção de embalagens fotográficas.

Por meio da análise dos dados da pesquisa verifica-se seis marcações (AP1, AP4, AP5, AP6, AP8 e AP10) para a utilização de “protetores e/ou envelopes” para acondicionar as fotografias. As variáveis, da pergunta 19 — “caixas (plásticas ou papelão)” e “invólucros/protetores e/ou envelopes de guarda individual” — obtiveram três ocorrências cada opção. As instituições AP7 e AP8 afirmaram utilizar apenas uma forma para acondicionar suas fotografias, sendo a entidade AP7 caixas plásticas ou de papelão, e o AP8 agrupa em um mesmo protetores ou envelopes (Gráfico 8).



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dentre as opções de acondicionamento apontados no questionário, o gráfico acima mostra que somente uma instituição (AP1) assinalou utilizar todos os tipos

apresentados.

Pavão (2004, p. 9) explica que,

[...] a escolha do material de construção e o desenho das embalagens de arquivo é outro aspecto importante da conservação. Uma embalagem deve adequar-se à peça que protege, ao tipo de utilização que tem e ao seu estado físico. A embalagem não pode interferir com a peça arrumada e deve ser de material quimicamente neutro.

A escolha de um papel adequado (pH próximo ao 7,0) é excelente para confecção de embalagens, permite troca gasosas com o exterior, trabalha como um filtro de poeira, não é abrasivo e não produz eletricidade estática. Já as embalagens plásticas recomendadas, como exemplo o poliéster, são adequados para acondicionar diapositivos (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002; MUSTARDO; KENNEDY, 2004). De certa forma, cada formato e suporte de uma fotografia consiste em um material adequado quanto sua forma de acondicionar.

Pastas, envelopes de vários modelos, jaquetas, caixas, papéis para entrefolhamento e cartões-suporte são usados no acondicionamento e merecem ser cuidadosamente desenhados para que possam cumprir o melhor desempenho na dinâmica do acervo. Isto é, o modo como as coleções serão usadas e manuseadas, as necessidades da identificação dos registros fotográficos, o orçamento disponível e outras considerações particulares de cada acervo são fatores determinantes na arquitetura do material de guarda. (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p. 46).

Os critérios de escolha do tipo de embalagem a ser implantada no modo de acondicionamento de imagens fotográficas, depende das características do material a ser arquivado e também a forma de manipulação que esse acervo pode receber. Na concepção dos autores supracitados, duas possibilidades são bastante praticadas nas instituições, que seriam a compra de embalagens por meio de mercados especializados ou a possibilidade de serem confeccionadas na própria instituição (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002).

De modo geral, observa-se até o momento que o comportamento de guardar uma coleção de fotografias envolve o processo de identificação do material e para que isso se concretize, requer regras básicas de preservação, todavia algumas situações exigem a criação de soluções próprias da instituição para acomodar seu acervo fotográfico.

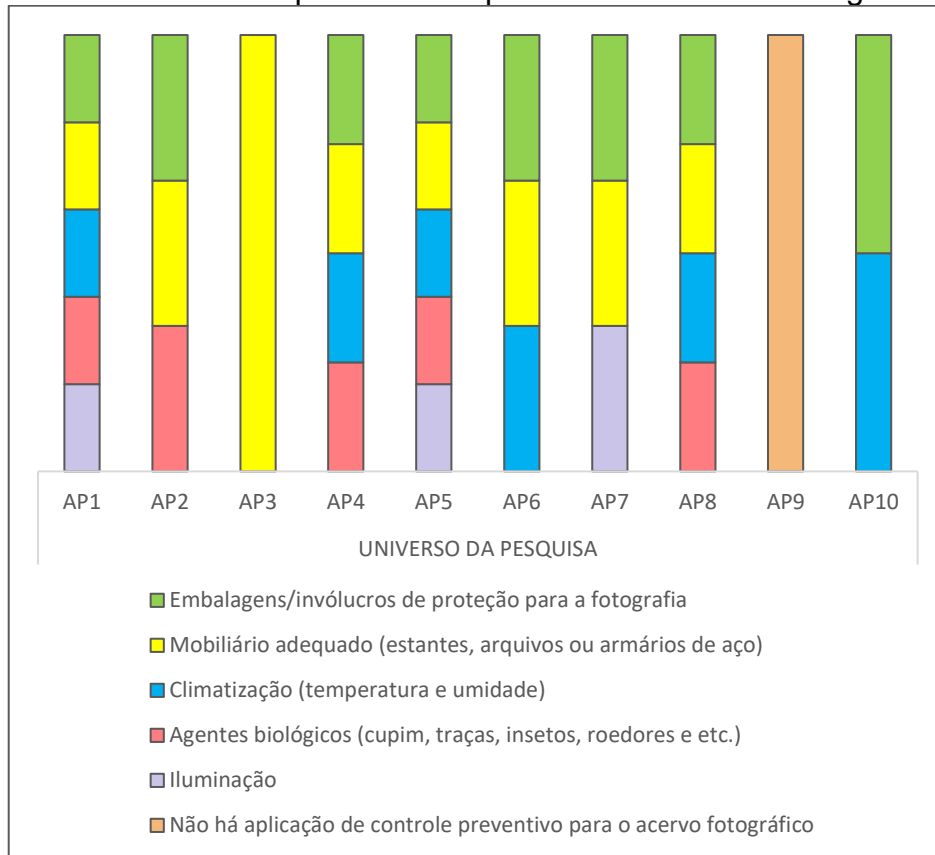
Outro aspecto questionado para as instituições arquivísticas catarinenses pesquisadas, foi a existência de algum controle preventivo aplicado nos acervos

fotográficos. É importante que o trabalho de conservação em documentos fotográficos seja desenvolvido em um arquivo, de tal forma que esses documentos possam ser armazenados e preservados com segurança.

O controle do ambiente dos arquivos fotográficos é a primeira e, sem dúvida, a medida mais importante quanto à conservação. Os espaços destinados à custódia de coleções fotográficas devem possuir condições saudáveis de armazenamento, nas quais envolvem controle de temperatura, umidade, exposição de luz, poluição, agentes biológicos e outros fatores (PAVÃO, 2004). Outro ponto pertinente mencionar é que o mobiliário, as estantes, os arquivos ou armários devem ser de aço, “e em hipótese alguma, deve-se usar móveis ou prateleiras de madeira [...]” para acomodar os acervos (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p. 48). Baruki, Coury e Horta (2004) ainda complementam ser fundamental que o mobiliário de qualquer instituição responsável pela custódia de documentos deva atender às especificações técnicas de conservação e segurança. Com os devidos cuidados realizados, permite que uma instituição arquivística preserve seu acervo e possa colocar esse patrimônio documental à disposição para consultas e pesquisas ao público.

Nesse contexto, as opções mais adotadas para conservar os acervos fotográficos nas entidades são: dispor de “Mobiliário adequado (estantes, arquivos ou armários de aço)” e utilizar “Embalagens/invólucros de proteção para a fotografia”. Cada opção recebeu oito marcações das instituições participantes. As entidades AP1, AP2, AP4, AP5, AP6, AP7 e AP8 assinalaram as duas variáveis mencionadas acima, logo, o arquivo AP3 respondeu somente mobiliário adequado e o AP10 afirmou utilizar embalagens/invólucros de proteção para a fotografia (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Controles preventivos aplicados nos acervos fotográficos.



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.  
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 9 indica que seis arquivos realizam controle preventivo de climatização nos acervos fotográficos (AP1, AP4, AP5, AP6, AP8 e AP10); cinco entidades desempenham a prevenção de agentes biológicos (AP1, AP2, AP4, AP5 e AP8); e três arquivos praticam o controle preventivo de iluminação nas fotografias (AP1, AP5 e AP7).

O controle preventivo de climatização, iluminação, embalagens, mobiliário e agentes biológicos, são processos fundamentais para uma eficiente preservação documental. Geralmente é importante fazer uma avaliação no local de guarda dos documentos fotográficos para verificar quais adequações devem ser aplicadas e que sejam condizentes com as exigências estabelecidas para a conservação do acervo (CHAGAS; BAHIA, 2010; PAVÃO, 2004).

Outro fator que pode danificar os acervos fotográficos e não pode deixar de ser citado é o ataque de agentes biológicos. A variedade existente de agentes biológicos, como: fungos, parasitas, traças, roedores, dentre outros é um fato preocupante que pode acarretar sérios danos às fotografias. Para evitar esses problemas algumas

medidas de proteção devem ser seguidas, a fim de diminuir os riscos da atividade biológica no acervo. Essas medidas preventivas adotadas em um arquivo podem ser: boas condições de limpeza e de manutenção; dedetização frequente no local; revisão periódica das condições de armazenamento; manter o local livre de alimentos e bebidas; evitar piso em madeira; revisão inicial das coleções que entram no repositório etc. (MUSTARDO; KENNEDY, 2004). São medidas simples, mas que proporcionam um controle essencial no combate contra esses agentes biológicos.

Decorrente da análise do Gráfico 9 foi possível concluir que o arquivo público AP9 não aplica nenhum modo de controle preventivo em seu acervo fotográfico. Fato preocupante na conservação dos documentos, sendo aspectos já discutidos sobre a importância de manter um local seguro para a guarda da documentação. Sob entendimento de Pavão (2004), o ofício em preservar uma coleção de fotografias não requer grandes tarefas e investimentos, sendo essenciais uma sala de arquivo, aparelhagem de climatização (umidade e temperatura) e uma equipe, mesmo que pequena, mas que tenha muita sensibilidade, dedicação e interesse nos cuidados do acervo.

As demais instituições relatam que realizam um ou mais controles preventivos em seu fundo fotográfico, podendo ser identificados de acordo com as seguintes explicações: AP1 e AP5 empregam todos os modos de controles preventivos indicados no questionário; AP4 e AP8 indicam utilizar quatro formas de controle preventivo; AP2, AP6 e AP7 utilizam três modos de controle preventivo e por último as instituições AP3, AP9 e AP10 são as que menos adotam tipos de controle preventivo em seus acervos fotográficos, conforme demonstrado no Gráfico 9.

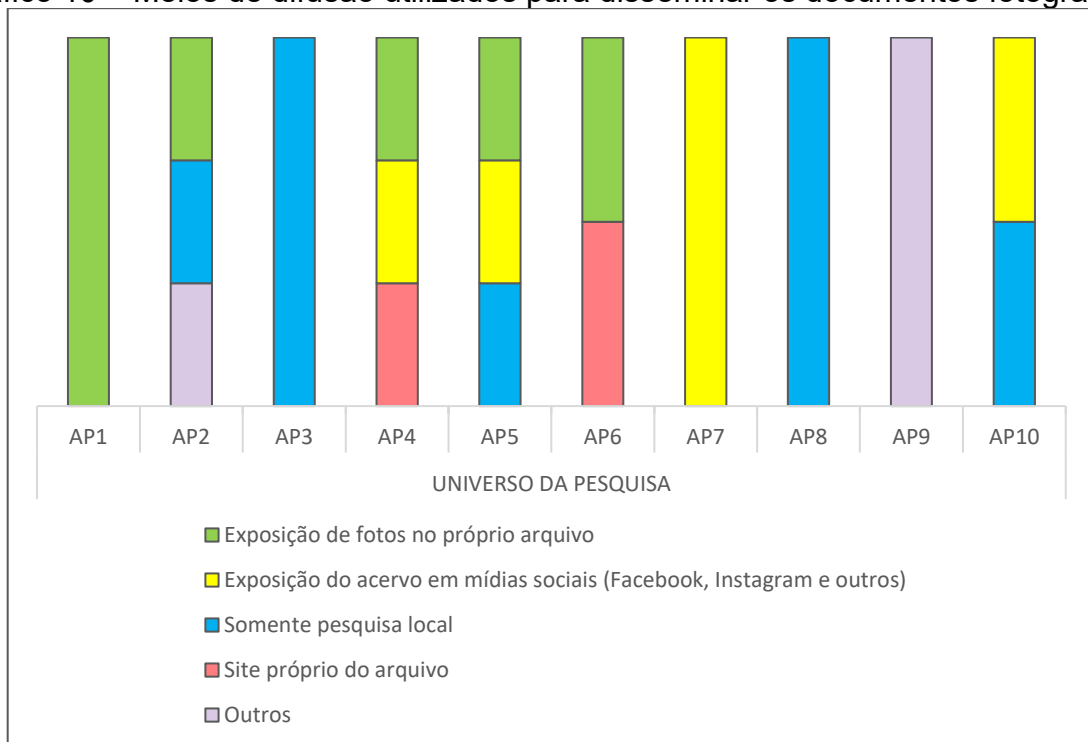
É legítimo afirmar que 90% dos arquivos públicos respondentes praticam pelo menos um modo de controle preventivo com a intenção de conservar os documentos fotográficos. É uma porcentagem bastante expressiva quanto aos cuidados preventivos que devem ter as fotografias, visto que são compostas por materiais sensíveis e têm uma complexidade química que deve ser levada em consideração caso se pretenda preservá-las.

Posto isto, o Gráfico 10, último gráfico desta subseção revela dados dos meios utilizados de disseminação dos documentos fotográficos praticado nas instituições. Os arquivos, quando questionados sobre os meios utilizados para disseminar os documentos fotográficos, apresentaram formas bem distintas de trabalhar.

Quando questionado por meio da pergunta 18 — “Qual(is) meio(s) é(são)

utilizado(s) para disseminar os documentos fotográficos?” — as variáveis “Somente pesquisa local” e “Exposição de fotos no próprio arquivo” foram os meios de disseminação mais utilizados pelos arquivos, com cinco incidências assinaladas em cada alternativa. Em relação aos outros meios de disseminação utilizados, detectou-se as seguintes respostas: quatro instituições indicaram realizar exposição do acervo em mídias sociais (*Facebook, Instagram* e outros) e dois arquivos catarinenses afirmam utilizar o *site* do arquivo como forma de difundir as fotografias. Na alternativa “Outros” ocorreram duas incidências (AP2 e AP9). O AP2 afirma utilizar *folder* como um meio de apoio para a disseminação e o AP9 explicou que no momento estão digitalizando as fotografias para montar uma exposição do acervo fotográfico, conforme exposto no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Meios de difusão utilizados para disseminar os documentos fotográficos



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ainda sob leitura do Gráfico 10, constata-se que 50% dos arquivos participantes utilizam algum tipo de ambiente virtual como meio de disseminar o conteúdo fotográfico. As entidades que afirmaram utilizar ambientes virtuais são: AP4, AP5, AP6, AP7 e AP10. Na leitura acima são considerados ambientes virtuais as variáveis “Exposição do acervo em mídias sociais (Facebook, Instagram e outros)” e “Site do

próprio arquivo”.

O processo de disseminação de acervos em ambientes virtuais,

[...] contribui para o processo de transferência de informação, conferindo maior visibilidade aos fundos documentais e aos serviços prestados pela instituição. Entre as formas de difusão disponíveis na internet há a utilização de mídias sociais, as quais são ferramentas de comunicação de uso gratuito e de fácil entendimento. Porém, o uso dessas ferramentas como forma de difusão de arquivos deve ser planejado cuidadosamente, estabelecendo objetivos claros para garantir a eficácia do conteúdo disponibilizado. (PORTELLA; PEREZ, 2012, p. 203).

A utilização de ferramentas de divulgação *online* representa importante instrumento de disseminação dos serviços e atividades praticadas na instituição, com o objetivo de prover o conteúdo ao usuário em qualquer tempo e espaço. A Internet é uma grande aliada nesse processo, pois possibilita utilizar canais de comunicação (criação de páginas em mídias sociais) que levam a informação para muitos usuários (COSTA; RODRIGUES, 2020).

Outro fator apontado no Gráfico 10 foi quanto aos meios de disseminação dos documentos fotográficos, sendo que dos dez arquivos participantes da pesquisa, cinco empregam apenas uma forma de disseminação (AP1, AP3, AP7, AP8 e AP9). O AP1 realiza exposição de fotos no próprio arquivo; AP3 e AP8 dispõem somente de pesquisa no local; AP7 utiliza as mídias sociais como meio de disseminação do acervo; e, como já mencionado, o AP9 está em processo de digitalização das fotografias para montar uma exposição do acervo fotográfico.

A implementação de projetos que possam auxiliar na disseminação de conteúdos fotográficos em arquivos é uma opção que pode contribuir em incentivos e promover mais ações de acesso e aprendizado para a sociedade quanto à instituição e seus documentos arquivísticos.

Para que os documentos fotográficos possam cumprir sua função de ciclo informacional é importante que a partir do momento de sua produção aconteçam ações nas instituições arquivísticas que visem à disseminação do acervo. É dessa forma que os usuários passam a conhecer, a valorizar, e acessar as informações contidas nos documentos arquivísticos (SARAIVA; PEREIRA; LOPEZ, 2017).

Para isso, cabe as instituições promoverem formas de disseminar os conteúdos fotográficos, seja presencial ou virtual, assim a sociedade pode ter oportunidade de conhecer e estar mais próxima dos arquivos, tendo acesso a esses documentos. O

acesso à informação é direito do cidadão, portanto o acesso imediato às informações contidas em um documento fotográfico produzido, acumulado ou custodiado por entidades públicas deve ser respeitado perante a sociedade.

Em continuidade a este estudo, a próxima subseção apresenta a análise das características quanto à ocorrência dos instrumentos de pesquisa.

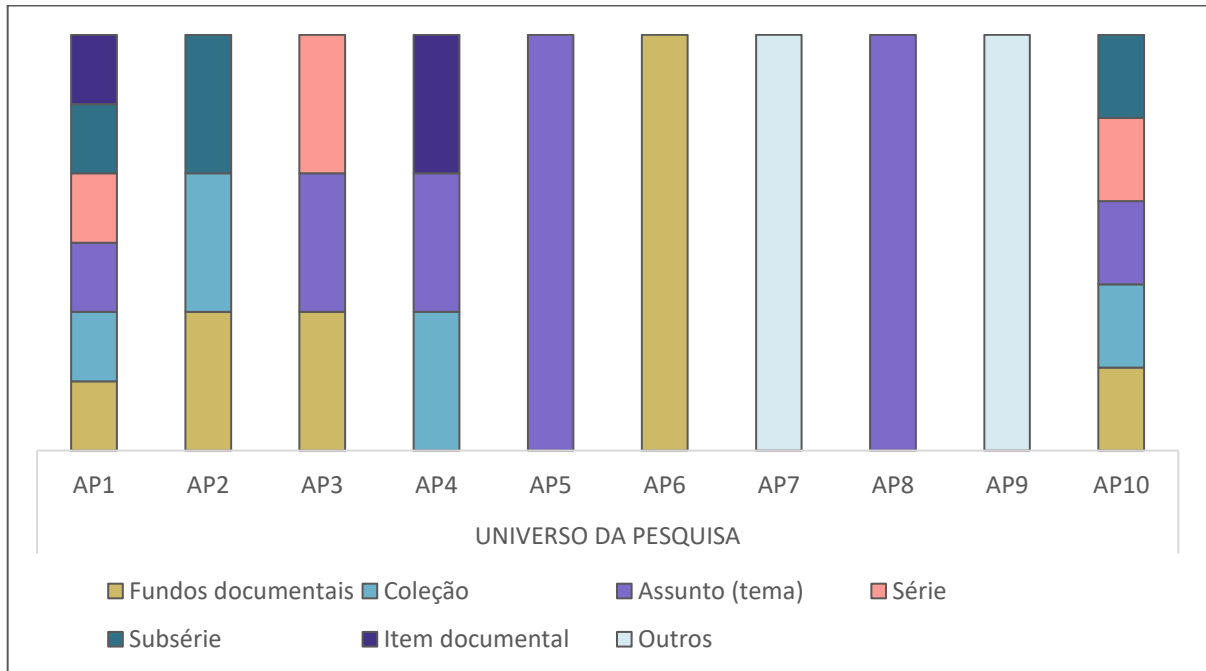
## 5.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA DO ACERVO FOTOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

Neste estudo objetiva-se verificar a existência de instrumentos de pesquisa voltados à recuperação da informação para acesso ao conteúdo informacional do acervo fotográfico impresso catarinense, para isso as perguntas de número 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do questionário aplicado são direcionadas à coleta desses dados.

Uma primeira etapa foi verificar como os acervos fotográficos das instituições participantes encontram-se organizados: se por fundos documentais, série, subsérie, coleção, assunto (tema), por item documental ou outros. De acordo com as respostas recebidas: seis arquivos apontaram organizar seu acervo por meio de “Assunto (tema)”, sendo esta opção a mais assinalada; a segunda escolha mais indicada pelos arquivos foi a organização por meio de “Fundos documentais”, com cinco marcações; na alternativa “Coleção” houve quatro incidências como forma de organização; para as alternativas “Série” e “Subsérie” ocorreram três incidências cada; e, por fim, as opções “Item documental” e “Outros” foram assinaladas duas vezes cada, conforme apresenta-se no Gráfico 11.



Gráfico 11 - Divisão/Organização dos acervos fotográficos dos arquivos públicos catarinenses



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.  
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ainda no Gráfico 11 é possível visualizar que a entidade AP1 é a única que aplica todas as opções de divisão/organização apontadas no questionário; dois arquivos, AP5 e AP8, organizam o acervo fotográfico somente por “Assunto (tema)”; a instituição AP6 afirmou dividir exclusivamente por “Fundos documentais”; e as instituições AP7 e AP9 utilizam outras formas de organização do acervo fotográfico, citadas como divisão aleatória (AP7) e de acordo com a gestão de cada prefeito nomeado (AP9).

Dentre os dados existentes, designa que 50% das instituições participantes: AP5, AP6, AP7, AP8 e AP9 utilizam uma única forma para dividir e/ou organizar o acervo fotográfico (por fundo, ou assunto e outros), já a outra metade dos arquivos (50%) afirmam utilizar de três a seis formas de acessos na divisão/organização nas fotografias (AP1, AP2, AP3, AP4 e AP10).

As instituições arquivísticas têm “a responsabilidade social de garantir acesso às informações contidas em seus acervos, de maneira que haja adequada e satisfatória transferências de informação ao cidadão” (SILVA, 2016, p. 403). Para tal, é importante que se desenvolva e disponibilize instrumentos de pesquisa a fim de viabilizar o acesso e uso cotidianos das informações (CALDERON, 2013; ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

Nessa perspectiva, Cândido (2014, p. 57) assegura que os instrumentos de pesquisa na Arquivologia são “elaborados com a finalidade de atender à pesquisa dos usuários internos e externos da instituição no acesso à informação do documento de arquivo, além disto, auxilia o próprio arquivista a localizar e controlar a entrada e saída de dados”.

Quanto aos instrumentos de pesquisa utilizados pelas instituições pesquisadas para identificação, localização e consulta do acervo fotográfico, os resultados apontam que: o “Catálogo” e o “Inventário” são os instrumentos utilizados em dois arquivos: o AP1 usa o catálogo e o AP5 o inventário; o instrumento “Guia” é utilizado em duas unidades (AP6 e AP10); o “Índice” foi indicado por duas instituições (AP4 e AP8). Na opção “Outros” três entidades indicaram utilizar outros instrumentos de pesquisa: o uso de base de dados (AP4); acompanhamento de um especialista no acervo fotográfico (AP3), que mesmo não se constituindo em um instrumento de pesquisa optou-se por registrar aqui; e o recurso de um programa que está em desuso, contudo, as imagens que foram digitalizadas possuem o campo de descrição “assuntos”, o qual serve como ferramenta de busca (AP2). A instituição AP2 não detalhou informações do motivo do programa encontrar-se em desuso (Tabela 2).

Novos instrumentos de pesquisa cada vez mais tem espaço na Arquivologia, até por serem facilitadores no acesso informacional. A denominação de “novos instrumentos de pesquisa” é utilizada para designar uma proposta de instrumentos que utilizam e incorporam as possibilidades que a Internet apresenta na atualidade, ou seja, maior interação do usuário com a instituição, promover comunidades virtuais, usabilidade rápida e em qualquer lugar e dentre outros. Dessa forma, o conteúdo (o instrumento de pesquisa e as fotografias) quando disponibilizado on-line permite o uso e o acesso à informação de uma forma eficiente e rápida, dado que o usuário tem a facilidade de realizar uma pesquisa prévia sem sair de sua casa (ANDRADE; SILVA, 2008; COSTA; RODRIGUES, 2020; SILVA, 2016). Para Silva (2016, p. 422), bases de dados “são ferramentas de pesquisa rápida, que organizam de forma eficiente a informação e asseguram um acesso instantâneo à informação”.

A pluralidade no uso de instrumentos de pesquisa nos arquivos participantes do estudo condiz com os diferentes níveis das atividades de descrição verificados no Gráfico 11. Rodrigues (2003) expõe que a produção destes instrumentos de pesquisa provém das funções arquivísticas de classificação e descrição.

Apesar de serem atividades absolutamente distintas, classificação e descrição guardam entre si uma relação de complementaridade intensa. Assim, o ideal é que, tanto no planejamento como na execução de tais atividades, essa inter-relação seja considerada. Isso significa que os níveis das atividades de descrição deverão sempre corresponder aos níveis da classificação dos documentos. Assim, diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística. (LOPEZ, 2002, p. 22).

Para Rodrigues (2003, p. 228), a “função descrição antecipa e fornece os dados necessários para que sejam produzidos os mais variados instrumentos de pesquisa. É essa atividade que permite, num primeiro momento, a comunicação e a consulta aos arquivos”.

Dessa forma, entende-se que cada arquivo com auxílio de normas e processamento técnico pode elaborar seu próprio instrumento de pesquisa, sempre com o propósito de atender os usuários internos ou externos da instituição em suas buscas por informação. Catálogos, índices, guias, inventários e outros são diferentes tipos de instrumentos, contudo, todos têm a função de localizar e viabilizar o acesso às informações armazenadas em um acervo arquivístico.

Observa-se na Tabela 2 que 30% dos arquivos participantes não possuem nenhum tipo de instrumentos de pesquisa direcionado para identificação e acesso aos documentos fotográficos, ainda sim, a maioria das instituições respondentes possui algum recurso que viabilize esses processos. O fato de algumas entidades não possuírem instrumentos de pesquisa é preocupante no que diz respeito ao acesso e preservação da informação. Haja vista que o instrumento de pesquisa arquivístico “é caracterizado como uma ferramenta utilizada para descrever todo um arquivo ou parte dele, com a função de simplificar e normalizar a consulta dos documentos, determinando quais são e onde se localizam” (COSTA; RODRIGUES, 2020, p. 33).

Tabela 2 - Instrumentos de pesquisa utilizados na identificação, localização e, ou consulta no acervo fotográfico catarinense

<b>Instrumentos de pesquisa</b>	<b>Incidência</b>	<b>%</b>
Catálogo	1	10%
Inventário	1	10%
Guia	2	20%
Índice	2	20%
Não possui nenhum instrumento de pesquisa	3	30%
Outros	3	30%

Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em referência à Tabela 2, identifica-se outro fato a respeito da quantidade de instrumentos de pesquisa utilizados pelas instituições, que pela maioria dos arquivos, refere-se à elaboração e ao uso de apenas um instrumento. De forma simplificada, o uso do catálogo implica na organização do acervo de acordo com critérios que podem ser cronológicos, temáticos, nomes próprios ou de lugares realizando uma descrição sumária ou analítica individualizada nos documentos referentes a um ou mais fundos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005). Já o instrumento de pesquisa inventário “possui a série como base descritiva, contemplando a descrição exhaustiva ou parcial de um fundo” (COSTA; RODRIGUES, 2020, p. 34). O guia, utilizado por duas instituições, é um instrumento que oferece informações gerais de um acervo possibilitando uma visão mais ampla, ou seja, não terá detalhamento do acervo documental, o que pode dificultar na localização e acesso de documentos específicos. Para Costa e Rodrigues (2020, p. 33) este instrumento

[...] possui como finalidade primordial possibilitar uma visão do conjunto de serviços de arquivo que uma determinada instituição fornece, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são os recursos disponíveis; sua natureza e o contexto dos fundos que ela abriga; os instrumentos de pesquisa existentes e suas fontes complementares [...].

Por fim, o índice é o instrumento que visa indicar nomes, lugares, assuntos ou datas em ordem alfabética, a fim de remeter o cidadão a uma rápida localização dos documentos do acervo. Vale salientar que um Índice de assunto é resultado da indexação de assunto (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005; COSTA; RODRIGUES, 2020). Desse modo, a disposição dos instrumentos de pesquisa demonstrada na Tabela 2 evidencia que a descrição arquivística se faz necessária em diferentes níveis nas entidades estudadas.

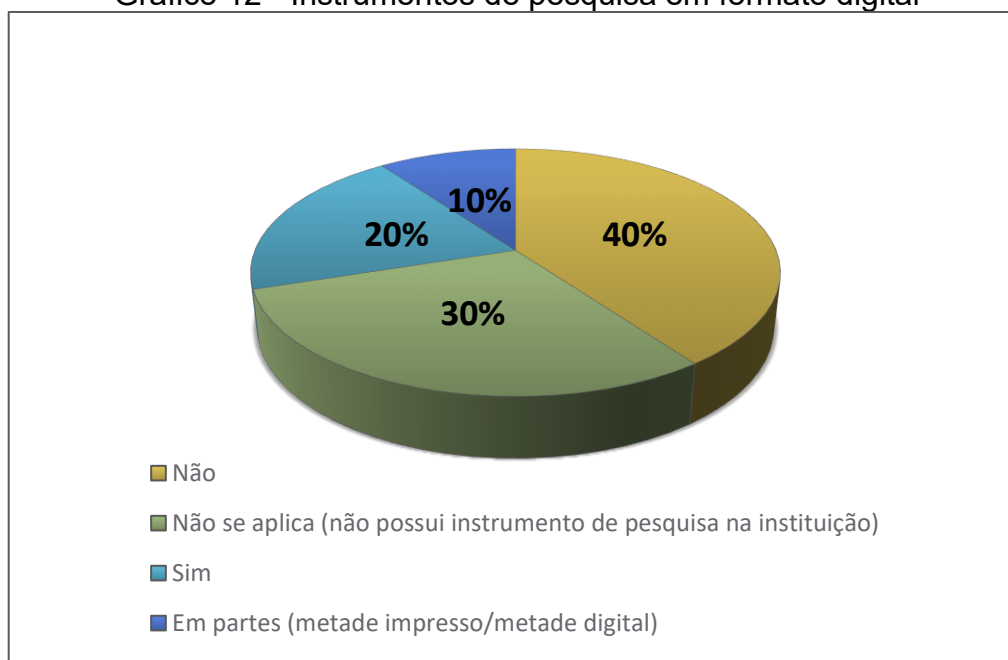
Buscou-se saber também entre aqueles que utilizam instrumento de pesquisa se o mesmo estava disponível em formato digital. Rousseau e Couture (1998) esclarecem que estes instrumentos de pesquisa podem estar registrados e acessíveis em diversos suportes, como exemplo: papel, eletrônico, óptico e outros. Todavia, Herrera (1991) explica que não adianta ter um bom plano de descrição e elaborar um instrumento de pesquisa sem que o mesmo se torne conhecido e de acesso facilitado.

Das sete instituições que afirmam dispor instrumentos de pesquisa, dois arquivos indicaram que o disponibilizam em formato digital, e uma instituição relatou

ter em partes (metade impresso/metade digital). A somatória das variáveis da pergunta número 14 do questionário — “Não” e “Não se aplica” — indicaram que 70% das instituições participantes não possuem instrumento de pesquisa em formato digital, conforme pode-se verificar no Gráfico 12.

Em decorrência dessa constatação, é pertinente mencionar que o potencial dos produtos e serviços informacionais arquivísticos, aliado à tecnologia é uma via de mão dupla, possibilitando tanto a ida do usuário ao arquivo quanto a ida dos arquivos ao usuário. Este processo viabiliza um contato mais próximo do arquivo com a sociedade, e conseqüentemente agrega mais informações e conhecimento em diversos âmbitos (MENEZES, 2012).

Gráfico 12 - Instrumentos de pesquisa em formato digital



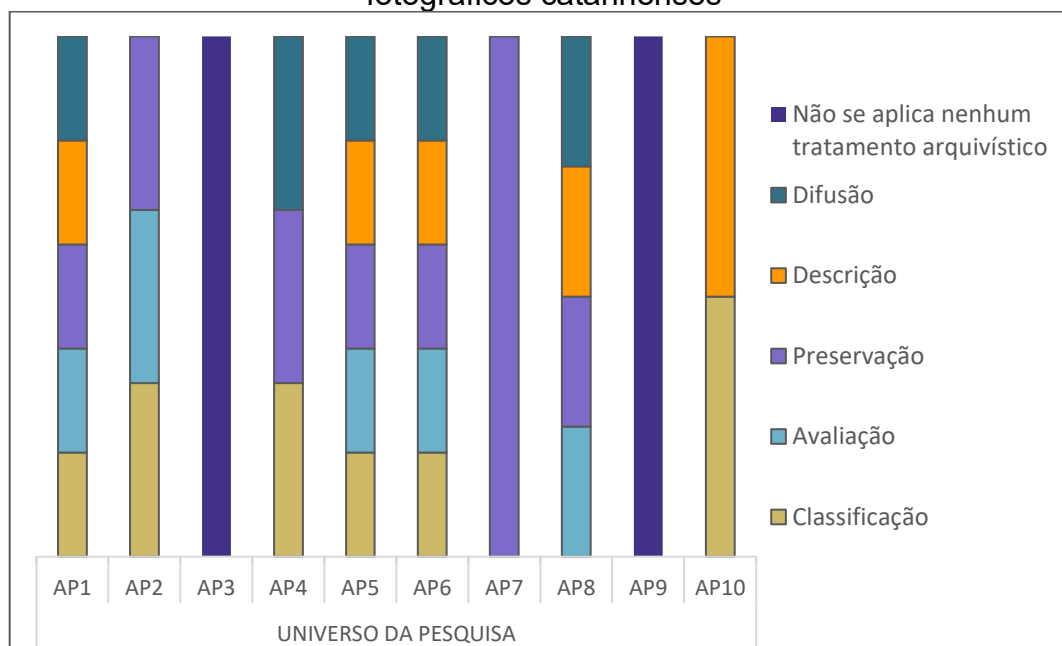
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Reenfatiza-se aqui que o tratamento técnico arquivístico se refere a funções indispensáveis para um acervo. A elaboração de instrumentos de pesquisa é primordial a fim de facilitar os meios de acesso para garantir o uso social das informações contidas nas fotografias, seja para leituras e/ou releituras de âmbito histórico-cultural, acadêmico, entretenimento e outros.

Do tratamento arquivístico realizado nos acervos fotográficos das instituições pesquisadas obteve-se os seguintes resultados (Gráfico 13): duas instituições não aplicam qualquer tratamento arquivístico no acervo fotográfico (AP3 e AP9); três arquivos indicam realizar todos os tratamentos arquivísticos apontados no

questionário (AP1, AP5 e AP6); uma unidade exerce apenas o tratamento arquivístico de preservação (AP7); e, por fim, quatro instituições desempenham de dois a quatro processos do tratamento arquivístico em seu acervo fotográfico (AP2, AP4, AP8 e AP10).

Gráfico 13 - Dos processos de tratamento arquivístico realizado(s) nos acervos fotográficos catarinenses



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A função arquivística mais apontada entre os arquivos participantes foi a “Preservação”, presente em sete unidades. O processo de “Classificação” obteve seis incidências. Por fim, os tratamentos arquivísticos que tiveram cinco marcações em cada opção foram: “Avaliação”, “Descrição” e “Difusão”. É pertinente mencionar que das sete funções arquivísticas abordadas por Rousseau e Couture, a função “Produção” e “Aquisição” já haviam sido questionadas anteriormente na pesquisa. Diante da análise dos dados coletados verifica-se que 80% dos arquivos públicos do estado de Santa Catarina praticam algum tipo de tratamento arquivístico em seu acervo fotográfico.

O objetivo da dissertação não é aprofundar a temática de todos os processos que envolvem o tratamento arquivístico realizados nos acervos fotográficos, mas, sim, apresentar um panorama do tratamento desenvolvido com os documentos fotográficos das entidades participantes no que tange à descrição arquivística. Ainda em razão da proximidade com as demais funções buscou-se também informações a

respeito da classificação, avaliação e preservação (lembrando que estes processos podem ser realizados antes da recolha do documento). O Gráfico 13 cumpri a missão ao mapear essas informações, apontando a descrição arquivística, avaliação, classificação e a preservação presentes em 50% das entidades estudadas.

Dentre os tratamentos desempenhados nas entidades, a descrição arquivística é um processo basilar para a representação informacional fotográfica. Por meio da pesquisa, foi possível apurar que as unidades realizam a descrição arquivística, e identificar as normas utilizadas para a prática deste processo com os documentos fotográficos. Vale reiterar que cinco arquivos exercem a descrição arquivística como processo nas fotografias e, dentre este universo, três utilizam a NOBRADE como norma de descrição. A partir dos dados sugere-se que sejam elaborados novos instrumentos de pesquisa e recomenda-se sua disponibilização em diferentes meios, inclusive via Internet, o que resultará em mais atividades voltadas ao processamento técnico em prol do acesso à informação fotográfica em comparação ao encontrado nesta pesquisa.

Os apontamentos dos Gráficos 13 e 14 evidenciam que as entidades que aplicam todas as funções arquivísticas em seus acervos fotográficos são exatamente as mesmas que utilizam a norma técnica NOBRADE, sendo elas: AP1, AP5 e AP6. As demais entidades (AP8 e AP10) que realizam o processo de descrição nas fotografias indicaram não empregar nenhuma norma no processo de descrição arquivística.

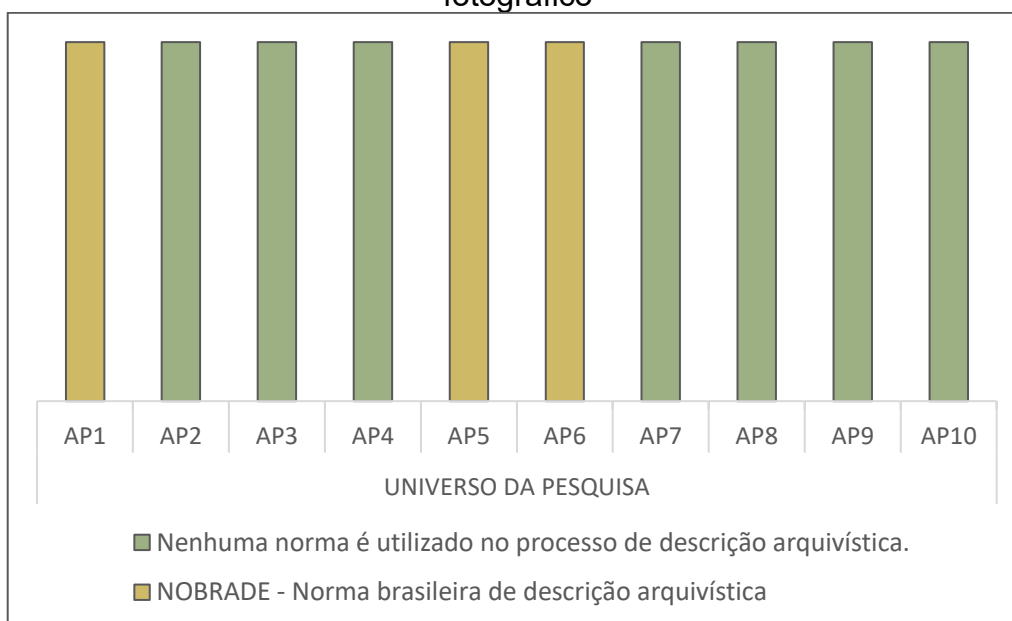
Para Fox (2007), a normalização torna a atividade arquivística mais competente e agiliza o trabalho, visto que sem as normas, é comum que surjam dúvidas sobre assuntos específicos que aparecem cada vez que um profissional precisa lidar com um conjunto de documentos que não estão inseridos em sua rotina de trabalho. Com uso e a padronização de normas, a descrição arquivística passa a empregar a representação das informações não apenas intrínsecas aos documentos arquivísticos, como também as extrínsecas (contexto), ou seja, seus produtores (pessoas e instituições) e as razões que os levam a criar os documentos (funções) (LLANES PADRÓN, 2012). Isso é determinante na representação de imagens fotográficas, na qual o contexto e a função de imagem apresentam informações essenciais para o entendimento da fotografia.

Rousseau e Couture (1998) esclarecem que na área da Arquivologia, com o passar do tempo, foram desenvolvidas normas e práticas que atendem qualquer suporte de informação. Os autores ainda explicam que,

[...] é claro que a natureza e as particularidades dos diferentes suportes de informação requerem conhecimentos especializados a fim de assegurar a sua adequada gestão, mas os objetivos e os princípios subjacentes a cada uma das funções arquivísticas permanecem os mesmos. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 228).

Uma vez as normas aplicadas, torna-se mais fácil para os usuários realizarem suas buscas, já que os instrumentos de pesquisa estarão padronizados e seguindo as mesmas regras (COSTA; RODRIGUES, 2020; HERRERA, 1991; ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Como já exposto na fundamentação teórica deste estudo, a NOBRADE é a Norma brasileira de descrição arquivística, portanto, uma das principais normas a ser utilizada no processo de descrição arquivística nos acervos fotográficos brasileiros. Esta norma visa determinar uma padronização na descrição dos documentos arquivísticos, com foco na representação e acesso das informações. Além disso, a padronização na descrição de documentos contribui na otimização e agilidade para a recuperação e uso das informações.

Gráfico 14 - Norma utilizada no processo de descrição arquivística do acervo fotográfico



Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).



Ainda que sete (70%) dos arquivos não utilizem norma de descrição arquivística em seus acervos fotográficos impressos, foi possível verificar por meio do questionário quais elementos o universo da pesquisa usa para descrever a fotografia.

Antes de apresentar os resultados, reitera-se a respeito da NOBRADE ao recordar que a norma constitui 28 elementos de descrição, sendo que sete deles são de uso obrigatório: Código de referência, Título, Data, Nível de descrição, Dimensão e suporte, Produtor e Condições de acesso.

Os resultados denotam que os elementos mais indicados pelas entidades, em ordem decrescente, são: “Data”, “Local”, “Título”, “Nome do produtor” e “Código de referência”. Já os elementos “Nível de descrição”, “Dimensão e suporte”, “Condições de acesso” possuem menores incidências nas respostas recebidas. Esses dados podem ser conferidos na Tabela 3.

Tabela 3 - Elementos utilizados para descrever a fotografia

<b>Elementos utilizados para descrever a fotografia</b>	<b>Incidência</b>	<b>%</b>
Data	9	90%
Local	9	90%
Título	8	80%
Nome do produtor	6	60%
Código de referência	4	40%
Nível de descrição	3	30%
Dimensão e suporte	3	30%
Condições de acesso	2	20%
Outros	1	10%

Obs.: Os arquivos poderiam assinalar mais de uma opção.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os arquivos que afirmam descrever todos os elementos indicados no questionário são o AP1 e o AP6, que também alegaram usar a norma<sup>11</sup> técnica NOBRADE (Gráfico 14). Todavia, uma das instituições (AP5) que também afirmou o uso da NOBRADE no processo de descrição não usa todos os campos para descrever a fotografia, marcando somente o uso dos elementos: código de referência, data e local. Nesse sentido, mesmo com auxílio de normas foi possível verificar nesta entidade uma despadroneização com relação aos elementos que devem ser utilizados para descrever o documento fotográfico arquivístico. A entidade AP1 por meio da opção “Outros” relata usar demais elementos na descrição, do que os sete

<sup>11</sup> Como mostra os dados do Gráfico 14, 30% dos arquivos utilizam a norma arquivística brasileira NOBRADE (AP1, AP5 e AP6).

obrigatórios, assim citados como: procedência, âmbito e conteúdo, datas das descrições, características físicas e requisitos técnicos, existências e localização de originais/cópias, pontos de acesso, notas gerais e indexação de assuntos.

Ainda que a maioria das entidades custodiadoras não utilizam nenhum tipo de norma de descrição arquivística em seus acervos fotográficos, os quatro elementos mais apontados (Tabela 3) por todos os arquivos da pesquisa são essenciais de acordo a NOBRADE. Todavia, se estas instituições atribuíssem o uso de normas e diretrizes nos documentos arquivísticos, este processo implicaria em um trabalho técnico e padronizado. Como consequência, é capaz de aumentar uso de elementos obrigatórios na descrição desses documentos fotográficos. Um exemplo é o campo “Nome do produtor”, que na NOBRADE encontra-se na área de contextualização, sendo um elemento essencial para que um usuário possa realizar sua leitura e entender sobre o contexto do documento, sua origem e função. Entretanto, verifica-se na Tabela 3 que esse campo foi indicado por seis entidades, ou seja, nem todos os acervos seguem um padrão na descrição das fotografias, no qual acarreta a despadronização das informações nos acervos fotográficos.

Dentro de uma perspectiva totalmente objetiva, os elementos de um documento fotográfico são identificados no momento em que são vistos, e podem proporcionar a sensação de que nós os compreendemos totalmente com um rápido olhar. Contudo, existe o conteúdo dessa fotografia, a interpretação que se torna latente. Assim, se estabelece um duplo conceito do que o documento fotográfico pode mostrar e, principalmente, informar ao pesquisador e a quem está trabalhando com ele para disponibilizá-lo (ALBUQUERQUE, 2017, p. 33).

Centrados na primazia do valor do conteúdo fotográfico, na qual os esforços tendem a direcionar para um processo normativo da descrição arquivística, grande parte dos instrumentos de identificação, localização e consulta carecem de informações que apresentam dados sobre o contexto de produção, de guarda e até sobre os profissionais que produziram e disponibilizam a imagem ao público (LACERDA, 2013).

Dessa forma, reitera-se a necessidade de obter as informações da origem e função pela qual o documento fotográfico foi produzido. Esses dados ajudam na identificação contextual de uma fotografia. Com essas informações aliadas ao tratamento técnico e auxílio de normas descritiva o profissional arquivístico pode representar a informação apropriada para o uso e o acesso de todos os cidadãos.

Na próxima subseção são analisados os instrumentos de pesquisa localizados nos arquivos do estado de Santa Catarina.

### 5.3 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Nesta subseção analisa-se a representação da informação fotográfica a partir dos instrumentos de pesquisa localizados nos arquivos de Santa Catarina.

É importante esclarecer que anteriormente à pandemia a pesquisa ocorreria *in loco*, e com isso os instrumentos de pesquisas localizados (impressos e digitais) fariam parte da análise. Contudo, com o cenário atual, foi possível aplicar o estudo apenas aos instrumentos disponíveis no formato digital. Logo, a análise se dá nos arquivos que possuem instrumentos de pesquisa em formato digital e que estão acessíveis para consulta.

Vale salientar que os arquivos que possuem instrumentos de pesquisa em formato digital, são: AP1 e o AP4. A entidade AP5 tem seu instrumento de pesquisa em partes (metade impresso/metade digital). A unidade AP5 informou que os instrumentos estão disponíveis somente para pesquisas dos servidores e no local, mediante agendamentos e em conformidade com o Mapa de Risco do Estado (Covid-19). Dessa maneira, não foi possível analisar este documento, que na época da coleta de dados apresentava o quadro de risco de contaminação gravíssimo no município.

As entidades participantes AP1 e AP4 enviaram os instrumentos de pesquisa para consulta, cujos resultados da análise são apresentados a seguir.

O primeiro instrumento a ser analisado é um catálogo (Figura 2), concernente à instituição AP1. De acordo com a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o catálogo é um instrumento de pesquisa:

[...] organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a **descrição** individualizada de **documentos** pertencentes a um ou documentos mais **fundos**, de forma sumária ou analítica. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 45, grifo do autor).

Cândido (2014, p. 58-59) ainda acrescenta,

[...] o catálogo se detém na descrição unitária, ou seja, de peça por peça de uma série ou mais, seguindo ou não sua ordenação, a descrição se torna exaustiva ao proporcionar caracteres/elementos intrínsecos ao conteúdo

analisado para a recuperação da informação.

No catálogo analisado foi possível averiguar que a representação da informação é descrita minuciosamente e contém dados relevantes para o entendimento do contexto fotográfico. Esse processo pode ser explicado pelo fato da unidade AP1 desenvolver a descrição arquivística e utilizar como padronização a NOBRADE.

Um catálogo tem a finalidade de descrição e sua qualidade informacional é analítica. Seu principal objetivo é de informar aqueles que buscam o conhecimento de um determinado assunto (COSTA; RODRIGUES, 2020; HERRERA, 1991). Sob a concepção de Herrera (1991), alguns elementos que devem compor este instrumento de pesquisa, podem ser: data completa, tipologia documental, assunto, conteúdo, dados externos, produtor e localização (fundo, série, subsérie e entre outros).

De acordo com Lopez (2002, p. 32), o essencial do catálogo “é que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram”. Na visão do autor, só é possível elaborar um catálogo de série quando os documentos já se encontram organizados, e de preferência inventariados (LOPEZ, 2002). Em contato com a unidade AP1, constatou-se que há um inventário (suporte físico) do acervo fotográfico de acesso público, mas no momento não pode ser acessado porque o arquivo encontra-se fechado devido à pandemia.

Outro ponto abordado por Lopez (2002, p. 32) são as informações que constam no catálogo, que podem “adotar tanto o formato de verbete (mais recomendável para documentação muito diversificada) como o de tabela”. No caso da unidade AP1, por ser um instrumento de pesquisa direcionado para a localização apenas de fotografias, o formato é uma tabela.

A última atualização do catálogo ocorreu no ano de 2019, e este documento possui 946 páginas para consulta. O instrumento de pesquisa criado visa à contextualização das informações de forma clara e organizada, que nesse caso, proporciona riqueza na representação e descrição dos documentos fotográficos. O catálogo do arquivo AP1 é constituído por 11 itens, os quais são caracterizados por: “N. do Inventário”, “Digitalizada”, “Reg. Ant.” (Registro Antigo), “N. Dossiê e item”, “Descrição”, “Referência”, “Fotógrafo”, “Fundo/Coleção”, “Série”, “Subsérie” e “Dossiê”. As fotografias impressas digitalizadas são identificadas por meio do símbolo

“X” no item “Digitalizada”, assim estes documentos são acessíveis por meio digital. A “Área de fontes relacionadas” na NOBRADE indica informar a existência e localização de cópias da unidade de descrição.

No catálogo, as informações como o número do inventário, registro anterior e número dossiê/item são dados essenciais para que as fotografias possam ser localizadas e acessadas no acervo. A NOBRADE descreve esses elementos de informação como “termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos”, ou seja, são os pontos de acesso (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 16).

No item “Descrição” há uma descrição arquivística exaustiva sobre o conteúdo da fotografia. Elementos como tipo documental, título do documento, emissor e destinatário, produtor, datas tópicas e cronológicas, caracteres externos e localização são informações que devem constar na descrição do catálogo (LOPEZ, 2002). Porém, a origem, a função e o produtor da imagem não estão contidos nesse campo, ou seja, a descrição é voltada para informações intrínsecas do documento fotográfico. Entretanto, há outro campo denominado “Fotógrafo” que indica quem produziu a fotografia, e quando desconhece o produtor é utilizado o termo “sem identificação”. A NOBRADE regulamenta uma “Área de contextualização” a fim de identificar e registrar o produtor da unidade de descrição. Nessa área devem constar informações como proveniência e custódia do documento (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

No catálogo foi possível identificar que as fotografias são agrupadas em dois fundos: “Coleção/Memória/Iconografia” e “Fundação Cultural de [...]”. De acordo com os dados do catálogo analisado, o fundo “Coleção/Memória/Iconografia” compõe a maior parte do acervo fotográfico da instituição. As divisões que acompanham o catálogo quanto ao “Fundo (coleção)”, “Série”, “Subsérie” e “Dossiê” auxiliam na identificação das fotografias. A análise desse instrumento reforça as informações referentes ao Gráfico 11, em que o arquivo (AP1) informa utilizar diferentes formas de divisão e organização no acervo fotográfico. Por meio das divisões série, subsérie e dossiê indicados no catálogo o usuário consegue identificar no instrumento de pesquisa a fotografia de seu interesse de estudo.

A fim de desenvolver uma enriquecida descrição dos itens documentais, no campo “Referências” constam informações como: data, cor, dimensões e formato. Esses dados contidos no instrumento agregam conhecimento e facilitam a

compreensão sobre o documento fotográfico a ser pesquisado. Herrera (1991) refere-se a essas informações no catálogo como “dados externos” e que não devem faltar na descrição de um documento arquivístico. Na NOBRADE não existe um elemento denominado “Referência” que deva conter estas características de descrição, na norma há um item “Código de Referência” que objetiva identificar a unidade de descrição. Contudo, segundo a norma brasileira, a “Área de identificação” é o campo no qual devem ser registradas informações como: código de referência, título, data, nível de descrição e dimensão e suporte para identificar a unidade de descrição.

No catálogo recebido constam 9.152 fotografias numeradas e todos os documentos possuem as informações descritas e organizadas conforme a Figura 2.

Figura 2 - Catálogo utilizado como instrumento de pesquisa na entidade pesquisada

Nº Inv.	Digitada	Reg. Ant.	Nº Dossiê e Item	Descrição	Referência	Fotógrafo	Fundo/ Coleção	Série	Subsérie	Dossiê
1	X	001	3.1.1.60 (1)	Rua Nove de Março. [Caminho Jurapé/Rua do Porto "Hafenstrasse"/Rua dos Lirios "Lilienstrasse"]. "Rua Nove de Março, inicialmente Rua do Porto "Hafenstrasse". Desde 1912 Rua Nove de Março. Na direita Casa do Dr. Carlos Lange, esquina com a Rua do Príncipe, em seguida a casa da viúva Barros, mais ao fundo, onde estão os jarivás, ficava o Salão Berner. Ao lado na esquerda da fileira dos jarivás, ficava a propriedade da viúva Elisa Hasse, mais adiante o sobrado do Sr. Olavo Hygon, esquina com a Rua Comandante Eugênio Lepper"	Rua Nove de Março [Caminho Jurapé/Rua do Porto "Hafenstrasse"/Rua dos Lirios "Lilienstrasse"]. [189-?]. 1: pb.; 18X22 cm. Foto.	Sem identificação	Coleção Memória Iconográfica	Fotografia	Via Pública	Rua Nove de Março
2	X	001.1	3.1.1.60	Rua Nove de Março [Caminho Jurapé/Rua do Porto "Hafenstrasse"/Rua dos Lirios "Lilienstrasse"]. "Rua Nove de Março, inicialmente Rua do Porto "Hafenstrasse". Desde 1912 Rua Nove de Março. Na direita Casa do Dr. Carlos Lange, esquina com a Rua do Príncipe, em seguida a casa da viúva Barros, mais ao fundo, onde estão os jarivás, ficava o Salão Berner. Ao lado na esquerda da fileira dos jarivás, ficava a propriedade da viúva Elisa Hasse, mais adiante o sobrado do Sr. Olavo Hygon, esquina com a Rua Comandante Eugênio Lepper"	Rua Nove de Março [Caminho Jurapé/Rua do Porto "Hafenstrasse"/Rua dos Lirios "Lilienstrasse"].	Sem identificação	Coleção Memória	Fotografia	Via Pública	Rua Nove de Março

Fonte: Entidade Custodiadora de Acervo Arquivístico de Santa Catarina (2021).

O segundo instrumento de pesquisa analisado, o índice (Figura 3), pertence a outra entidade. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o índice é uma relação “[...] sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em **documentos** ou em **instrumentos de pesquisa**, acompanhados das referências para sua localização” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 107, grifo do autor).

Rousseau e Couture (1998, p. 142) complementam o conceito citado acima ao aludirem que o índice “permite aceder rapidamente à informação contida numa unidade arquivística (documento, unidade de instalação, série, fundo, grupo de arquivos, arquivos de um organismo ou até de um estado)”. Lopez (2002, p. 33) reforça a ideia ao dizer que os “[...] índices, como instrumentos de pesquisa autônomos, procuram decompor os documentos em descritores, que podem ser temáticos, cronológicos, onomásticos, geográficos [...]”. Portanto, os índices são

instrumentos que tendem a permitir uma rápida localização dos documentos e que atendem padrões específicos tanto de uma única série como de diversos fundos (COSTA; RODRIGUES, 2020).

A norma técnica ABNT NBR 6034:2004 estabelece que o índice pode ser classificado quanto à sua ordenação (alfabética; sistemática; cronológica; numérica e alfanumérica) e ao enfoque (autores; assuntos; títulos; pessoas e/ou entidades; nomes geográficos; citações; anunciantes e matérias publicitárias). A classificação do enfoque pode ser especial (uma categoria) ou geral (duas ou mais categorias) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004). A vista disso, é possível constatar que o índice do acervo fotográfico analisado possui ordenação alfabética e o seu enfoque é especial, ou seja, é classificado pela categoria assuntos. Sua classificação por assuntos foi organizada a partir do acervo de imagens avulsas e álbuns de fotografias custodiadas na entidade.

Na parte introdutória do índice é fornecida uma apresentação para o conhecimento do usuário sobre a cronologia e a cromia (cor) das fotografias que são custodiadas no arquivo. O instrumento de pesquisa analisado possui 150 páginas e sua última atualização ocorreu em janeiro de 2020.

O índice é composto por dois campos de descrição denominados: “Assunto/Sobrenome” e “Número de Registro” (Figura 3). Para que o usuário possa ter acesso à fotografia é essencial que informe o número de registro ao funcionário da instituição. Somente assim pode ser localizado o documento fotográfico.

Figura 3 - Índice por assunto: pertencente ao acervo fotográfico da instituição pesquisada

ASSUNTO/SOBRENOME	NÚMERO DE REGISTRO
[ILEGIVEL], ELYSEO	7220;
[ILEGIVEL], JOAQUIM (CARTÃO FOTOGRÁFICO - 1879)	7222; 7223;
[KARABTCHEVSKY], ISAAC	6365; 6366;
ABI-ACKEL, IBRAHIM (MINISTRO DA JUSTIÇA)	2052; 781; 782; 3781; 3782; 6408;
ABREU, ALCIDES	5529; 5530; 6978; 7016; 7198;
ABREU, CARLOS MOREIRA DE	111
ABREU, NELSON DE	5444; 5476; 5487; 5489; 6149; 6374; 6381; 6840; 6841; 6884; 7508;
ABRIGO DE MENORES – PRÉDIO ANTIGO	2027;

Fonte: Entidade Custodiadora de Acervo Arquivístico de Santa Catarina (2021).

Herrera (1991) explica que a importância do índice se deve à sua utilidade em localizar e recuperar as informações ou documentos de forma eficaz e também à qualidade atribuída no uso destas informações pelos usuários. Para Schellenberg (2006, p. 332), o índice tem por “objetivo localizar as unidades documentárias (dentro

de série ou grupos) que se relacionam com determinados assuntos [...]” e se refere ao instrumento como de localização não de descrição. A visão do autor talvez se justifique por meio da análise realizada do Gráfico 13, no qual o arquivo possuidor do índice aduz não realizar a descrição arquivística no acervo fotográfico. Em contrapartida, Herrera (1991, p. 307, tradução nossa) enaltece que “[...] os índices não estão relacionados com os agrupamentos documentais, mas, sim, com os instrumentos resultantes da descrição [...]”. Para a autora o índice caracteriza-se por ser auxiliar aos instrumentos de descrição propriamente ditos: guias, inventários e catálogos (HERRERA, 1991). Aqui entende-se que o índice é um instrumento descritivo corroborando as colocações de Herrera. O índice é um instrumento de pesquisa mais simplificado, que em contexto contemporâneo precisa ser trabalhado em junção com as normativas ISAD (G) e NOBRADE para que possibilite ao usuário o acesso à informação.

O índice estudado é constituído por vários conteúdos, nos quais podemos citar: cidades, instituições, pessoas, eventos, campeonatos, catástrofes, bairros e dentre outros. Porém, no índice não é possível identificar informações que contextualizem a fotografia. Talvez este fato se deve pela instituição realizar a indexação sem uso de descrição e auxílio de normas (dados indicados nos Gráficos 13 e 14). Como já mencionado, a NOBRADE apresenta uma área de contextualização que consta um campo essencial para indicar o nome do produtor do documento. Esse campo é fundamental para um usuário realizar sua leitura e entender sobre o documento, sua origem e função. No índice analisado não foi possível identificar esta informação, ou seja, o produtor da imagem. O índice contém palavras-chave que facilitam a localização e acesso aos documentos, mas que não discorre informações detalhadas.

Ainda nesse cenário, é possível constatar no instrumento de pesquisa que as representações das informações nos documentos fotográficos são realizadas por meio do processo de indexação. Conforme Galvão (2003, p. 232), “os índices associam assuntos, termos, palavras e/ou descritores aos vários conteúdos informacionais, que podem estar dispersos em vários textos, permitindo, assim, a identificação, seleção e recuperação [...]” dos conteúdos mais importantes para o usuário.

Ribeiro (2011, p. 37) salienta que no processo de seleção dos termos é fundamental a escolha “dos conceitos relevantes para a indexação, após o seu reconhecimento, uma vez que este procedimento é inteiramente condicionado pelo



contexto em que a indexação é feita”. Ainda na concepção da autora não há indexação em abstrato (RIBEIRO, 2011).

Os documentos arquivísticos nesta pesquisa são fotografias, sendo assim é importante a contextualização deste tipo de documento para que o usuário possa compreender a sobre a origem e função dos mesmos. Essas informações inseridas na descrição são fundamentais para não ocorrerem ambiguidades na interpretação do documento, a fim de possibilitar uma visão clara sobre o que a fotografia quer transmitir.

A partir da análise da representação da informação fotográfica dos instrumentos de pesquisa localizados nas duas entidades, deduz-se mediante os resultados apontados no Gráfico 13, Gráfico 14 e na Tabela 3 que o arquivo AP1 aplica normas e métodos com o objetivo oferecer uma descrição detalhada e contextualizada das fotografias que compõem seu acervo. Este processo implica na organização, no acesso e preservação dos documentos fotográficos. Já a unidade AP4 por meio do índice mantém uma organização da informação focada na localização física do documento, e que informações essenciais para a representação da fotografia não estão descritas no instrumento analisado.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro informacional está presente nas diferentes sociedades desde os tempos mais distantes. Inúmeras são as mudanças ocorridas ao longo dos séculos e marcam a maneira de “como” e “onde” foram registradas essas informações. Ao longo dos tempos os suportes como pedra, madeira, couro, papel etc. serviram de apoio para registrar a informação, sendo ela fonte de testemunho ou socialização do conhecimento.

A fotografia é um meio de registro relativamente recente na história da humanidade. Desde sua invenção e ao longo de sua trajetória, até os dias atuais ela pode ser vista em contextos familiar, empresarial, histórico, jurídico, cultural, entre outros aspectos. A fotografia no âmbito arquivístico apresenta diferentes facetas quanto à sua interpretação contextual, por isso a descrição arquivística é essencial no intuito de representar a informação. A aplicação de normas no processo de descrição arquivística visa padronizar as informações com o objetivo de facilitar a identificação e representação da informação, contribuindo para recuperação e acesso do documento.

A fotografia apresenta o registro de uma informação, ela comunica e expressa uma informação de forma diferente de qualquer outro documento textual. Isso não anula a relação orgânica que uma fotografia enquanto documento arquivístico tem com outros documentos, pelo contrário, explicita a necessidade do diálogo entre as fontes, independentemente do suporte físico. A fotografia trouxe um certo ar de “realidade”, é uma arte de escrever por meio de imagens as paisagens, festivais, pessoas, arquitetura, monumento etc. e de ativar memórias. Mas, para que isso aconteça é imprescindível a existência de informações contextuais (produtor, origem e função) da fotografia.

De fato, a fotografia enquanto um documento arquivístico exige determinados cuidados diferenciados, por exemplo, na sua conservação, mas não a torna um documento limitado quanto à aplicação de outras funções arquivísticas, tais como a classificação, a avaliação e a descrição. Pelo contrário, para que a fotografia mantenha suas características de documento arquivístico ela deve ser permeada por funções e princípios arquivísticos como qualquer outro documento custodiado em um arquivo.

Enquanto um documento arquivístico, a fotografia é respaldada por leis,

decretos e normas que a aparam sua preservação, organização e acesso, independentemente de seu formato e suporte. Os arquivos públicos, responsáveis pelo patrimônio documental arquivístico, têm como principais atribuições o tratamento, a custódia e acesso à informação. Nesse sentido, os acervos fotográficos custodiados nesses ambientes são importantes que estejam organizados de forma a servir como fonte de pesquisa, consultas e conhecimento para todos.

Assim, no que tange ao tratamento arquivístico dispensado a esses documentos, que nesta pesquisa estão restritas as fotografias impressas, para descrição e/ou a facilitação do acesso aos arquivos públicos pesquisados de Santa Catarina foi possível identificar a presença de acervos fotográficos impressos em todos os arquivos estudados.

Os resultados dessa pesquisa apresentaram um panorama dos documentos fotográficos custodiados nos arquivos, revelando dados como volume, procedência, cor, período, composição, temas, acondicionamento e meio de disseminação das fotografias. Como resultado da pesquisa sabe-se que todas as entidades possuem fotografias impressas, possuindo volumes representativos dessa documentação nos acervos estudados participantes deste estudo. Quanto o período cronológico os séculos XX e XXI são responsáveis pela maior parte da composição das fotografias. O meio de produção é bastante diversificado no acervo catarinense, apontando a produção dos próprios setores dos municípios e a doação de acervo fotográfico de outras instituições como principais responsáveis pelas origens do acervo fotográfico. A composição dos temas dos acervos fotográficos catarinenses é inúmera, contudo, as principais temáticas como: arquitetura, festividades, catástrofes e fotos de personalidades lideram o *ranking*. Como meio de disseminar o conteúdo fotográfico de Santa Catarina, a pesquisa local e a exposição no próprio arquivo são detentoras dos maiores índices dos meios de difusão. As funções arquivísticas são aplicadas nas unidades, entretanto, em grau diferenciado, consistindo na preservação como função mais apontada pelas instituições. Os cuidados com o acervo fotográfico são muito representativos nas instituições, visto que apenas um arquivo não aplicava controle preventivo em seu acervo.

As fotografias impressas, mesmo em meio à tecnologia, resistem ao tempo e fazem parte da construção histórica, cultural, econômica etc. da sociedade, aspecto notável, por exemplo, ao identificar que mais da metade das entidades participantes do estudo ainda recebem material fotográfico impresso. Nos arquivos públicos de

Santa Catarina as fotografias estão presentes e podem contribuir com entendimentos ou memórias, tais como: arquitetura, celebrações, catástrofes, monumentos, pessoas, paisagens e muitos outros assuntos. É amplo o acervo que constitui parte do patrimônio documental do Estado, e em alguns municípios, a população, por conta da ausência da descrição arquivística com o uso da normatização, desconhece a existência de documentos que possuem temáticas da região, como: estilo arquitetônico em determinada época, principais festividades, algumas catástrofes que ocorreram, monumentos, paisagens dentre outras.

Do tratamento arquivístico, ainda que mais da metade dos arquivos públicos municipais catarinenses pesquisados aplicam algum tipo de tratamento arquivístico nos acervos fotográficos, um número insuficiente quando se trata do uso de normas no processo de descrição arquivística nas fotografias, foco da pesquisa. Se forem considerados somente os arquivos que realizam o processo de descrição arquivística nas fotografias (cinco entidades), dentro desse resultado a NOBRADE é utilizada em três arquivos. Mediante os resultados da pesquisa duas situações são identificadas: a primeira mostra que nem todas as entidades realizam a descrição arquivística em seus acervos fotográficos; e a segunda revela que das entidades que descrevem suas fotografias, nem todas utilizam as normas técnicas de descrição. O recomendado seria que as entidades que exercessem a descrição arquivística utilizassem as normas técnicas e garantissem a padronização adequada na descrição dessas fotografias. Esse processo proporcionaria consistência nas informações descritas e contribuiria na localização e acesso desses documentos.

À vista disso, confirma-se que os elementos essenciais abordados pela NOBRADE são empregues de forma distintas nas fotografias, em outras palavras, o uso destes elementos não segue o padrão porque alguns arquivos utilizam todos os elementos e outros não na descrição arquivística das imagens. Esse resultado reforça a compreensão que a ausência ou desconhecimento no uso de normas desencadeia em documentos que não têm suas informações representadas. A ausência de uma descrição arquivística padronizada conseqüentemente afeta a representação da informação, porque não colabora na descrição e na identificação dos documentos fotográficos armazenados nos arquivos. A falta desse recurso técnico implica na perda de informações produzidas e também nas futuras construções de um conhecimento para a sociedade.

Em decorrência da pandemia, o acesso aos instrumentos de pesquisa foi

realizado por meio digital, e os resultados apontaram que três arquivos possuíam o instrumento neste formato. Ainda assim, a pesquisa pôde ser concretizada somente em dois instrumentos (catálogo e índice). Uma amostra bastante pequena se considerar o universo da pesquisa. A dificuldade imposta pela pandemia revela que as entidades que armazenam as fotografias não possuem um preparo técnico caso seja necessário realizar uma consulta on-line deste acervo. A solicitação do documento fotográfico on-line fica comprometida a partir do momento em que o usuário não consegue acessar as informações para as suas pesquisas. Este fato inviabiliza o acesso as informações que contribuem na construção de uma memória coletiva, ou seja, durante este período o usuário não consegue acessar a documentação.

Mesmo que diferentes instrumentos (catálogo e índice), durante o uso dos instrumentos de pesquisa foi possível requisitar ao arquivo e ter acesso à fotografia de interesse para a consulta. Ambos os instrumentos de pesquisa possuem códigos que auxiliam na busca e localização documento. A facilidade em solicitar a foto por contato telefônico ou *e-mail* foi categórico nas duas instituições e com essa praticidade obteve-se mais informações contributivas a respeito das fotografias. Por meio desses instrumentos certificou-se que a implementação de tratamentos arquivísticos nos acervos fotográficos visam facilitar a recuperação e acesso às imagens ali armazenados. O catálogo, se comparado ao índice, trouxe informações detalhadas sobre a imagem, auxiliando no entendimento da origem e função da fotografia. Esses dados ajudaram a entender e a interpretar o motivo pela qual a imagem foi produzida.

A descrição em conjunto com outros processos é ponto-chave para o acesso. Todavia, um outro aspecto diretamente vinculado ao acesso é a preservação dos documentos e que especialmente neste contexto de pandemia, vivido mundialmente, está vinculado também à questão de cópias digitais. Hoje, além da preservação física a disponibilização em redes de Internet de cópias digitais torna-se essencial para garantir o acesso à informação fotográfica existente nos arquivos públicos do Estado de Santa Catarina. Observa-se cuidados no acondicionamento e controle preventivo realizado no acervo fotográfico pesquisados. Os resultados apontam que as entidades realizam trabalhos distintos para conservar o material fotográfico de acordo com o clima, localização, umidade e entre outros fatores do município. O resultado mostra-se satisfatório, dado que se confirma que a maioria das entidades se preocupa com o armazenamento das fotografias.

Considera-se que os objetivos foram cumpridos e que esta dissertação trouxe discussões de forma a suscitar novos conhecimentos sobre a fotografia no contexto social e arquivístico. Ainda há lacunas na literatura quanto às interpretações e ambiguidades que a fotografia pode causar na sociedade. O método para descrever as imagens são passíveis de discussões mais aprofundadas, a fim de entender a melhor forma de reapresentar a informação. Contudo, é unânime o entendimento que o uso de normas de descrição arquivística são ferramentas basilares no processo de padronização e extração de dados. Para recuperar e acessar as fotografias é preciso que os acervos estejam organizados e tratados, e que a escassez das atividades arquivísticas (avaliação, classificação, descrição e preservação) implica diretamente num acúmulo desordenado de imagens registradas sem sentido e significado informacional.

Os acervos fotográficos existentes em um arquivo indiciam e preservam a memória social e constituem parte do patrimônio de um país. É adequado que estes documentos estejam organizados e acessíveis para consultas aos usuários. A informação para ser recuperada e acessada, deve estar tratada independentemente de seu suporte, por isso é imprescindível a existência de instituições que se responsabilizem pela custódia dos acervos documentais e que realizem o tratamento dessa documentação importante tanto para o Estado quanto para a sociedade como um todo.

Com esta pesquisa reitera-se que um arquivo público não é formado por documentos isolados, mas, sim, por documentos com relações orgânicas entre si produzidos com determinado propósito e função. É dever nosso trabalhar em prol da manutenção manter as relações orgânicas com outros formatos de documentos. O não entendimento desse processo pode descaracterizar todo o contexto e o significado informacional que o documento tem, inviabilizando o conhecimento real de sua gênese.

A presente pesquisa não esgota o tema. Pesquisas futuras podem ser feitas inclusive a partir desta dissertação, tendo em vista que um dos focos deste estudo foi apresentar um panorama do acervo fotográfico de Santa Catarina com foco na descrição arquivística em prol do acesso. Há campo para pesquisas que tratem do acervo fotográfico de entidades que não praticam nenhum tipo de atividade técnica arquivística em suas fotos. Também pesquisas com outras funções arquivísticas (classificação, avaliação, preservação, difusão etc.) aplicadas nas fotografias, além de

um outro aspecto do acervo fotográfico, tão importante quanto o impresso, o acervo digital fotográfico.

A pesquisa discutiu e pontuou a descrição arquivística como uma função essencial no que tange à representação da informação, e que este processo aduz tanto à organização como à facilitação do acesso ao documento fotográfico.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R. G. da. Um anova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 20-24 out, 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ENARA, 2008. Disponível em: [http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Cridi/Publica%E7%F5es/3cna-ricardoandrade\\_01.pdf](http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Cridi/Publica%E7%F5es/3cna-ricardoandrade_01.pdf). Acesso em: 03 jul. 2020.
- AGUSTÍN LACRUZ, Maria del Carmen. Leitura de imagens fotográficas orientadas para a representação documental. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, p. 55-88, jan. 2015. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p55>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. Archivo, memoria y conocimiento. *In*: ALBERCH i FUGUERAS, Ramon *et al.* **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón, Ediciones Trea, 2001.
- ALBERCH FUGUERAS, Ramón.; CRUZ MUNDET, José Ramón. **Archívese!** Los documentos del poder: el poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. A perspectiva da análise de domínio como aporte à análise de documentos fotográficos: algumas considerações. *In*: ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SIMIONATO, Ana Carolina (org.). **Recursos Audiovisuais**: sua contemporaneidade na organização e representação da informação e do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2017.
- ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.15, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2003v8n15p18>. Acesso 19 fev. 2021.
- ALVES, Bruno Henrique.; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. O desenvolvimento do domínio da "Organização do Conhecimento" no contexto da Ciência da Informação a partir da ISKO-Brasil. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 10, n. 2, 1 nov. 2016. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/5985>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- ALVES, Mônica Carneiro.; VALÉRIO, Sérgio Apelian. **Manual para Indexação de Documentos Fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1998. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/manual-indexacao-documentos-fotograficos/manualindexacao\\_docs\\_fotograficos.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/manual-indexacao-documentos-fotograficos/manualindexacao_docs_fotograficos.pdf). Acesso em: 19 fev. 2021.
- ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e Ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.



ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **O evento**. Disponível em: <https://arquivistasc.wixsite.com/aaesc/eventos>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 9578**: Arquivos - Terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 6034**: Informação e documentação - índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 9578**: Arquivos e terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

BAPTISTA, Dulce Maria. A relevância do texto na organização e representação da informação. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique (org.). **Organização da Informação**: abordagens e práticas. Brasília, DF: Thesaurus, 2015.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BARROS, Thiago Henrique Bragato.; MARTINS, Wanessa Rodrigues. A Informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 132-149, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2526-1445867429.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de.; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARUKI, Sandra.; COURY, Nazareth.; HORTA, João Carlos. **Roteiro do vídeo Negativos de vidro**: conservação. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004.

BASQUES, Cristiane.; RODRIGUES, Georgete Medleg. A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do ministério público federal. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 3, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93092>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 164-179, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BOADAS I RASET, Joan. Patrimônio Fotográfico: Estratégias para su gestión. **Revista de los museos de Andalucía**, n. 9, p. 28-31, fev. 2008. Disponível em: [https://www.girona.cat/web/sgdap/docs/patrimonio\\_fotografico\\_estrategias.pdf](https://www.girona.cat/web/sgdap/docs/patrimonio_fotografico_estrategias.pdf). Acesso 10 já. 2021.

BOCCATO, Vera Regina Casari.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD**, Portugal, n. 2, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/82351>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRÄSCHER, Marisa.; CAFÉ, Ligia. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

BRÄSCHER, Marisa.; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (org.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre a representação e organização da informação e do conhecimento – EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 35. ed. Brasília: Câmara, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dispõe sobre a nova organização do Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 jan. 1937, Seção 1, p. 1210. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991, Seção 1, p. 455 e pub. ret. em 28 de janeiro de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12527.htm). Acesso em: 03 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. 3. ed. Brasília, DF: IPHAN, MINC, 2012.

BUTARELLO, N. A. L.; GALIANO, E.; SIMÃO, M. G. Informação e conhecimento: proteger ou compartilhar? *In*: TOMAÉL, Maria Inês; JESUS, José Antonio Guazelli (org.). **Informação em múltiplas abordagens**: acesso, compartilhamento e gestão. Londrina: UEL, 2010.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Os instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes**: um estudo sob a ótica da análise documentária. 203 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/candido\\_gg\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/candido_gg_me_mar.pdf). Acesso: 19 jan. 2021.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, p. 1, p. 22-32, jan./abr. 2004.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 2, 31 dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.2.1336>. Acesso: 10 jan. 2021.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **A representação da informação do documento de arquivo**: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso. 2014. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113862>. Acesso 28jan. 2021.

CARABAJAL, Mário. **Síntese histórica do surgimento e evolução da escrita**. Disponível em: <http://www.academialetrasbrasil.org.br/histescrita.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion.; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da Fotografia e do Cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLAN, Eliana.; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI**: R. Ibero-amer. Ci. Inf., Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12867/1/ARTGO\\_SistemasOrganizacaoConhecimento.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12867/1/ARTGO_SistemasOrganizacaoConhecimento.pdf). Acesso em: 2 ago. 2019.

CARVALHO, Elizabeth Leão de.; LONGO, Rose Mary Juliano. Informação Orgânica: Recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do conselho de administração da UEL. **Informação & Informação**. Londrina, v.7, n.2, p. 113-133, jul./dez. 2002. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1703/1454>. Acesso em: 12 out. 2019.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: [https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf5.pdf](https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf). Acesso em: 08 jun. 2021.

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses.; TROITIÑO, Sônia. Arquivo e Literatura: perspectivas de acesso e difusão da memória literária no Brasil. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 45-52, jul./dez. 2013.

CHAGAS, Magda; BAHIA, Eliana Maria dos Santos. **Desenvolvimento, conservação e recuperação das coleções**. Florianópolis: CIN/CED/UFSC, 2010.

CLOONAN, Michèle V. Preservando documento de valor permanente. *In*: **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 09 março 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 27 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Publicações Técnicas**. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-tecnicas.html>. Acesso em: 10 maio 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos**: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **ISAD(G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/isad\\_g\\_2001.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf). Acesso em: 19 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Conselho nacional de arquivos, 2006. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/publica%C3%A7%C3%B5es-t%C3%A9cnicas/nobrade-detail.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). Comitê de Boas Práticas e Normas (Grupo de Trabalho sobre Acesso). Princípios de acesso aos arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 166-177, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54667#:~:text=Acesso%20%C3%A9%20a%20disponibilidade%20de,exist%C3%Aancia%20de%20instrumentos%20de%20pesquisa>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/isaar\\_cpf.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf). Acesso em: 06 março 2021.

COSTA, Tatiele Araújo da.; RODRIGUES, Mateus de Moura. Coleções fotográficas: discussões em torno do processo de intervenção arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, dez. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362020000400024&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362020000400024&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 fev. 2021.

COSTA, Marli Guedes da. Interação entre documento, Arquivo e Historiador. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; COSTA, Marli Guedes da. (org.). **Arquivologia**: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso. Brasília: Ed. da UnB, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRIVELLI, Renato.; BIZELLO, Maria Leandro. O lugar do patrimônio documental: Brasília e fundo NovaCap. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 35-53, abr./jun. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362019000200035](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000200035). Acesso em: 20 jun. 2020.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de arquivística**. 5. ed. act. Madrid: Fundación Ruipérez, 2003.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FABRIS, Annateresa. **Fotografia e arredores**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

FAUVEL, Thais Helena Freitas.; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Informação orgânica como subsídio para o processo de inteligência competitiva organizacional. *In*: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis, 2008.

FERREIRA, Francisca A. Fernandes; GOMES, L. iliana isabel Esteves. A coleção fotográfica da casa de infância Doutor Elysio de moura: preservação e divulgação. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Portugal, n. Especial, p. 127-140, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/140562>. Acesso em: 09 jun. 2021.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de.; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf4.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf4.pdf). Acesso em: 19 jul. 2019.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2009.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FONTAINE, Jean-Marc. O uso de disco ótico na preservação digital. *In*: BARUKI, Sandra; ZÚRIGA, Salonge (org.). **O papel das coleções fotográficas na era digital Resumos das palestras apresentadas na Conferência Internacional da SEPIA**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas? **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v. 20, n. 1, p. 23-30, 2007. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/68>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

FRIZON, Georgea Allievi.; BAPTISTA, Dulce Maria. Indexação e representação: uma reflexão diante de novas tipologias documentais. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique (org.). **Organização da Informação: abordagens e práticas**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015.

FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. **Los Archivos de América Latina**, Informe experto de la Fundación Histórica Tavera. Madri: Fundación Mapfre Tavera, 2000. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/792221468758394190/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em 02 jul. 2020.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. A análise, a síntese, a representação da informação e a gestão do conhecimento nas empresas. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. P

GNOLI, Claudio. Metadata about what? Distinguishing between ontic, epistemic and documental dimensions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, p. 268-275, 2012. Disponível em: <http://mate.unipv.it/~gnoli/gnoli2012.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/publico/TeseJaniceGoncalves.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro.; ARILLO, Jesús Robledano. **O conteúdo da Imagem**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 1-7, 1998.

HERAS, Beatriz de las. **El testimonio de las imágenes. Fotografía e Historia**. Madrid: Creaciones Vincent Gabrielle, 2012. Disponível em: <file:///D:/Textos%20Fotografia/FotografiaeHistoria.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

HERRERA, Antônia Heredia. **Arquivística general**. Teoría y Práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005190>. Acesso em: 30 out. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Compromisso de Brasília – abril de 1970**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **O Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mesa redonda nacional de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/informacao-arquivistica-no-brasil.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

KENNEDY, Nora. **Diretrizes para a exposição de fotografias**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2004

KOCHE, Jose Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5. ed. rev. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre Amarela no Brasil. 2008. 259f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2008. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/publico/TESE\\_ALINE\\_LOPES\\_DE\\_LACERDA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/publico/TESE_ALINE_LOPES_DE_LACERDA.pdf). Acesso em: 14 ago. 2018.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 1, jan./mar. 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000100015>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LACERDA, Aline Lopes de. Quatro variações em torno do tema acervos fotográficos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 7, 2013. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e07a11.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LARROYD, Suzana, OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Políticas de preservação nos Arquivos Públicos Municipais Catarinenses. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 254-272, 2007. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/504/649>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010.

LIMA, José Leonardo Oliveira.; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012.

LLANES PADRÓN, Dunia. La Descripción Archivística: un antes y un después marcado por Isad(g) y los nuevos paradigmas archivísticos. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em:



[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf)  
f. Acesso em: 03 fev. 2021.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

LOPEZ, André Porto Ancona. Contextualización archivística de documentos fotográficos archival contextualization of photographic documents. **Alexandria: Revista de Ciencias de la Información**, año V, n.8, enero-diciembre 2011. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/alexandria/article/view/213/207>  
Acesso em: 13 jan. 2021.

LOPEZ, André Porto Ancona. Imagens e documentos fotográficos em arquivos. **Arquivo & Administração**, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51262>. Acesso em: 03 fev. 2021.

LOUSADA, Mariana; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. A Relação da Informação Orgânica e a Gestão Documental. *In*: LOUSADA, Mariana (org.). **Gestão, Mediação e uso da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2010. Cap. 17. p.361-84. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171-18.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

MACHADO, Bruno Henrique *et al.* A fotografia institucional na Organização do Conhecimento Arquivístico: compreendendo o processo de evidenciação documental como parâmetro de organização. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 183-206, dez. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38695>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MACHADO, Bruno Henrique; SEMIDÃO, Rafael; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Classificação arquivística de fotografias institucionais: desafios na identificação dos tipos documentais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis, 2019. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/956/801>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

MALVERDES, André, LOPEZ, André Porto Ancona. Patrimônio Fotográfico e os Espaços de Memória no Estado do Espírito Santo, **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 2, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/14004>. Acesso 17 jan. 2021.

MANINI, Miriam Paula. Acervos Imagéticos e Memória. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 3, p.97-115, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/rpa.v10i3.20934>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MANINI, Mirian Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. *In*: BARTELO, Linete; MARENO, Nádia Aparecida. **Gestão em arquivologia:**

abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2009. Disponível em: [http://www.academia.edu/24771680/A\\_fotografia\\_como\\_registro\\_e\\_como\\_documento\\_de\\_arquivo](http://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo). Acesso em: 20 jun. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARIZ, Anna Carla Almeida.; DUTRA, Marianna da Silva. Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [s. l.], v. 28, n. 56, p. 4-17, 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/693>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MARIZ, Anna Carla Almeida.; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MASTROPIERRO, María Del C. **Diccionario de archivística em español: con anexo multilíngue**. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones, 2008.

MEDEIROS, Graziela Martins de. **Indexação em documentos arquivísticos: em busca de aprofundamento teórico-metodológico**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PCIN0199-T.pdf>. Acesso em 20 fev. 2021.

MEDEIROS, Graziela Martins de; BRÄSCHER, Marisa Basílio Medeiros. A indexação de assunto em documentos arquivísticos. **RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8657824>. Acesso em: 03 jul. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A fotografia como documento: Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-151, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018094007>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes *et al.* **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina, PE: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019. *E-book* (83 p.). ISBN 978-85-60382-91-0. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/dacc/noticias/livro-univasf/metodologia-cientifica-teoria-e-aplicacao-na-educacao-a-distancia.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164/4790>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705/pdf\\_43](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705/pdf_43). Acesso em: 19 ago. 2019.

MOSCIARO, Clara. **Diagnóstico de conservação fotográfica no Brasil**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2009.

MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. **Preservação de fotografias**: métodos básicos para salvaguardar suas coleções. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2004.

NUNES, Neusa Rosane Damiani. Guia de Arquivos Municipais do Estado de Santa Catarina. **ÁGORA**: Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, n 15, p. 8-11, jul. 1992. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/156152>. Acesso 21 abr. 2021.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; MARTINEZ, Priscila Amorim. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do estado de Santa Catarina – Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., São Paulo, 2002. **Anais [...]**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: [https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite\\_de\\_documentation\\_ocr.pdf](https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf). Acesso em: 2 maio 2020.

PAVÃO, Luís. **Conservação de fotografia**: o essencial. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro.; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2014.

PINHO, Fabio Assis.; NASCIMENTO, Bruna Lais Campos do.; MELO, Willian Lima. As dimensões ôntica, epistêmica e documental na representação da informação e do conhecimento. **Revista ACB**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 112-123, abr. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/995>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PORTELLA, Viviane Portella de.; PEREZ, Carlos Blaya. Práticas comunicacionais: difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos diferentes meios de comunicação online **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645974012>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

REIS, Carlos Eduardo. O arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: 21 anos. **ÁGORA**: Arquivologia em Debate, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 05-28, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2526-1445866903.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

REITZ, Joan M. **Dictionary for Library and Information Science**. Westport, Connecticut: Libraries Unlimited, 2004.

RIBEIRO, Fernanda. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. *In*: SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos (org.). **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011.

RIBEIRO, Fernanda. **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal; Arquivo Histórico, 1996. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ROBREDO, Jaime.; BRÄSCHER, Marisa (org.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC. Brasília, DF: IBICT, 2010.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Organização de fotografias: análise, tematização e determinação de discursos da fotografia. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 3, set./dez. 2014, Brasília. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3962>. Acesso em: 29 jan. 2021.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 110-125, fev. 2016. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 01 out. 2019.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. **El documento**: entre La teoría y la renovación. Gijón: Trea, 2002.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documentos e arte contemporânea. São Paulo: Ed. Senac, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves.; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA CATARINA. **Expectativas e Horizontes da Arquivologia em Santa Catarina**. Secretaria de Estado da Administração: Arquivo Público do Estado, [2006?]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/8150/7504/24460>. Acesso em: 10 de jun. 2021

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.565, de 6 de agosto de 2018**. Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. ALESC, Florianópolis, 6 de agosto de 2018. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565\\_2018\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html). Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTA CATARINA. **Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994**. Dispõe sobre a avaliação e destinação dos documentos da Administração Pública Estadual, e dá outras providências. ALESC, Florianópolis, 6 de agosto de 2018. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1994/9747\\_1994\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1994/9747_1994_lei.html). Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTANA, Yanara Dorado.; GALÁN, Ingrid Hernández. Patrimonio documental, memoria e identidad: una mirada desde las ciencias de la información. **Ciencias de la Información (Cuba)**, v. 46, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/58921>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. Niterói: Impetus, 2012.

SANTOS; Vanderlei Batista. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. *In*: SANTOS; Vanderlei Batista (org.); INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2012.

SARAIVA, Natália de Lima.; PEREIRA, Tânia Maria de Moura.; LOPEZ, André Porto Ancona. Imagens e sensações: ou acesso a informações em acervos fotográficos. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 40, n. 3, set, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17533/udea.rib.v40n3a06>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SCHWARTZ, Joan M. We make our tolls and our tools make us. Lessons from photography for the practice, politics and poetics of diplomacy. *Archivaria*, n.40, p. 40-74, 1995.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. *In*: SANTOS, Vanderlei. Batista dos. (org.). **Arquivística**: temas

contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília: SENAC, 2007.

SOUZA, Luiza Morgana Klueger. **Legislação arquivística e gestão de documentos do município de Joinville (SC)**: preservação do patrimônio documental arquivístico. 152 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000050/000050b2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHVEITZER, Vanessa A. S.; SILVA, Eva Cristina Leite da. Acervo fotográfico em Arquivos Públicos: em busca do corpus da literatura e suas contribuições. *In*: ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS, 2019, Florianópolis. Anais do XIV ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS: “OS DESAFIOS DA ARQUIVOLOGIA NO MUNDO DIGITAL”, 14., Florianópolis, 2019. p. 65-74.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, Sônia Maria Ferreira da.; DUARTE, Zeny. A fotografia em unidades de informação: valor informativo e permanente. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22666>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SILVA, Suéllem Chrystina Leal da.; BEDIN, Sonali Paula Molin. Descrição do Acervo Fotográfico do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 821-836, ago./nov. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SILVA, Mariana Caram Dias Coelho da. Os instrumentos de pesquisa das instituições custodiadoras de acervos arquivísticos na cidade do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOS – CNA 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...] Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 402-424, out. 2016 Disponível em: [http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_nesp/racin\\_v4\\_nesp\\_artigo\\_0402-0424.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0402-0424.pdf). Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, Andrieli Pachu da *et al.* A presença das temáticas classificação e descrição na literatura arquivística: uma análise de citação a partir dos periódicos arquivo&administração e *archival science* (2001-2012). **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, v. 4, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45681>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SIMIONATO, Ana Carolina. Métodos de análise de assunto em fotografias: estudo no âmbito do ensino da representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SMIT, Johanna W. Análise documentária de documentos Fotográficos. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da Silva; SALES, Rodrigo (org.). **Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus, 2011.

SMIT, Johanna W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A representação da imagem. **INFORMARE: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 1996.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000. 255p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. 119 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93669>. Acesso em: 20 jan. 2021.

TOGNOLI, Natália Bolfarini.; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.

TONELLO, Izângela Maria Sansoni.; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. A fotografia como documento: com a palavra Otlet e Briet. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 77-93, dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/32504>. Acesso em: 03 jul. 2020.

VITAL, Luciane; MEDEIROS, Graziela Martins de; BRÄSCHER, Marisa. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 11, n. 4, 19 dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.07.p40>. Acesso em: 02 jul. 2020.

VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho Pazin. Uma aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e

informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, p. 57-66, 2017. Disponível em:  
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7509/4789>. Acesso em: 12 maio 2019.

ZANIRATO, Silvia Helena.; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012>. Acesso em: 20 jun. 2020.



## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO<sup>12</sup>

Olá!

Meu nome é Vanessa Aline Schweitzer Souza, sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina e venho convidar você para participar de uma pesquisa sobre a documentação fotográfica custodiada nos arquivos públicos catarinenses. A seguir apresento algumas informações a respeito da pesquisa e um questionário.

A presente pesquisa tem como objetivo levantar subsídios para a elaboração da dissertação de mestrado no PGCIN/UFSC – intitulada “*PATRIMÔNIO DOCUMENTAL FOTOGRÁFICO: UM PANORAMA DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DE SANTA CATARINA*” – em que se objetiva:

- I. Identificar os acervos fotográficos presentes nos Arquivos Públicos de Santa Catarina, sua composição e tratamento (temáticas, período/data, volume, conservação e difusão);
- II. Verificar a ocorrência de instrumentos de pesquisa voltados a recuperação da informação e acesso aos conteúdos informacionais dos acervos fotográficos;
- III. Analisar a representação da informação fotográfica a partir dos instrumentos de pesquisa localizados.

Esta pesquisa é desenvolvida sob a orientação da Prof. Dra. Eva Cristina Leite da Silva, docente no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina.

A coleta dos dados será efetivada por meio do questionário que acompanha essa apresentação da pesquisa. Ele é composto por vinte e uma perguntas e possui um tempo médio 10 minutos para responder todas.

Esclarecemos que a divulgação dos resultados será exclusivamente para fins científicos e a identidade dos sujeitos voluntários respondentes do questionário jamais será informada. Desta forma, solicitamos a sua colaboração e autorização para o uso das informações fornecidas nas respostas do questionário, o qual contribuirá para a produção da dissertação de mestrado e de artigos técnicos, científicos.

Certas de contar com sua colaboração e autorização nos colocamos à sua disposição para maiores esclarecimentos.

Vanessa Aline Schweitzer Souza - Mestranda (PGCIN/UFSC)  
e-mail: [vaschveitzer@gmail.com](mailto:vaschveitzer@gmail.com) / celular: (48) 999183808

Prof. Dra. Eva Cristina Leite da Silva (PGCIN/UFSC)

---

<sup>12</sup> Este questionário foi elaborado com base nos autores: Rousseau; Couture (1998); Cassares (2000); Lopez (2002); Filippi; Lima; Carvalho (2002), Bellotto (2006); Mastropierro (2008); Chagas; Bahia (2010); Kossoy (2012); Bellotto (2017); Conselho Nacional de Arquivos (2019). Os aspectos considerados na leitura para a elaboração das perguntas fazem referência ao cumprimento do objetivo geral e objetivos específicos da dissertação.

e-mail: [eva.cristina@ufsc.br](mailto:eva.cristina@ufsc.br)

Agradecemos a sua colaboração! Atenciosamente,

Vanessa Aline Schweitzer Souza.

**Declaro ter sido informado(a) a respeito da pesquisa descrita acima e concordo em participar, como voluntário(a).**

- ACEITO, por livre e espontânea vontade, participar da pesquisa.  
 NÃO ACEITO participar da pesquisa.

<b>NESTA ETAPA SERÃO ABORDADAS QUESTÕES RELACIONADAS A INSTITUIÇÃO E AO RESPONSÁVEL PELO ACERVO FOTOGRÁFICO.</b>
<b>1. Nome da Instituição:</b>
<b>2. Município que está localizado a instituição:</b>
<b>3. Nome do respondente:</b>
<b>4. Qual a sua formação?</b>
<b>NAS PRÓXIMAS QUESTÕES SERÃO ABORDADAS CARACTERÍSTICAS DO ACERVO FOTOGRÁFICO CUSTODIADO NA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA.</b>
<b>5. Volume do acervo fotográfico existente na instituição:</b> (Identificar aproximadamente o número TOTAL de fotografias que compõem o acervo analógico.)  <input type="checkbox"/> de 1 a 2000 fotografias <input type="checkbox"/> de 2001 a 4000 fotografias <input type="checkbox"/> de 4001 a 6000 fotografias <input type="checkbox"/> de 6001 a 9000 fotografias <input type="checkbox"/> de 9001 a 12.000 fotografias <input type="checkbox"/> acima de 12 mil fotografias <input type="checkbox"/> acima de 20 mil fotografias <input type="checkbox"/> Número total de fotografias desconhecido.
<b>6. A instituição recebe atualmente material fotográfico impresso?</b>  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes
<b>7. Qual a procedência do acervo fotográfico (órgão produtor)</b> (Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)  <input type="checkbox"/> Produção dos próprios setores do município <input type="checkbox"/> Produção da comunidade <input type="checkbox"/> Doação de acervo fotográfico de outras instituições <input type="checkbox"/> Doação de fotografias procedentes de acervos pessoais <input type="checkbox"/> Não sabe informar. <input type="checkbox"/> Outros:

**8. Cromia (cor) das fotografias:**

(Pode assinalar mais de uma opção.)

- P&B (Preto e Branco)
- Colorido
- Monocromática (Exemplo: cor sépia, marrom/avermelhada)

**9. Qual o período cronológico que compõem o acervo fotográfico custodiado na instituição?**

(Pode assinalar mais de uma opção.)

- 1801 a 1900 – Século XIX
- 1901 a 2000 – Século XX
- 2001 a 2020 – Século XXI

**10. Quais temáticas compõem o acervo fotográfico?**

(Pode assinalar mais de uma opção e também complementar outros temas na opção OUTROS.)

- Arquitetura (prédio, casa, pontes e ente outros)
- Cartão postais
- Festividades (comemorações, inauguração, exposição, eventos e entre outros.)
- Fotojornalismo (fotos utilizadas para a imprensa local ou não)
- Fotos de anúncios publicitários
- Fotos de catástrofes (enchente, vendaval, desmoronamento e entre outros)
- Fotos de esportes (campeonato, olimpíadas, maratonas e entre outros)
- Fotos de famílias
- Fotos de funerais
- Fotos de grupos sociais
- Fotos de objetos artísticos
- Fotos de personalidades
- Fotos de propaganda (*marketing*)
- Fotos de viagens
- Fotos individuais
- Fotos de monumentos
- Fotos de paisagens
- Cerimonias religiosas
- Outros:

**11. O que compõem o acervo fotográfico da instituição quanto ao seu formato?**

(Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)

- Fotos avulsas
- Álbuns
- Negativos / Vidro
- Negativos / Flexível
- Diapositivos (É uma imagem criada sobre uma base transparente e montado numa moldura para possibilitar sua projeção numa tela).

<input type="checkbox"/> Outros:
<p><b>NAS PRÓXIMAS QUESTÕES SERÃO ABORDADAS FORMAS DE TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO.</b></p>
<p><b>12. Como está dividido/organizado o acervo fotográfico?</b> (Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)</p> <p> <input type="checkbox"/> Fundos documentais  <input type="checkbox"/> Coleção  <input type="checkbox"/> Assunto (tema)  <input type="checkbox"/> Série  <input type="checkbox"/> Subsérie  <input type="checkbox"/> Item documental  <input type="checkbox"/> Outros: </p>
<p><b>13. Qual(is) instrumento(s) de pesquisa é(são) utilizado(s) para a identificação, localização e, ou consulta no acervo fotográfico?</b> (Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)</p> <p> <input type="checkbox"/> Guia  <input type="checkbox"/> Catálogo  <input type="checkbox"/> Índice  <input type="checkbox"/> Inventário  <input type="checkbox"/> Repertório  <input type="checkbox"/> Não possui nenhum instrumento de pesquisa.  <input type="checkbox"/> Outros: </p>
<p><b>14. Este instrumento de pesquisa está disponível em formato digital?</b></p> <p> <input type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input type="checkbox"/> Em partes (metade impresso/metade digital)  <input type="checkbox"/> Não se aplica (não possui instrumento de pesquisa na instituição) </p>
<p><b>15. Qual(is) tratamento(s) arquivístico(s) é(são) dispensado(s) ao acervo fotográfico da instituição?</b> (Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)</p> <p> <input type="checkbox"/> Classificação  <input type="checkbox"/> Avaliação  <input type="checkbox"/> Preservação  <input type="checkbox"/> Descrição  <input type="checkbox"/> Difusão  <input type="checkbox"/> Não se aplica nenhum tratamento arquivístico.  <input type="checkbox"/> Outros: </p>
<p><b>16. Caso tenha assinalado na questão acima o item de Descrição, qual(is) norma(s) é(são) utilizada(s) para o processo de descrição arquivística do acervo fotográfico?</b> (Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)</p>

- NOBRADE - Norma brasileira de descrição arquivística
- ISDF - Norma internacional para descrição de funções
- ISDIAH - Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
- ISAD (G) - Norma geral internacional de descrição arquivística
- ISAAR (CPF) - Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias
- Nenhuma norma é utilizado no processo de descrição arquivística.
- Outras:

**17. Quais elementos são utilizados para descrever o documento fotográfico?**

(Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)

- Nome do produtor
- Código de referência
- Título
- Data
- Local
- Nível de descrição
- Dimensão e suporte
- Condições de acesso
- Outros:

**18. Qual(is) meio(s) é(são) utilizado(s) para disseminar os documentos fotográficos?**

(Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros)

- Site próprio do arquivo
- Exposição de fotos no próprio arquivo
- Exposição do acervo em mídias sociais (*Facebook, Instagram* e outros)
- Somente pesquisa no local
- Não há meios de difusão do acervo fotográfico.
- Outros:

**19. Qual(is) é(são) a(s) forma(s) de acondicionamento dos documentos fotográficos?** (Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)

(Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros.)

- Caixas (plástica ou papelão modelo arquivo)
- Pastas suspensas
- Protetores e/ou envelopes
- Agrupadas em um mesmo envelope
- Jaquetas poliéster
- Invólucros/protetores e/ou envelopes de guarda individual
- Outros:

**20. Qual(is) controle(s) preventivo(s) é(são) aplicados no acervo fotográfico**

(Pode assinalar mais de uma opção e também complementar em outros)

- Iluminação
- Climatização (temperatura e umidade)
- Embalagens/invólucros de proteção para a fotografia
- Agentes biológicos (cupim, insetos, roedores, etc.)
- Mobiliário adequado (estantes, arquivos ou armários de aço)
- Não há aplicação de controle preventivo para o acervo fotográfico.
- Outros:

**21. Este espaço é reservado para o respondente contribuir com alguma sugestão ou consideração relacionado a pesquisa.**

OBRIGADA POR PARTICIPAR!